

Camila Moreno

O BRASIL MADE IN CHINA

Para pensar as
reconfigurações
do capitalismo
contemporâneo

**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**



O BRASIL MADE IN CHINA

Para pensar as reconfigurações
do capitalismo contemporâneo

O Brasil *made in China*

Para pensar as reconfigurações
do capitalismo contemporâneo

Autoria: Camila Moreno

1ª edição brasileira

Coordenação do projeto: Verena Glass

Coordenação editorial: Ana Rüsche

Revisão: Lilian Aquino

Projeto gráfico: Luiza Poli Franco

Esta publicação foi realizada pela Fundação
Rosa Luxemburgo com o apoio de fundos do
Ministério Federal para a Cooperação Econômica
e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

Somente alguns direitos reservados.

Esta obra possui a licença Creative Commons

BY-NC-ND (Atribuição - Uso não comercial -

Não a obras derivadas).



M843o

Moreno, Camila.

O Brasil *made in China*: para pensar as reconfigurações
do capitalismo contemporâneo / Camila Moreno – São Paulo,
Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
116p.

ISBN: 978-85-68302-02-6

1. China. 2. Capitalismo contemporâneo. 3. Relações Brasil
e China. I. Título.

CDD: 300

CDU: 339

Índice

Prefácio	5
Parte I	
Introdução: O mundo <i>made in China</i> e o metabolismo do capitalismo no século XXI	11
O “fator China”	13
Sonho (ou pesadelo) chinês?	21
América ‘LaChina’	25
<i>O Consenso de Beijing</i> e o debate sobre extrativismo	30
Parte II	
Brasil e China: sinergia ou novas equações de dependência?	45
Breve histórico de uma aliança Sul-Sul	47
Neodesenvolvimentismo e internacionalização subordinada	51
Alimentando o dragão, ou as novas equações de dependência	56
China: parceira estratégica do neodesenvolvimentismo	64
China e o Pré-Sal	69
China na Amazônia	71
Arco Norte e o complexo agromineral	74
O linhão de Belo Monte: a Pan-Amazônia como fronteira hidroelétrica mundial	92
Amazônia e capitalismo de fronteira	97
Parte III	
Para além do dilema desenvolvimentismo-extrativismo	101
Anexos	
Anexo I: A China no setor de energia no Brasil	107
Anexo II: Atos	109



Prefácio

Verena Glass

Fundação Rosa Luxemburgo

“Com tiros de arcabuz, golpes de espada e sopros de peste” – assim os conquistadores espanhóis avançaram sobre o território *azteca* no início do século XVI. “Como porcos famintos que anseiam pelo ouro”, foi como descreveu, em 1971, o escritor uruguaio Eduardo Galeano o processo que poderia ser considerado, com a devida relativização, o primórdio da sanha megaextrativista na América Latina.

As veias abertas da América Latina, obra que fez de Galeano um dos mais admirados autores de esquerda do nosso tempo, buscou retratar, de maneira contundente, os processos de “cinco séculos de pilhagem” do continente americano. Escrito em um período no qual boa parte dos Estados sul-americanos se encontrava sob regimes militares – que, novamente com a devida relativização, guardavam semelhanças com o conquistador Hernán Cortez no que tange metas e métodos na exploração e dominação das populações, dos territórios e seus bens naturais –, o livro foi proscrito em países como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai nos anos seguintes à sua publicação; o que, obviamente, só fez crescer a sua influência no arcabouço analítico das esquerdas sobre a região, “especializada em perder”, como a definiu o escritor uruguaio.

Passados mais de 40 anos do lançamento de *As veias abertas*, é preciso reconhecer que o mundo mudou. Caíram os regimes totalitários, Estados Unidos e Europa passaram por reconfigurações no tocante a métodos e capacidades de mobilidade no tabuleiro geopolítico da região, a América do Sul se reinventou em processos sociopolíticos progressistas que impactaram o mundo e o Sul global deixou de esquentar o banco dos reservas, abandonou o posto de gandula e passou a jogar e apitar seu próprio jogo em seus próprios campos.

É neste contexto que surge o presente livro. Quando, na virada deste século, as forças progressistas foram paulatinamente ganhando espaço na América do Sul – processo acompanhado pela inclusão, no reordenamento das relações multilaterais, de uma nova estratégia de aprofundamento de

relações Sul-Sul –, foi se materializando enquanto realidade cada vez mais presente um novo *player* do capitalismo do século XXI em nossa região: uma potência chamada China, que vende quase tudo que você usa e compra uma boa parte do que é produzido nos monocultivos, nas minas e nos poços de petróleo do país.

A bem da verdade, como se verificará na leitura deste livro, as relações dos países latino-americanos – e, em especial, o Brasil – com a China não são tão recentes. Mas, como é pontuado aqui, a percepção de que “o mundo é *made in China*” tem se imiscuído no cotidiano de um espectro cada vez mais amplo de pessoas, e de forma cada vez mais aguda. Do sojicultor à vendedora de batom, do camelô aos presidentes de grandes empreiteiras, da garotada ávida por tecnologia ao indígena espoliado por projeto barrageiro na Amazônia, todos comungam da presença chinesa em suas vidas, para o bem ou para o mal.

Para o leitor que baliza sua medida de aprovação das políticas de desenvolvimento nos preceitos da economia, a atuação da China na América Latina e no Brasil, detalhada neste livro, certamente merecerá calorosos aplausos. Como principais compradores de *commodities* e bens naturais da região, os chineses têm adotado, em troca, um crescente protagonismo nos investimentos em infraestrutura e demais facilitadores do processo produtivo (numa relação *win-win* bastante bem-vista pelo mercado). Com a vantagem adicional de que, diferentemente de Cortez e seus “tiros de arcabuz” (ou dos EUA e seus marines), a China é (por enquanto) declaradamente pacifista e se ocupa dos territórios exclusivamente através de acordos comerciais, mercados ávidos e investimentos vultosos.

Esta mesma sanha consumista de mercadorias primárias da nossa região e o concomitante empenho em fomentar nos territórios latino-americano e brasileiro mecanismos de barateamento dos custos das respectivas cadeias produtivas, porém, assumem contornos bem menos atraentes se vistos pelo prisma dos direitos humanos e da natureza, das populações tradicionais e dos indígenas, das soberanias alimentar e energética, da preservação ambiental e da biodiversidade e, principalmente, das resistências ao aniquilamento das diversidades em nome do que se achou por bem chamar de progresso e crescimento.

O neodesenvolvimentismo, adotado em larga medida pelos governos sul-americanos (dos mais aos menos progressistas), tem embasado, nas últimas décadas, os discursos e as políticas que transitam da singular “aceleração do crescimento” à promoção e sustentação de programas sociais e de combate à pobreza (em boa medida via rentismos). Marcadamente neoex-

trativo, teve o mérito de, paulatinamente, suprimir do consciente coletivo progressista o paradoxo que é a promoção de “bem-estar” via exploração predatória bens naturais.

Mas o que realmente promete este “progressismo de resultados”? O ideário progressista-desenvolvimentista – que em grande medida logrou a diminuição de desigualdades e da pobreza, mas não foi capaz de operar as transformações estruturais no cerne político, social e econômico do poder – vem abandonando os “envoltórios sociais” de seus projetos de crescimento econômico, e o que tem emergido de forma nua e crua são as estruturas das cadeias produtivas da extração de bens primários (incluindo aí a terra e a água usadas na produção agropecuária extensiva), numa lógica “*made in China*” de busca por eficiência.

É o que evidencia o debate a partir do capítulo “China na Amazônia” desta publicação. Descrito em minúcias, o projeto de intervenção produtiva do governo brasileiro na Amazônia, em boa parte impulsionado pelas demandas chinesas por maior eficácia nos processos produtivos e de escoamento de grãos, minérios, madeira e petróleo, inclui estradas, hidrovias, hidrelétricas e linhas de transmissão que rasgam e violam sem pruridos alguns dos territórios mais ricos do país em biodiversidade e mais frágeis em proteção às suas populações nativas.

O estilo *veni, vidi, vici* adotado pelo governo na implantação de projetos como as hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no rio Madeira (RO), Belo Monte, no rio Xingu (PA), São Manuel, no rio Teles Pires (MT) e agora São Luiz do Tapajós, em gestação no rio Tapajós (PA), evidenciam um fator preocupante: estes, como todos os demais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) em andamento na região, já foram alvo de protestos, revoltas ou ocupações. Todos acumulam um sem número de ações judiciais, todos se transformaram em vetores de conflito, e nenhum cumpriu as condicionantes sociais e ambientais obrigatórias dos processos de licenciamento.

Esse desenvolvimentismo “conquistador” vem impregnado de uma ameaça grave ao Estado de Direito, à medida que sua capacidade de avanço depende, cada vez mais, do atropelo das legislações sociais, ambientais e (inclusive) econômicas – ou, mais além, da inobservância intencional de preceitos constitucionais. Cada vez mais autorreferendados, os representantes dos chamados setores produtivos em todas as esferas de poder (inclusive no Judiciário) têm adotado uma ousadia crescente nos ataques ao

que consideram entraves e obstáculos à expansão e segurança de seus investimentos, fazendo com que cada vez mais a Constituição seja incapaz de garantir proteção às vítimas desse processo.

O retrocesso ético que tem marcado as políticas desenvolvimentistas de vários governos progressistas vem acompanhado de outro elemento que remete aos tempos – os históricos da narrativa e o cronológico da publicação – de *As veias abertas*: a violência do Estado contra os “retardatários do progresso”, numa reprodução profundamente colonial da supremacia da “urbanidade moderna” sobre os “territórios serviçais”. Ou seja, a priorização absoluta das necessidades intrínsecas ao urbano – energia, matérias primas, proteína, etc. –, que é também a força motriz e o horizonte do desenvolvimento chinês, que se dá com o sacrifício daqueles que “não cabem mais neste tempo”; porque não se inserem nas cadeias de consumo, não se inserem na matriz produtiva, não servem ao capital e insistem em ocupar territórios riquíssimos com o singular propósito de neles viver.

É importante salientar que, quando se fala em violência de Estado, não é apenas a psicológica, política e jurídica que está sobre a mesa, mas a física, com uso de armas e incursão de forças policiais e militares contra as insurgências sociais. Não à toa, o governo brasileiro criou sua própria força militar – a Força Nacional de Segurança –, que, com a Polícia Federal, tem assumido os processos repressivos contra indígenas, camponeses e trabalhadores descontentes para garantir os interesses público-privados do capital público-privado, sob um discurso não de repressão, mas de proteção e segurança. Mais além, esse mesmo discurso transforma em interesse nacional os investimentos do capital privado, e em ameaças à soberania e à segurança do país quaisquer movimentos de resistência (inclusive os advindos do Ministério Público em forma de ações judiciais que questionam violações legais e/ou constitucionais).

Ora, se é esse o pacote que acompanha a “dimensão incontornável nas reconfigurações civilizatórias em curso, que estão redefinindo em grandes linhas os fluxos de matéria e energia no planeta e o metabolismo do capitalismo no século XXI”, como é descrito neste livro o advento da nova era “*made in China*”, não é abusivo questionar até que ponto o jogo no campo Sul-Sul não segue as mesmas regras do modelo hegemônico do Norte. Até que ponto a aposta em uma força contra-hegemônica como os BRICS, por exemplo, não reproduz a mesma relação de subordinação colonizada das populações que historicamente foram vitimadas sob a dominação do capitalismo euro-americano? Para o camponês ou a comunidade indígena, faz alguma diferença

se o agrotóxico que os contamina é americano ou chinês? Se a mineradora é canadense ou chinesa? Se a soja que ocupa seus territórios alimentará suínos na Espanha ou chineses na China? Como justificar que “o ‘sonho chinês’ materializa pesadelos desenvolvimentistas em escalas inéditas”, como aponta esta publicação?

Essas são algumas das reflexões que o livro apresenta a seus leitores, a partir da dissecação do papel da China em nosso país e em nossas vidas. Provavelmente haverá momentos em que o leitor pensará consigo mesmo que, dada a voracidade dos mercados internacionais e o mata-mata no ringue global do capitalismo, na falta de para onde correr até que o emaranhamento inexorável de Brasil e China não é assim tão mal. Afinal, trata-se de uma relação de mútuo benefício.

Será mesmo? De fato, o olhar atento captará, inclusive nas linhas que re-latam as vantagens econômicas de uma determinada fatia da sociedade brasileira nas relações com a China, que este livro é uma convocação urgente para o questionamento dos rumos que o Brasil vem trilhando. Apenas garantir o ter (como tem buscado o governo com suas políticas de facilitação de acesso ao consumo), sem garantir a liberdade plena de ser, não é o bastante.

Muito já se falou em estabelecer limites ao desenvolvimento. Muito já se lutou pela garantia dos direitos da parcela da população mais frágil de nosso país. Muito já se criou, em termos de alternativas, para provar que a premissa de que “não há outro jeito” é falaciosa. Então como é possível que as lutas por avanços das conquistas sociais e que as bandeiras reivindicatórias pela multiplicação de diversidades venham sendo suplantadas e substituídas pela urgência agônica das resistências contra os retrocessos que ameaçam o que já havia sido garantido? Quanto do esbulho da América Latina relatado em *As veias abertas* não tem sido reproduzido (de forma repaginada ou *ipsis litteris*) sob olhares condescendentes e/ou coniventes dos discípulos do neodesenvolvimentismo?

Em sua trajetória no Brasil, no Cone Sul, na América Andina e na América Central, a Fundação Rosa Luxemburgo tem buscado entender, introjetar, apoiar, instrumentalizar e difundir processos emancipatórios que rompam com o modorrento pensamento único imposto por um tradicionalismo colonialista transvestido de urgência da modernidade. Este livro é, assim, mais uma pequena contribuição para o debate sobre o que fomos, o que estamos e o que seremos – ou podemos ser.

São Paulo, dezembro de 2014.



O mundo *made in China* e o metabolismo do capitalismo do século XXI

O mundo hoje é “*made in China*”. Da mais simples e banal a mais complexa materialidade da nossa vida cotidiana, de um lápis a um *smart-phone*, da infinidade de objetos de plástico que enchem as lojas de ‘R\$ 1,99’ a objetos de consumo de luxo, passando por toda classe de eletrônicos, ferramentas, louças, têxteis, roupas, sapatos, brinquedos, até materiais de construção, produtos químicos, agrotóxicos, etc., grande parte do mundo que nos rodeia é fabricado na China. Em um mundo globalizado, a expressão dos distintos nacionalismos e patriotismos também depende dos importados baratos da China. São atualmente feitas na China as bandeiras nacionais da maioria dos países (Estados Unidos e Coreia do Sul fizeram recentemente leis tentando reverter essa tendência, ao menos para as de uso militar).¹ Vêm da China as bandeiras expostas nas ruas, nas marchas, nas campanhas, nos estádios e nas manifestações e que expressam, visivelmente, todo o espectro de posições políticas. As bandeiras do MAS (*Movimiento al Socialismo*) da Bolívia, assim como as do Brasil, já chegam em rolo vindas da China.² Até o carnaval brasileiro depende hoje em mais de 80% da importação de tecidos, plumas e adereços chineses.³

Da mercadoria “verdadeira” à infinidade de cópias, falsificações e réplicas, a China tornou possível, em preço e escala de produção, viabilizar o consumo de massa tal como conhecemos hoje. Não é exagero dizer que o padrão de consumo profundamente entranhado nos imaginários culturais e sociais do que é “desenvolvimento”, que dá corpo e materialidade ao modo de vida que associamos à globalização, só se tornou possível graças à China.

Ao longo das últimas três décadas, a emergência da China alterou de maneira dramática as estruturas produtivas em todos os países, em maior ou menor grau, em todas as regiões do globo.

Ao assumir o papel de grande fábrica do mundo, o país criou dinâmicas decisivas que radicalizaram a *divisão internacional do trabalho*, *descentralizando a indústria*, por um lado, e também *desindustrializando* e *reprimarizando* várias economias, impulsionando uma grande demanda de recursos naturais, o que vem, por sua vez, reconfigurando uma *divisão internacional da natureza*: ao longo da última década, a demanda chinesa foi o principal fator responsável pela alta dos preços internacionais das *commodities* e consolidou-se como o motor da expansão da indústria extrativa em nível global.⁴ A China é atualmente a segunda maior economia do mundo, uma potência geopolítica e econômica e o maior comprador internacional de matérias-primas.

A realidade do mundo *made in China* é determinante para pensar as especificidades do capital como *modo de produção* e *relação social* em escala planetária. As economias de todo mundo, em maior ou menor grau, se encontram hoje invariavelmente atreladas à China, que é considerada a principal engrenagem do crescimento da economia mundial.⁵ Enquanto a indústria chinesa sustenta a produção de mercadorias que conferem existência à grande parte da materialidade do nosso cotidiano, a industrialização chinesa e seus processos correlatos – como a mudança nos hábitos alimentares milenares e a massiva urbanização em curso na Ásia – dependem, por sua vez, essencialmente do aporte constante de matérias-primas e recursos naturais obtidos ao redor do mundo (minérios, madeiras, fibras, grãos, carnes, etc.), sendo que a extração e o processamento destes estão relacionados a demandas energéticas e infraestruturas para escoamento e circulação, compondo um processo que vem sobredeterminando massivamente territórios ao redor do mundo.

Nesta perspectiva, a consideração do “fator China” impõe uma dimensão incontornável nas reconfigurações civilizatórias em curso e que estão redefinindo em grandes linhas os fluxos de matéria e energia no planeta e o *metabolismo do capitalismo no século XXI*.⁶

O “fator China”

A ascendência da China como nova potência global e seus efeitos na economia, na política e em questões de segurança internacional demarcam um novo momento geopolítico que os analistas definem como o fim do *Século Americano* e o início do *Século do Pacífico*, com a Ásia como novo centro de gravidade da economia mundial.⁷

Estimativas recentes baseadas na paridade do poder de compra apontam que até o final de 2014 a economia chinesa deve ultrapassar os EUA e assumir o posto de primeira economia mundial, antecipando o prognóstico calculado para ocorrer somente em 2019.⁸ Assim, a China recupera a posição que detinha até 1890, quando foi suplantada pelos EUA como primeira economia mundial.⁹ Até o final do século XIX a China se manteve à frente da Europa como maior economia do Planeta (chegando a deter aproximadamente um terço da produção global de bens e serviços), quando foi então subjugada pela Inglaterra e aliados através da Guerra do Ópio, episódio que marca a incorporação do país à moderna economia de mercado.¹⁰

O peso da China no cenário internacional é resultado de um processo relativamente recente, que começa a tomar corpo, de forma planificada, a partir das reformas introduzidas no país de 1978/79 em diante. O crescimento chinês começou nos anos 1980, mas passou a impactar o mundo ao longo dos anos 1990, se consolidando no final da primeira década do século XXI, quando se torna a segunda economia do mundo.

Antes disso, a China estava devastada nos primeiros anos do século XX. Após séculos de poder centralizado, viu seu território ser entregue às forças estrangeiras. Entre 1800 e 1985, o país passou por cinco guerras externas (da Guerra do Ópio às invasões japonesas) e mais cinco guerras civis (de Taiping à Revolução Cultural). Em função das particularidades do seu processo histórico, a Revolução Comunista criou as condições para sua industrialização massiva, que impactou dramaticamente nas dinâmicas do capitalismo global.

Após a morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping assumiu o poder em 1978. O pragmatismo que se seguiu é condensado no espírito do slogan do período: *“não importa se o gato é branco ou preto, contanto que ele pegue o rato”*. As reformas que se seguiram foram centradas em estabelecer uma política de desenvolvimento econômico, mudando os rumos do socialismo da China e traçando um projeto novo para desenvolver o país por meio da liberalização econômica, mas que preservasse a orientação socialista e a liderança do Partido Comunista. O objetivo era transformar a China de um país pobre (na época com mais de 60% da população vivendo com menos de US\$1 por dia) em uma nação rica e poderosa no século XXI.¹¹

Este processo, para o qual contribuíram múltiplos fatores em complexidade e abrangência, significou forjar o engajamento de uma sociedade inteira em uma empreitada sem similar na história, e, em especial, sem similar na história do desenvolvimento do capitalismo.

Um dos seus principais pilares foi a instauração das zonas econômicas especiais (ZEE), mecanismo de abertura da economia chinesa a partir da década de 80 do século XX. Estas se configuraram em importantes cidades próximas a áreas portuárias, constituindo zonas de livre comércio, abertas ao capital externo. Como forma de modernizar o aparelho produtivo, as ZEEs foram concebidas para atrair os investidores estrangeiros que, em troca, introduziriam na China tecnologias e métodos modernos de administração, com o propósito de criar um fluxo de exportações gerador de divisas. Para isso, os investidores foram encorajados por vendas sem impostos, tarifas menores, infraestrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexíveis, menos burocracia e farta disponibilidade de mão de obra barata.

Apontado como a principal vantagem comparativa da China, o “preço chinês”, atribuído à superexploração do trabalho, inexistência de regulação ambiental e uma forma mutante de capitalismo totalitário de Estado, é geralmente indicado como principal causa da perda de competitividade e do desmonte de indústrias nacionais em todo o mundo – inclusive nos Estados Unidos. Contudo, é importante lembrar, foi o “preço chinês” que permitiu o “preço Walmart” (e o acesso e aumento exponencial do consumo que este representa), expressando os dois lados indissociáveis de um mesmo fenômeno que ca-

-racterizam o mundo *made in China* e das especificidades do funcionamento do capitalismo hoje.¹² Lucram com o “preço chinês” as principais companhias norte-americanas que estão dentro da China, produzindo desde a China para o mundo, e também, cada vez mais, para o crescente mercado interno chinês. Esse é caso da Apple, Dow Chemical, General Eletrics, General Motors, Caterpillar, Nike, Procter&Gamble, CocaCola, Pepsico, Yum! (KFC), McDonald’s, entre muitas outras.¹³ A própria rede varejista Walmart está presente há 18 anos na China.¹⁴ Da mesma forma, embora em menor número, as empresas europeias como as alemãs Volkswagen, Bosch, Siemens, BASF, ThyssenKrupp têm operações na China para atender ao mercado global e ao mercado chinês.

A produção desde a China para o mundo e a expansão dentro da China são consideradas por todas as empresas estrangeiras como aspectos cruciais para suas estratégias de longo prazo. O crescimento da economia e das exportações ‘da China’ é também intrinsecamente dependente da atuação, desde o seu território, das principais empresas transnacionais. Ainda nessa perspectiva, as emissões de gases de efeito estufa ‘da China’ são em medida considerável resultantes do processo industrial que, apesar de ocorrer em território chinês, é destinado à exportação e consumo realizado em outros países. Embora as emissões – e a poluição atmosférica local e seus efeitos – pertençam à China, as exportações da China é que alimentam e dão materialidade, cotidianamente, ao modo de vida urbano e globalizado compartilhado (em maior ou menor grau) em todo o mundo.¹⁵ Da mesma forma, as emissões associadas à mudança de uso da terra e ao desmatamento da Amazônia para produzir soja que será consumida na China devem ser atribuídas a quem?

Afinal, quem está dentro de quem?

“O comércio internacional se mede atualmente por aquilo que se conhece como ‘valor bruto’. O valor comercial total de uma importação se atribui a um único país de origem quando este produto chega à alfândega. Isto funcionava corretamente nos tempos do economista David Ricardo: há duzentos anos Portugal vendia vinho ‘feito em Portugal’ e comprava tecidos ingleses ‘feitos na Inglaterra’. Hoje o conceito de país de origem está obsoleto. O que chamamos ‘feito na China’ está realmente montado na China, mas seu valor comercial procede destes numerosos países [e patentes] que antecederam a montagem. Já não tem sentido pensar no comércio em termos de ‘eles’ e ‘nós’.”

Pascal Lamy, ex-diretor geral da OMC *Financial Times*, 22/01/2011.

Com a transformação da natureza do comércio internacional levada a cabo pela globalização, os termos em que (ainda) pensamos em “nós” e “eles”, em “indústria nacional”, até mesmo em “país de origem” – como se isso indicasse de fato a nacionalidade que recebe o maior valor comercial da mercadoria e onde de fato estão os processos de geração de valor –, são postos em xeque no enfrentamento das contradições de um mundo cada vez mais *made in China*.¹⁶

Apesar da força do setor privado no país, a transformação produtiva da China nos últimos trinta anos se deu sob o comando do Partido Comunista Chinês, na linha da concepção chinesa muito particular sobre o seu desenvolvimento: a “*teoria do pássaro na gaiola*” lançada no início dos anos 1980. Segundo essa metáfora-slogan, a gaiola poderia ser expandida, de modo a deixar mais pássaros entrarem, conferindo-lhes a ilusão de liberdade, mas sem jamais se cogitar a sua retirada, pois assim eles voariam para longe. Uma forma de dizer que a China nunca adotaria reformas no sentido de uma “economia de mercado plena”, o que para a elite política chinesa tende a ser visto como sinônimo de capitalismo.¹⁷ Não obstante, as empresas estatais chinesas resguardam para si a atuação nos setores considerados estratégicos, como energia e infraestrutura, atuando na China, mas também em países em desenvolvimento, construindo estradas, portos, ferrovias, represas, linhas de transmissão, pontes, hotéis, estádios, hospitais e casas.

Outro fator importante que contribuiu para levar a produção em massa na China a um patamar incomparável se deve às particularidades da percepção chinesa acerca da produção de cópias, ou do que entendemos por pirataria. Esta, ao mesmo tempo em que integra um traço próprio da cultura mercantil da China de períodos anteriores, se ancora em um entendimento singular do que seja a “propriedade intelectual” – imitar é percebido socialmente como aprendizado – bem diferente do entendimento que prevalece no ocidente, e que é o pilar do atual paradigma de comércio internacional no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS). Após quinze anos de negociação, a China ingressou formalmente na OMC em novembro de 2001, e desde então vem se adequando às regras do regime, sendo o combate ao mercado pirata bastante recente. Para se ter uma ideia, estimativas apontam que

uma em cada quatro Coca-Colas vendidas na China é falsificada.¹⁸ Bolsas, relógios, tênis, celulares, pneus e até partes de aeronaves são falsificados no país. Para se proteger legalmente do sistema internacional de propriedade intelectual, os chineses operam com uma categoria especial: os produtos *shanzhai* (“similares”), de grande apelo popular e que imitam parcialmente as marcas consagradas, mudando uma letra, algum aspecto na identidade visual ou no logotipo, que não procura se passar pelo original, mas mantém uma ligação com ele. Em uma cultura de consumo na qual o preço das mercadorias depende em grande parte do custo do uso do nome da marca (*logo*) e da imagem que isso representa, os produtos “similares” viraram referência cultural de quem quer o simbolismo da marca e a identidade que ela carrega sem ter que pagar por isso, e que são consumidos em escala massiva na China e ao redor do mundo.¹⁹

Mas uma das principais dimensões do surgimento deste “país fábrica” é o movimento migratório campo-cidade que possibilitou a disponibilidade de mão de obra necessária. A urbanização da China nas últimas décadas é um movimento de impacto em todo o planeta e talvez até hoje o maior da história da humanidade. Além disso, está associado a profundas modificações nos padrões sociais que não têm paralelo conhecido na história, como a política de filho único (que erradicou do contexto social e das relações familiares a experiência de irmãos, tios, primos e sobrinhos), e cujos reflexos no tecido e na experiência comunitária em médio e longo prazo ainda não foram totalmente dimensionados, assim como mudanças culturais com vastas repercussões ambientais, como o aumento radical do consumo de proteína (animal e vegetal) na alimentação.

Estima-se que em 2030 a população urbana da China será de 1 bilhão de pessoas: uma em cada oito pessoas do planeta viverá em alguma cidade na China.²⁰ Que tipo de vida terá essa população urbana e como serão essas cidades (moradias, mobilidade, saneamento, etc.)? Que fontes energéticas darão conta da demanda? Para sustentar este processo, que replica hábitos e padrões de consumo ocidentais, que demanda extrativa recairá sobre outros territórios? Quais os impactos ambientais e sociais, no plano local e ultramar?

Segundo o *World Urbanization Prospect 2014* da ONU, projeta-se que o crescimento populacional e a urbanização devem acrescentar 2,5 bilhões de pessoas à população urbana até o ano de 2050, sendo que cerca de 90% desse aumento deverá estar concentrado na Ásia e África, causando profundas reconfigurações espaciais e territoriais, em uma escala e em um horizonte temporal inéditos na história.²¹ O discurso hegemônico defende a urbanização como uma tendência inexorável, pela qual os países desenvolvidos já passaram e que agora deve ser levado a cabo no restante do mundo.²² Sob o discurso da eficiência energética, da segurança climática e da viabilidade tecnológica e econômica de garantir metas e objetivos de desenvolvimento, o crescimento das *megacities* (metrópoles com mais de 10 milhões de habitantes) é uma das grandes tendências e eixos de planificação econômica global.²³

Com a urbanização, um ambiente mais propício para influenciar o gosto e massificar tendências, expande-se o número de consumidores com aumento de renda, em especial sobre as “novas classes médias” (em efeito, a nova classe trabalhadora),²⁴ sobretudo para o mercado de energia comercial e de alimentos industrializados (supermercado), entre outros; à urbanização massiva, segue o aumento do investimento em segurança (e militarização).²⁵ A cidade cria a paisagem operacional e o meio para a implementação e o gerenciamento de sistemas de informação, automação, vigilância e controle social. O meio urbano também oferece a infraestrutura de acesso e conexão para congregar os *netizens*, cidadãos e cidadãos que “vivem” a maior parte do tempo na *internet*.

São estas perspectivas sobre as massivas reconfigurações urbanizantes em curso – não apenas na China, mas em toda a Ásia – que convergem como o grande processo estruturante para acumulação capitalista nas próximas décadas. Tendo o processo de urbanização da Ásia como pano de fundo, e em menor medida de alguns países da África, é que se desdobram hoje – em grandes linhas – as macroestratégias nacionais e empresariais para assegurar mercados, criar parcerias estratégicas e ancorar expectativas de crescimento econômico.

Nesse contexto, ao longo dos últimos anos houve um aumento global da demanda por “recursos naturais”, sob o qual de maneira geral são

referidos desde minérios, petróleo, gás, madeira tropical, até produtos da agroindústria como soja, carnes, pasta de celulose, etc.

A crítica à economia extrativa ganhou lugar de destaque no debate político e na compreensão dos processos e conflitos sociais, especialmente no âmbito das esquerdas, dos movimentos populares e do discurso crítico, em que o “extrativismo” vem funcionando para circunscrever o fenômeno que de maneira geral identifica um horizonte comum a vários países (como na região latino-americana), assim como para explicar a intensificação de múltiplas crises (ambiental, climática, social) em nível global. Esse conceito e suas nuances teve e continua tendo uma importância central para as lutas políticas e para a mobilização de atores. Contudo, e essa é a perspectiva que se tenta caracterizar aqui, o extrativismo em si não abarca a compreensão da totalidade do processo material, cultural e metabólico. Se por parte dos países exportadores de *commodities* o rol de justificativas para o extrativismo é longo e diverso, por parte da demanda há que sempre perguntar para quê e para quem? *Afinal, não existe o extrativismo pelo extrativismo.*

São fundamentalmente as demandas de matérias-primas, concretas ou potencialmente geradas por este processo *urbanizante* – para infraestruturas, geração e transmissão de energia, transporte, moradia, mobilidade (e indústria automotiva), transformações nos padrões alimentares, vestuário, etc. – que geram a base concreta para as perspectivas do extrativismo para as próximas décadas: esse é o principal processo que vai conduzir as grandes transformações dos fluxos de matéria e energia ao redor do globo.

Em uma escala muito menor, a infraestrutura essencial, criada nos países desenvolvidos há cinquenta anos, deverá ser ampliada e melhorada (como nas reconversões/*retrofits* para eficiência energética), assim como nichos em um mercado e hábitos de consumo, já demográfica e culturalmente estabilizados. Em outras palavras: enquanto a China é hoje o maior mercado para carnes frescas do mundo e marcas globais (como Starbucks) trabalham para criar, consolidar e expandir o hábito do café, por exemplo, é improvável que o consumo de carnes ganhe mais terreno na Alemanha, contexto em que o vegetarianismo/veganismo cresce como estilo de vida, e para muitos, opção política.²⁶

Por essa ótica, o que aparece como a demanda “chinesa” por recursos naturais como petróleo, gás, minérios e *commodities* agrícolas, deve ser compreendido, também, como expressão dessa grande transformação de fundo e que joga luz sobre importantes reconfigurações geopolíticas em curso. No cenário internacional, no qual a Ásia passa agora a assumir o posto de novo centro de gravidade da economia mundial, são as relações construídas para atender essa demanda – garantindo oportunidades, negócios e contratos – que dão pistas de como funciona o metabolismo do capitalismo do século XXI.

A dimensão metabólica dos processos globais e de como estes se inscrevem e determinam os territórios não é uma novidade, fruto do novo papel e peso da China. Ela é constitutiva e intrínseca ao capitalismo, entendido como “sistema-mundo” que se configura desde a Europa a partir do século XV até alcançar dimensões planetárias – com potencial hoje de integrar os espaços mais extremos do planeta (do petróleo do Ártico à soja na Patagônia, até a hidroeletricidade na Amazônia e a mineração submarina).²⁷ Neste horizonte, os prospectos atuais sobre a urbanização massiva da Ásia (e partes da África) alertam para a escala e a aceleração desse processo e a insustentável reprodução ecológica, material e social do que se naturalizou como “desenvolvimento”.

Como já apontado aqui, a contínua demanda por matérias-primas e recursos para alimentar um mundo cada vez mais urbano é o que sustenta as estratégias de crescimento econômico. Esse arcabouço depende da naturalização de teses e do discurso que garante que entramos na inexorável “era urbana” da história da humanidade – um ponto de forma alguma pacífico e que requer uma compreensão muito mais complexificada das forças e relações de poder que estão imbricadas na conformação do tecido socioespacial e da existência planetária como compartilhada e codependente.²⁸

A urbanização exerce um papel central no imaginário hegemônico do desenvolvimento, autorizando a submissão de natureza, territórios, povos, populações e modos de vida – e a violência real e simbólica que acompanha esse processo – para alimentar “a cidade”. O urbano hoje representaria, assim, uma condição a qual *todas* as relações político-econômicas e socioam-

bientais estão enredadas, independentemente de sua localização terrestre. Frente a isso, os espaços, as paisagens e as formas de vida não urbanas, em escala local, nacional e regional, estão cada vez mais subordinados e operacionalizados pelo processo de abrangência global da urbanização capitalista e de sua capacidade de produzir subjetividades – proporcional à sua capacidade de demandar, extrair e consumir matéria e energia (e produzir resíduos), conformando um gigantesco e único metabolismo. Da mesma forma, ao fazer frente a esse processo macro, a luta pela terra e a defesa e afirmação dos territórios e do local adquirem significado estratégico, emancipatório e uma dimensão estrutural na política do século XXI.

“Sonho” (ou pesadelo) chinês?

No início de 2013, os veículos oficiais de comunicação na China começaram a utilizar a expressão “sonho chinês”, que significa “resgatar o grande renascimento da China para o mundo”, referindo-se à convocação feita pelo Presidente Xi Jinping aos jovens do país.²⁹ A expressão logo se massificou na imprensa anglófona: “*Chinese dream*” ou “*China dream*” (*sonho chinês* ou *sonho da China*, dependendo da ênfase no papel da nação).

O “*American dream*” (*sonho americano*), um dos pilares da hegemonia dos EUA no mundo, é fundado na cultura individualista e no consumo de massa, e funciona como *ethos* nacional: um conjunto de valores e ideais partilhados que dão coesão à experiência do que é “ser americano”, e que é projetado como sendo uma aspiração universal sobre o resto do mundo. Agora, é a China que busca definir o que ela almeja enquanto nação e sociedade (para além da prosperidade e do conforto material da “classe média”), que expresse qual o seu papel neste século e no lugar que ocupa

na nova ordem mundial. Em quê e de que forma o “sonho chinês” aspira de fato a ser diferente do “*American way of life*”? Como atender às expectativas de prosperidade do povo chinês e uma demanda que depende, fundamentalmente, de uma pressão crescente sobre outros territórios? Até onde esse novo lugar na ordem mundial poderá ser ocupado sem um poderio militar³⁰ – uma vez que é um tema constante para o governo chinês convencer o mundo de que a ascendência da China se dá por vias pacíficas, de que o país não tem planos expansionistas e de que sua natureza como grande potência global será distinta?³¹

A grande questão histórica hoje é se será possível a emergência por vias pacíficas de uma grande potência global que signifique o fim da hegemonia dos EUA.³² Ao contrário dos EUA, a China não possui *nenhuma* base militar fora do seu território (apesar de ter anunciado em 2011 os planos de construir a primeira base no exterior, nas Ilhas Seychelles, no Oceano Índico, na intenção de coibir a pirataria nas suas rotas de comércio marítimo). Contudo, um *hegemón* não se define apenas pela ordem militar e econômica. Do ponto de vista da dominação cultural e simbólica, a reprodução das elites globais ainda passa necessariamente pelas universidades norte-americanas,³³ assim como pela indústria do entretenimento na fabricação de imaginários ocidentalizantes, de Hollywood à Disney.

Historicamente, a conquista imperial britânica e ocidental do oriente se deu sobre a natureza militarista do Estado imperial, as suas relações econômicas não recíprocas de comércio exterior e a ideologia imperial do ocidente, que motivaram e justificaram a conquista de territórios e povos do além-mar. Ao contrário da China, a Revolução Industrial na Grã-Bretanha e sua expansão no exterior foram impulsionadas por uma política militar. Durante o período de 1688 a 1815, a Grã-Bretanha esteve envolvida em guerras mais da metade do tempo. Onde os chineses dependiam de seus mercados abertos, de sua produção superior (porcelana, seda, etc.) e das sofisticadas habilidades comerciais e bancárias, os britânicos contaram com a proteção tarifária, a conquista militar e a destruição sistemática de empresas competitivas no exterior, bem como na pilhagem e apropriação dos recur-

... sos locais. A predominância global da China até o século XIX foi baseada em “benefícios recíprocos” com os seus parceiros comerciais, enquanto a Grã-Bretanha contou com exércitos mercenários de ocupação, repressão selvagem e políticas de “dividir para reinar” que visavam fomentar as rivalidades locais. Diante da resistência nativa, os britânicos (bem como outras potências imperiais ocidentais) não hesitaram em exterminar comunidades inteiras ao redor do globo.³⁴

Como isso é recebido pelos Estados Unidos? Frente à aspiração de um “*Chinese dream*”, John Kerry, secretário de Estado dos EUA, propõe que América, China e outros países devem trabalhar na direção de um “*Pacific dream*” (*sonho pacífico*, referindo-se à região e área geográfica de influência do novo eixo de poder, mas que também faz referência a uma correlação não militar), com cooperação em temas desde o aumento do número de empregos, passando por mudanças climáticas até a proliferação de doenças pandêmicas, etc.³⁵

Na prática, o “*Pacific dream*” orienta grandes estratégias e acordos regionais (rivals) de livre comércio. A região é apontada como a “sala de máquinas” (*engine room*) do comércio global e também o *playground* digital do planeta: as costas do Pacífico, de Xangai ao Vale do Silício, a região é onde a vida digital e conectada (e o consumo de tecnologia) está mais disseminada no planeta. Os EUA, desde 2005, negociam o *Trans-Pacific Partnership* (TPP), que hoje conta com a participação de doze países, menos a China e a Rússia: Austrália, Brunei, Darussalam, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Vietnã e Estados Unidos.³⁶ A China, por sua vez, vem liderando desde 2006 a construção de um marco separado de liberalização do comércio na região, no âmbito mais amplo de uma estratégia de integração econômica regional de longo prazo, que incluiria a criação de uma área de livre comércio para a Ásia-Pacífico (*Free Trade Area of the Asia Pacific*, FTAAP).

Em um cenário internacional em profundas modificações, no médio e longo prazo a consolidação de uma nova ordem passa pela reorganização de relações comerciais. Os fluxos de comércio com a China e a natu-

reza dos investimentos chineses ao redor do mundo têm papel central em apontar em que medida essa nova ordem aponta no sentido de promover “complementaridades estratégicas” e “benefícios mútuos” ou mais bem reproduz equações de dependência (e novas relações imperiais).

Na perspectiva metabólica, o direcionamento das estratégias nacionais e regionais para atender à demanda da China vem inscrevendo profundas – e irreversíveis – transformações nos territórios, onde o “sonho chinês” materializa pesadelos desenvolvimentistas de escalas inéditas.

O exemplo mais emblemático é o projeto de construção na Nicarágua de um novo canal interoceânico, ligando o Atlântico ao Pacífico, para competir diretamente com o Canal do Panamá nas rotas mundiais de transporte marítimo. Em 2013, a empresa HKND (Nicaragua Canal Development Investment Co. Limited), do bilionário de Hong Kong Wang Jing, ganhou a concessão para a construção do canal por cinquenta anos (renovável por mais cinquenta para administrá-lo). O projeto de lei para a construção do canal foi aprovado no Congresso da Nicarágua por 61 votos a 25. No décimo primeiro ano de operacionalização do canal, a Nicarágua terá 10% da empresa, valor que será de 100% no espaço de um século. A hidrovía artificial terá seu início na foz do rio Brito na costa do Pacífico e passará até o rio Punta Gorda na costa do Atlântico, se estendendo por 278 km. Estima-se que deva custar cerca de US\$ 40 bilhões e empregar 200 mil trabalhadores na construção, ao longo de 10 anos. À construção do canal também estão associados um oleoduto, dois portos de águas profundas, uma ferrovia transcontinental e dois aeroportos.³⁷ No entanto, as populações indígenas que terão suas terras afetadas pelo canal não foram consultadas, de acordo com denúncias de opositores ao projeto, e há graves riscos ambientais e ecológicos para o Lago da Nicarágua, a fonte de água doce mais importante do país, que deverá ser atravessado pelas obras.

O canal é um projeto geopolítico crucial em relação aos EUA, para demarcar a nova era de relações entre China e América Latina. Além de servir à expansão do comércio da China com o restante do mundo, o projeto também atende aos interesses exportadores e de ampliação do comércio dos países da região, como a Venezuela (e crescentemente o Brasil), que

enviam petróleo e outras *commodities* para China; um canal mais amplo permitiria a passagem de petroleiros maiores do que os atuais da dimensão Panamax, diminuindo o número de viagens e reduzindo custos.

América ‘LaChina’

O fluxo de comércio exterior e o aumento dos investimentos diretos da China nos países da América Latina e do Caribe vêm crescendo exponencialmente desde a primeira visita do Presidente Hu Jintao à região em 2004, tendência fortalecida ao longo da última década com a elaboração da primeira estratégia de política da China específica para a região lançada no final de 2008.³⁸ O *Documento de Política da China para América Latina e o Caribe* expressa pela primeira vez o desejo do governo Chinês de “ver suas relações com a região do ponto de vista estratégico” e sobre a importância de cooperar politicamente para a construção de um “mundo harmonioso”, destacando que um importante componente no âmbito da cooperação Sul-Sul é que a relação econômica e comercial seja “recíproca e mutuamente benéfica”.

No contexto geral da América Latina, o fortalecimento e a interdependência das relações com a China, tanto ao nível individual dos países como nas perspectivas de integração regional, é hoje um fator de reconfigurações econômicas e políticas estruturais. De acordo com estudo da CEPAL, considerando a evolução do comércio dos países da região com a China observada ao longo da última década, a previsão é que até 2016 o país ultrapasse a União Europeia e torne-se o segundo mercado de destino das exportações da América Latina, bem como o segundo lugar de origem das importações para a região, atrás apenas dos EUA³⁹ (analistas preveem, no entanto, que em 15 anos a China ultrapasse os EUA como principal parceiro comercial da região).⁴⁰ Em que pese a relevância comercial chinesa para todos os países, até o momento (2014) o Chile é o único país na região com um acordo de livre comércio com a China.

Até o ano 2000, a China não ocupava um lugar privilegiado como destino de exportações ou origem de importações para os países da região. Uma década depois, em 2012, a China representava na quase totalidade dos casos (com exceção de El Salvador) um dos três principais provedores de produtos industrializados dos países da América Latina e do Caribe. Passou a figurar também como principal destino das exportações nos países do Cono Sur (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile), além de Peru, Colômbia e Venezuela.⁴¹

Em uma região tradicionalmente sob influência geopolítica dos EUA, a vinculação com a China na reorientação da balança comercial em todos os países da região materializa uma estratégia econômica, mas que não é associada a uma agenda política ou ideológica explícita, tal como a exportação de um modelo político particular, ou algum tema de preocupação militar ou de segurança. Na América Latina em geral, a China é vista como um parceiro pragmático, e o estreitamento das relações econômicas com o país não é percebido como fonte de preocupação de que sua crescente influência na região será usada para modificar políticas, recrutar parceiros para seus objetivos globais ou competir com os EUA por potenciais aliados.⁴² Contudo, o *Documento de Política* da China para a região define entre as linhas estratégicas da cooperação, que “o lado chinês vai realizar ativamente intercâmbios militares e diálogos de defesa e cooperação com os países da América Latina e do Caribe”.⁴³

A China é um fator determinante para entender vários aspectos da conjuntura política latino-americana atual. Primordialmente, as importações de *commodities* pela China contribuíram decisivamente para manter os preços internacionais em alta, o que trouxe para a América Latina oportunidades de exportação e um ingresso massivo de divisas com base na intensificação do extrativismo, ponto que será retomado a seguir.

Além disso, o “fator China”, enquanto horizonte e escala de demanda e ingressos, tem funcionado como um elemento importante para o respaldo político em diferentes contextos e governos. No período pós-crise, e no caso de países com dificuldade de acesso a créditos internacionais como Venezuela, Argentina e Equador, a China foi responsável por garantir em-

préstimos através do Banco de Desenvolvimento da China, transformando-se também em um importante credor.⁴⁴

Alguns países tomaram empréstimos da China garantidos por petróleo, como o Brasil, Equador e a Venezuela. Há uma ideia equivocada de que, após assinado o contrato, se envia uma quantidade fixa de barris para a China por dia, a despeito da variação de preço e câmbio. A China, ao contrário, compra o petróleo a preços de mercado e deposita uma quantidade do valor no Banco de Desenvolvimento da China, que então saca o dinheiro da conta e desembolsa como uma parcela do crédito.⁴⁵

No caso do Brasil, em 2009 a estatal chinesa Sinopec assinou um contrato de compra de petróleo da Petrobras por 10 anos, que serviu como garantia de um empréstimo de US\$10 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China para a Petrobras. O acordo estipulou que a Petrobras devia aumentar suas vendas para a Unipet Asia (uma subsidiária da Sinopec) de 150 mil barris por dia no primeiro ano do contrato para 200 mil barris por dia durante os nove anos seguintes. Além do empréstimo, na ocasião foi firmado um memorando de entendimento entre a estatal brasileira e a Sinopec visando à cooperação em áreas de exploração, refino e petroquímica.⁴⁶ Esse empréstimo à Petrobras foi de suma importância, tendo em vista o momento de fragilidade financeira que a empresa experimentou naquele ano.⁴⁷

Em 2009, a China passou a fazer parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo que no momento de seu ingresso a China se comprometeu a contribuir, via o Banco de Exportação-Importação da China (China Ex-Im Bank), com US\$350 milhões para o grupo do BID para participar do financiamento de projetos na América Latina através da criação de uma plataforma de fundos para apoiar a integração econômica e financeira entre o país e a região.⁴⁸ Na ocasião, a China ingressou também nas instituições afiliadas ao BID: a Corporação Interamericana de Investimentos (CII), que se concentra em empresas de médio porte, e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), entidade que, adminis-

trada pelo BID, promove o crescimento e a redução da pobreza através de investimentos no setor privado, concentrando-se em micro e pequenas empresas e na área de microfinanças.

A China desde então vem ampliando sua participação como ator financeiro na região.

Em 2010, os chineses concederam créditos de US\$ 37 bilhões na região, soma que excedeu o total do BID e do Banco Mundial (BM) para o mesmo período. Estima-se que a China tenha concedido empréstimos no valor aproximado de US\$ 86 bilhões a países da América Latina desde 2005 até 2013.⁴⁹ Esse montante é mais alto que o conjunto de empréstimos concedidos pelo BM, o BID e o Banco de Exportação-Importação dos Estados Unidos (US Ex-Im Bank) nesse mesmo período; contudo, esse valor ainda é menor que o emprestado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dentro do Brasil no mesmo intervalo.⁵⁰ Em 2012, o China Ex-Im Bank e o BID anunciaram um fundo conjunto de US\$ 1 bilhão para investimentos do setor privado e público na América Latina. Em 2013 o Banco Popular da China anunciou o investimento de US\$ 2 bilhões em projetos do BID, (desembolsados a partir de 2015/2016 até o final da década) serão destinados ao setor público e privado na América Latina e no Caribe. A contribuição será destinada a cofinanciar até US\$ 500 milhões em empréstimos ao setor público e até US\$ 1,5 bilhão ao setor privado.⁵¹

Além disso, a China e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) anunciaram no início de 2014 a criação de um mecanismo oficial de diálogo. CELAC é o novo mecanismo de concertação política e integração que abrigará os trinta e três países da América, *com exceção* dos EUA e do Canadá.⁵²

Lançado com a *Declaração de Brasília*, adotada em julho de 2014 (logo após a VI Cúpula dos BRICS), o Fórum CELAC-CHINA é um novo instrumento de cooperação Sul-Sul e reúne países que respondem por “21% do PIB, 26% da população e 19% do território mundiais”.⁵³ Para marcar a oficialização do Fórum, a China ofereceu US\$ 35 bilhões de recursos próprios para financiar projetos na América Latina, através da criação de um Fundo de Cooperação China-América Latina e Caribe (cujo estabelecimento de-

finitivo foi vinculado às negociações do Fórum permanente e da proposta chinesa para criar novos laços com a região).⁵⁴

A primeira reunião ministerial do Fórum CELAC-China aconteceu em janeiro de 2015, em *Beijing*, quando foi adotado o Plano de Cooperação China-América Latina e Caribe 2015-2019, definido como uma “nova plataforma, novo ponto de início e nova oportunidade para o diálogo e a cooperação entre a região e a China”.⁵⁵ O Plano é o “mapa do caminho” dos planos da China para a região (e da região para com a China) para o próximo período. Com foco central em comércio e investimento, o plano abrange treze setores e tem como objetivo central *ampliar o comércio e os investimentos em infraestrutura entre China e os países da CELAC*.

Em comércio o objetivo é alcançar U\$ 500 bilhões em 10 anos (de forma “equilibrada e mutualmente benéfica”), assegurando, com ênfase particular, aos países da CELAC a produção de bens de valor agregado e de alta tecnologia. Além disso, impulsionar o comércio eletrônico e de serviços (“sem prejuízo ao comércio tradicional”) e projetos na área de infraestrutura para construir e modernizar infraestruturas (ferrovias, portos, aeroportos, estradas, telecomunicações, armazéns), tecnologias da informação e comunicação (banda larga, tv e radio), agricultura (agronegócio e agricultura familiar), energia (convencional e renovável), construções habitacionais e de infraestrutura urbana. Um aspecto central é a garantir a fluidez dos fluxos logísticos, e para este objetivo, os Empréstimos Especiais para Infraestrutura Sino-Latino-Americana e Caribenha, com vista a “melhorar a conectividade dos países da América Latina e do Caribe *entre si*, e destes *com a China*”.⁵⁶

As regras de funcionamento do Fórum garantem “flexibilidade institucional” para avançar com arranjos de distintas configurações, sob o princípio da participação voluntária dos membros, “de acordo com as políticas domésticas e as provisões do sistema legal nacional.” O mecanismo é de caráter plurilateral: as ações de cooperação (e comércio) podem assumir configurações envolvendo um pequeno número de países ou até a totalidade dos membros - além da colaboração com outras iniciativas e organizações regionais e subregionais de integração (UNASUL e MERCOSUL, entre outras).

Em 2015 completa-se uma década da derrota da ALCA. Contudo, os objetivos de comércio da nova plataforma CELAC-China apresentados no plano 2015-2019 lançam outro horizonte de interrogação: a integração regional será afinal ‘LaChinoAmericana’ ?

O Consenso de Beijing e o debate sobre o extrativismo na América Latina

“O relacionamento político e econômico entre a China e os países latino-americanos e caribenhos cresceu exponencialmente nos últimos dez anos. Esse crescimento foi possível graças à feliz coincidência entre a consolidação da posição da China como segunda maior economia mundial com o recente período de crescimento econômico e desenvolvimento social da região latino-americana e caribenha. O Brasil e nossa região soubemos utilizar o aumento dos preços das *commodities*, na última década, para resgatar algumas dívidas históricas com suas respectivas sociedades. Reduzimos a pobreza, combatemos as desigualdades e aumentamos o bem-estar de nossos cidadãos, incorporando milhões de excluídos a uma emergente classe média. *Construímos também economias com fundamentos mais sólidos. Não há dúvidas de que a desaceleração mundial nos afeta, mas não provoca mais o desarranjo macroeconômico de outrora.*”⁵⁷

Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, *Beijing*, janeiro 2015.

Como regra, a China tem buscado acessar os recursos naturais de que necessita através do mercado.⁵⁸ Com isso, os preços das matérias-primas e das *commodities* do agronegócio em geral tiveram um *boom* nos anos recentes, fortalecendo um mercado internacional competitivo.

Por outro lado, após um momento inicial do alinhamento de várias economias com o fator China, impulsionando o crescimento econômico, permitindo o estabelecimento de novos arranjos e redirecionando os fluxos de matéria e energia, avalia-se que o mercado global já se adequou à demanda chinesa e que os preços globais de agora em diante devem se manter estáveis (ou mesmo decair em alguns casos). Isso lança novos interrogantes, especialmente no contexto de países com economias em grande parte redirecionadas para atividades extrativas e de produção de *commodities* de exportação, dependentes do intercâmbio com a China.⁵⁹

O peso da exportação para a China de itens convencionalmente identificados com o extrativismo foi um fator fundamental para a estabilização da economia em vários países após a crise financeira de 2008. A partir desse ano, a contínua demanda chinesa por matérias-primas teve um peso determinante e permitiu aos países da região sobreviverem aos impactos da crise econômica que afetou, sobretudo, os Estados Unidos e a Europa. Entre 2008 e 2010, a China assegurou cerca 50% do crescimento do PIB mundial.⁶⁰ Para a América Latina e sua inquestionável “vantagem comparativa” atribuída a um território com vastas reservas de recursos naturais, isso resultou na possibilidade de alguns países ancorarem suas políticas públicas na renda obtida com a priorização e intensificação das atividades extrativas; a intensificação dessas atividades na pauta exportadora nos últimos anos serviu de principal estratégia para alguns países – em um horizonte de tempo eleitoral – garantir ingressos e financiar programas sociais, tendo contribuído, assim, de forma decisiva para a continuidade de governos do campo identificado como progressista. Ao longo do último período, o aumento das exportações para a China e o horizonte de contratos de investimentos e apoio a projetos de infraestrutura por parte desse país foram responsáveis por respaldar prognósticos e índices de crescimento em várias economias na região, justificando o apoio e a adesão a políticas e programas de governos e garantindo estabilidade política e continuidade em diferentes contextos.

Contudo, em seu horizonte estratégico, a intensificação do comércio e os investimentos da China na região latino-americana e caribenha têm demonstrado um objetivo comum: a prospecção de projetos que, em siner-

gia, *reduzam os custos e agilizem o transporte via oceano Pacífico*. Isso inclui o acesso às matérias-primas mais óbvias (minério de ferro, cobre, petróleo e madeiras tropicais) e investimentos em energia que servem aos processos extrativos e de processamento locais, assim como infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, etc.) que também garantem a produção e o escoamento de *commodities* agrícolas (com destaque para a soja), contribuindo para assegurar de forma continuada e crescente o atendimento ao mercado doméstico chinês em médio e longo prazo. Atrrelada fundamentalmente à demanda chinesa, essa estratégia é apontada como denominador comum e como condição de continuidade do atual modelo de desenvolvimento instalado na região. Por sua vez, os crescentes conflitos sociais e ambientais, marcadamente entre as populações diretamente afetadas nas áreas impactadas pela indústria extrativa nos vários países, têm tido um papel catalisador, tanto na percepção das lutas comuns, como nos processos de análise, discussão e proposição de alternativas para a região.

Sob o marco geral do conceito de neoextrativismo é que de forma crítica vêm sendo pautados no debate público os fenômenos de reprimarização e a associada desindustrialização, apontando a formação de economias de enclave, dependentes da globalização, que geram poucos benefícios para as economias nacionais e não resultam na criação de empregos. O neoextrativismo como uma orientação de fundo dos países e governos da região latino-americana vem servindo para organizar a compreensão dos processos, desafios e lutas comuns no continente, bem como na forma em que este se reflete nas mudanças da estrutura produtiva dos países e nos conflitos sociais e ambientais relacionados. Na especificidade do contexto brasileiro, grande parte dessa mesma discussão faz parte do que vem sendo apontado como contradições ao centro do modelo “neodesenvolvimentista”.⁶¹

Sob o neoextrativismo hoje estão em marcha importantes reconfigurações nos debates sobre desenvolvimento. “Enquanto no passado se associavam as economias de enclave com a dependência comercial e a transnacionalização, agora estas são defendidas como êxito exportador;

enquanto anos atrás se arguia a necessidade de abandonar o extrativismo para promover a industrialização nacional, hoje em dia se festejam os recordes de exportação de matérias-primas” (Gudynas, 2011).⁶²

Desde uma leitura crítica, a dependência extrativista está abarcada por aquilo que seria o “Consenso das *Commodities*”, em analogia ao que representou o Consenso de Washington na década de 1990 (Svampa, 2013):

“Tanto os governos que mostram continuidades com o Consenso de Washington como aqueles que desde o discursivo, o político e o produtivo rompem com esta visão, aceitam igualmente uma inserção no sistema de produção e acumulação global como provedores de produtos básicos, com baixo conteúdo de valor agregado, aproveitando seus elevados preços internacionais. Dessa forma, priorizam o desenvolvimento e a expansão de megaprojetos extrativos e se constituem em enclaves de exportação com destino aos centros manufatureiros do planeta. Em alguns casos, a renda destas atividades é apropriada pelo Estado para o desenvolvimento de políticas progressistas. Contudo, todos esses governos – apesar de suas diferenças – assumem a necessidade de potenciar o que seria um ‘modelo de desenvolvimento neoextrativista’ como destino inevitável, uma verdade irrevogável e o caminho necessário para o desenvolvimento.”⁶³

De fato, na maioria dos casos, a causa do aumento da demanda e o lugar de destino das *commodities* não é outra senão a China. *A expansão das oportunidades extrativas é criada em função da capacidade de absorção da China.* Assim, o peso da relação econômica com a China em vários países da região, muito mais do que evidência de cooperação Sul-Sul e percepção de ganhos “recíprocos e mutuamente benéficos”, seria mais bem definida como evidência da prevalência do *Consenso de Beijing*: “a adesão à ideia de que o caminho inevitável para o desenvolvimento da região é o aprofundamento dos vínculos com a República Popular da China. Vínculos que se apresentam como de cooperação entre países ‘em desenvolvimento’ mas que, por trás da retórica, reproduzem padrões de subordinação e dependência característicos de relações entre centro e periferia” (Slipak, 2014).⁶⁴

Nesse contexto, o interesse chinês em fortalecer “complementariedades” entre as economias seria questionável, pois de modo geral, “os investimentos diretos da China na região estariam destinados à compra de matérias primas e formação de *joint-ventures* na aquisição de licenças de exploração de recursos naturais e, em casos de obras de infraestrutura, para atuação de empresas transnacionais em aliança com estatais chinesas”, evi-

denciando assim “a oportunidade que a América Latina oferece apenas para provisão de matérias-primas, na contramão do que seria uma relação mais equitativa, que potencializasse o comércio intra-industrial”.⁶⁵

Desafiando o que poderia ser simplificado sob o *Consenso de Beijing*, as políticas e as perspectiva da integração dos países com a China se dão em chaves que levam em consideração as (re)configurações do capitalismo contemporâneo, tanto como o papel da China nesse processo. Diante da realidade de um mundo *made in China* que alimenta o metabolismo do sistema mundo, qual o sentido de se falar em “indústria nacional”? Que tipo de políticas industriais faz sentido implementar no atual contexto histórico? É viável e possível procurar desenvolver indústrias domésticas totalmente independentes, separadas das cadeias globais de valor?

Essa é uma dimensão fundamental para reflexão, sobretudo quando, de fato, na maioria dos países latino-americanos, os parques industriais são liderados por filiais de empresas estrangeiras, como no Brasil, por exemplo, onde as montadoras de automóveis norte-americanas e europeias e a indústria química atrelam provedores nacionais de insumos, partes, componentes e/ou serviços, em medidas contemporâneas de “substituição de importações”, como a exigência de “conteúdo nacional” na indústria naval, na cadeia de petróleo e gás, etc.

Na prática, a atividade “extrativa” não está desvinculada da indústria, pois uma não existe sem a outra. Do maquinário pesado para extração de minérios e petróleo às pontadeiras de perfuração e fluídos altamente tecnológicos, assim como os sofisticados *softwares* que sustentam plataformas de automação de tratores, colheitadeiras, veículos e empilhadeiras nas cadeias da agroindústria, entre muitos outros exemplos. Ambas são interdependentes no sentido de que inovações e aplicações de tecnologias de ponta são em grande parte ditadas pelas necessidades e usos da atividade extrativa e, neste sentido, uma não existe sem a outra. A homogeneidade da *commodity* (petróleo ou minério de ferro) encerra várias etapas da produção e de integração, com diferentes etapas onde se gera valor. De fato, as cadeias globais de valor (*global value chains*, GVCs) se transformaram no “sistema nervoso” da economia mundial e já representam 80% do comércio internacional.⁶⁶

Um das mais extremas fronteiras do capitalismo é a biologia sintética, uma plataforma tecnológica que busca “reprogramar” seres vivos através da construção em laboratório de sequências genéticas sintéticas para construir, por exemplo, “rotas metabólicas que alterem funções específicas em microrganismos ou para criar micróbios sintéticos inteiros com novas funções, capazes de produzir substâncias industriais”.⁶⁷ Não há regulação internacional para a biologia sintética e os riscos à biossegurança, ao meio ambiente e à saúde são desconhecidos e potencialmente muito graves. Contudo, a joint venture da Bunge com a empresa Solazyme desenvolveu e está lançando em escala comercial o Encapso – produzido em sua fábrica em São Paulo (e em menor escala nos EUA), é o primeiro lubrificante encapsulado para fluidos de perfuração biodegradável do mundo produzido a partir de microalgas e utiliza biologia sintética. Um produto de ponta da emergente “química verde”. Foi concebido para a utilização em perfuração de poços de petróleo e gás e entre seus “diferenciais competitivos”, suas cápsulas inertes seriam capazes de lubrificar o equipamento de acordo com a necessidade, evitando desperdícios e possibilitando que o produto seja reutilizado em várias formulações e aplicações, reduzindo os custos. Além disso, o fluido “aumenta os índices de penetração, diminui o arrasto e reduz tanto o torque rotacional quanto à fricção em inúmeras aplicações para perfuração vertical e horizontal, resultando em menor custo de perfuração e maior velocidade operacional.”⁶⁸ Nas atividades petrolíferas, os fluidos de perfuração têm importância fundamental. “São esses fluidos que devem permitir o resfriamento da broca, a retirada dos cascalhos gerados na perfuração e a manutenção da estabilidade do poço. São eles que, também, devem se transformar numa espécie de gel para conter os cascalhos, quando ocorre a parada de uma coluna de perfuração para alguma operação intermediária, e ter a capacidade de quebrar esse gel no instante da volta do movimento da coluna. Isso tudo sem comprometer a formação ou causar grandes perturbações no espaço anular do poço – o que pode gerar vazamentos e acidentes.”⁶⁹

A categoria de “indústria nacional”, como em relação a esta pensamos em desenvolvimento (e dependência) e sua relação ao “extrativismo”

são fatores que precisam ser atualizados em seu sentido prático e político. Nesse debate precisam ser incorporados elementos das dinâmicas contemporâneas, desde o peso da propriedade intelectual em tecnologias, práticas e processos produtivos, a crescente integração vertical (como, por exemplo, da indústria de etanol) às cadeias globais de valor e de suprimentos (*global value chains* e *global supply chains*), assim como a dimensão da logística e infraestrutura – tanto física, nos territórios, como virtual, em tecnologia da informação e serviços financeiros – para viabilizar a circulação das mercadorias.

Para além do seu interesse em *commodities*, a China agora também investe em infraestrutura e com isso assegura sua presença *territorializada* como fundamental para os destinos econômicos da América Latina e suas perspectivas de integração. Entre os setores prioritários e alvo dos investimentos chineses, estão o agronegócio (especialmente soja, celulose e carnes, entre outros), mas também geração e transmissão de energia (com ênfase na hidroeletricidade) e integração logística da região (portos, estradas, rodovias, hidrovias, silos) – empreendimentos que não são redutíveis simplesmente à categoria “indústria extrativa” ou enclave de exportação – *mas que atravessam todo o espectro do modelo de desenvolvimento*.

Na prática, essas atividades e investimentos efetivamente ocupam mão de obra (mesmo que temporária e precarizada), especialmente em canteiros de obras, e geram renda – o que por sua vez movimenta efetivamente a economia formal e informal, dinamizando vários setores, da “indústria” de cimento que move a construção civil ao comércio de eletrônicos e créditos de celular, passando por alimentos e bebidas industrializados até os produtos de higiene pessoal e beleza, serviços, etc. A inscrição nas paisagens e nos territórios da integração infraestrutural a serviço das lógicas destinadas a alimentar o mercado global aparecem, assim, tanto no discurso político como na percepção social, como materialização dos imaginários sobre o que é o “desenvolvimento”.

Essa tendência de investimento em infraestrutura foi a tônica, por exemplo, da Cúpula CELAC-China, do diálogo estratégico e das ações que daí devem se seguir, inclusive com a viabilização do Fundo de Coopera-

ção China-América Latina e Caribe. Através de licitações ou de acordos privados entre os governos, com financiamento do governo chinês, busca garantir contratos para as empresas chinesas (estatais e privadas), que também representam oportunidades de financiamento para os bancos chineses, com venda de crédito, seguros e produtos financeiros.

A China funciona sob uma economia planificada e é pragmática em suas relações comerciais. Em transformação, a meta da economia chinesa é desenvolver e agregar conteúdo tecnológico às suas exportações nas próximas décadas. Além disso, a China está se tornando rapidamente muito cara para o trabalho de baixo nível tecnológico pelo qual é conhecida. Com os custos de produção na China subindo lentamente, em algum momento a concentração da produção no país não será mais sustentável (soma-se a este fator, que o poder de compra dos consumidores nos EUA e na Europa está debilitado desde a crise de 2008), o que já deflagrou uma busca das empresas maquiadoras globais por custos de produção mais baixos. A Etiópia e outros países da África, como Quênia, Lesotho, Ruanda, Senegal e Tanzânia, já estão sendo chamados de “a China da China” e disputam uma parte dos 80 milhões de empregos que a China deverá ‘exportar’ nos próximo período, de acordo com as previsões do Banco Mundial.⁷⁰ A China já manifestou que tem interesse em construir fábricas na América Latina no futuro, o que pode se tornar realidade nas próximas décadas. Hoje, em função do mercado de telefonia celular [cujos aparelhos só existem graças à China], call centers legais e ilegais empregam atualmente cerca de 2 milhões de trabalhadores no Brasil.⁷¹

A tarefa de contrapor “alternativas ao desenvolvimento”, pensar “transições”, discursos, bem como práticas políticas emancipatórias, encontra-se cada vez mais vinculada à realidade do onipresente “fator China” e do seu papel estruturante para compreender as dinâmicas do capital, um debate que requer assumir as complexidades, sem nostalgias teóricas. Não há mais como pensar de forma dissociável as dinâmicas das economias nacionais e a China: nós estamos dentro da China e a China está dentro de nós.

Nessa ótica, a redução ao “extrativismo” (ou menos ainda, ao “neo-extrativismo”) não explica tudo, e até mesmo pode tornar invisíveis dinâmicas mais complexas que ajudam a compreender como estão se dando e onde estão os processos geradores de valor nessa etapa da acumulação. Na questão da “reprimarização” e “desindustrialização”, o quanto o alcance da crítica se encontra referenciado em categorias, teorizações e, sobretudo, em experiências históricas concretas anteriores à realidade do mundo *made in China*, sem as contradições vividas que este apresenta agora?

Os efeitos concretos da intensificação das relações comerciais com a China desafiam – mas também reconfiguram – as teorias, discursos e os imaginários desenvolvimentistas.

O contexto das relações entre Brasil e China, tratado a seguir, traz elementos da conjuntura e desafios colocados pelas lógicas políticas que sustentam alianças de longo prazo – seus efeitos na subordinação de territórios e modos de vida – e que nos interpelam para um debate urgente e necessário no âmbito da proposição de alternativas.

NOTAS

1. Lavender, Paige. *American Flags Made In China Now Banned In U.S. Military*, 21/02/2014. Huffington Post. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2014/02/21/american-flags-banned_n_4830566.html>; *South Korean military to replace made-in-China national flags*>, acesso em 07/06/2014; e *South Korean military to replace made-in-China national flags*, 07/06/2014. WantChina Times. Disponível em <<http://www.wantchinatimes.com/news-subclass-cnt.aspx?id=20140607000006&cid=1101>>, acesso em 20/12/2014.
2. Disponível em: <<http://blogs.aljazeera.com/blog/americas/brazils-flag-made-china>>, acesso em 20/12/2014. Produtores nacionais de bandeiras se queixam da impossibilidade de competir com o preço das importadas, ao mesmo tempo que reclamam da baixa qualidade: uma bandeira correta deve ter 27 estrelas representando os estados da federação, com tamanhos e posicionamentos específicos. A maioria das bandeiras brasileiras vindas da China tem 23, 24 ou 25 estrelas, distribuídas aleatoriamente.
3. Pearson, Samantha. *Brazil's carnival is 'made in China'*. *Financial Times*, 06/03/2011. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), em 2011, 80% dos tecidos para as fantasias de carnaval já eram importados do país asiático (além de strass, lantejoulas, pedras e plumas para as alegorias de luxo). Apesar dos esforços da estatal petroleira Petrobras para expandir a sua própria produção de poliéster no Nordeste, é improvável que o Carnaval seja *made in Brazil* no futuro próximo. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Importadores Têxteis (Abitex), Jonatan Schmidt, o papel da China no carnaval do Rio de Janeiro “é fundamental”, e explicou que se o governo “proibir as importações de tecido sintético, a confecção (de fantasias para o carnaval) simplesmente vai parar”.

4. Economy, Elisabeth and Levi, Michael. (2014) *By all means necessary China's: how China's resource quest is changing the world*. Oxford University Press, Oxford.
5. Não obstante, após o ciclo de crescimento das últimas três décadas, a economia chinesa entra agora em um período de transição, apontando mudanças no sistema produtivo, em um contexto onde o Estado e o partido reconhecem a necessidade de reorientações profundas, mencionadas nos planos quinquenais e nas declarações públicas (e que tem a ver, entre outros, com o envelhecimento da população e os graves impactos ambientais gerados pelo modelo de crescimento até aqui).
6. Hung, Ho-fung (Ed.) (2009). *China and the transformation of global capitalism*. John Hopkins University Press, Baltimore.
7. Haass, Richard N. "Why Europe no longer matters" *The Washington Post*, 17/06/2011. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/opinions/whyeuropenolongermatters/2011/06/15/AG7eCCZH_print.html>, acesso em 20/12/2014.
8. *Crowning the dragon*. The Economist. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2014/04/daily-chart-19>>, acesso em 30/04/2014. Cálculo com base em dados do International Comparison Programme/ONU, FMI e The Economist, a partir da paridade do poder de compra, índice que de forma mais precisa que a comparação dos produtos internos brutos despreveria as diferenças em prosperidade material.
9. Nolan, Peter (2012). *Is China buying the world?* Polity Press, London.
10. Lovell, Julia (2011). *The Opium War: drugs, dreams and the making of China*. Pan Macmillan, Austrália. Exportadora de seda, chá e porcelana a China na época não demonstrava interesse por comprar as manufaturas inglesas, acumulando assim grande parte da prata que circulava no mundo e gerando para Inglaterra um grande déficit comercial, principal motivo na deflagração da Guerra do Ópio (1839-1842 e 1856-1860). Como não conseguia ampliar seu mercado consumidor com a venda de suas manufaturas, a Inglaterra passou a comercializar ilegalmente ópio para os chineses (produzido na Índia, então sua colônia), que logo transformou o vício em uma epidemia nacional. Como resultado da guerra, a China teve que abrir os portos ao livre comércio, pagar pesadas indenizações e ceder a ilha de Hong Kong para os britânicos (Hong Kong foi concessão britânica até 1997). Rosa Luxemburgo na obra *Acumulação do Capital* [1912(1970)], Cap. 28, "A Introdução da Economia de Mercado", trata extensamente do episódio da Guerra do Ópio e suas consequências para a China.
11. Story, Jonathan (2004). *China: a corrida para o mercado. O que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e a nova ordem mundial*. São Paulo: Futura.
12. Harney, Alexandra (2008). *The China price: the true cost of chinese competitive advantage*.
13. Nolan, Peter (2012). *Is China buying the world ?* Polity Press, London.
14. Trefis, Team (2014). "Challenges Wal-Mart Faces In Mexico and China", *Forbes*, 04/02/2014. Mesmo após 18 anos de operação, a Walmart tem apenas 405 lojas na China. A rede tem tido problemas na compreensão mais exigente dos consumidores chineses e de suas decisões de compra, nem sempre orientadas pelo fator preço e mais inclinadas a buscar produtos sob medida e um ambiente de compras que tenha o toque local. Enquanto as estratégias do Walmart para se adaptar aos gostos locais não têm sido frutíferas, a cadeia de varejo local grupo de varejo Sun-Art tem sido extremamente bem-sucedida. Sua imitação do modelo de negócios do Walmart e uma melhor compreensão do comportamento do consumidor têm ajudado ganhar clientes. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/greatspeculations/2014/04/02/challenges-wal-mart-faces-in-mexico-and-china/>>, acesso em 02/2014.
15. Disponível em: <<http://www.carbonbrief.org/blog/2014/10/how-much-of-china-carbon-dioxide-emissions-rest-of-the-world-responsible-for>>, acesso em 201/12/2014.
16. Pascal Lamy, diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), escreveu que a: "O comércio internacional se mede atualmente por aquilo que se conhece como 'valor bruto'.

O valor comercial total de uma importação se atribui a um único país de origem quando este produto chega à alfândega. Isto funcionava corretamente nos tempos do economista David Ricardo: há duzentos anos Portugal vendia vinho ‘feito em Portugal’ e comprava tecidos ingleses ‘feitos na Inglaterra’. Hoje o conceito de país de origem está obsoleto. O que chamamos ‘feito na China’ está realmente montado na China, mas seu valor comercial procede destes numerosos países [e patentes] que antecederam a montagem. Já não tem sentido pensar no comércio em termos de “eles” e “nós”. *Financial Times*, 22/01/2011.

17. Barbosa, Alexandre de Freitas (2013). “A China e a nova divisão internacional do trabalho”. In: *Conjuntura*, Fundação Perseu Abramo, n. 6, p17-19. São Paulo.
18. Pinheiro-Machado, Rosana (2013). *China, passado e presente: um guia para compreender a sociedade chinesa*. Artes e Ofícios, Porto Alegre.
19. Chien, Yi. Lim, Jéssica (2011) *Fake Stuff: China and the rise of counterfeit goods*. Routledge, London.
20. Miller, Tom (2012). *China’s Urban Billion: The Story Behind the Biggest Migration in Human History*. Zed Books, London.
21. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>>, acesso em 20/12/2014.
22. Disponível em: <<http://urbanizationproject.org/blog/by-tag/tag/urbanization>>, acesso em 20/12/2014.
23. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/infographics/2014-09-09/global-megacities-by-2030.html>> (gráfico), acesso em 20/12/2014.
24. O discurso economicista e quantitativo que em nível global promove a emergência das “novas classes médias” reduz a caracterização da inclusão e estratificação social aos critérios de renda e consumo. No caso brasileiro, uma reflexão crítica desta perspectiva e de sua função na sustentação do projeto político desenvolvimentista aponta a falta de acesso a direitos, ao capital cultural e simbólico e em especial aos privilégios das classes médias tradicionais. Ver Souza, Jessé (2010). *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?*, Belo Horizonte: UFMG, 2010.
25. Disponível em: <<http://www.bain.com/publications/business-insights/eight-great-macro-trends.aspx>>, acesso em 20/12/2014.
26. Disponível em: <<http://www.dw.de/cresce-n%C3%BAmero-de-vegetarianos-absolutos-na-alemanha/a-15046806>>, acessado em 20/12/2014.
27. Disponível em: <<http://www.guhring.com.br/novidades/brasil-entra-para-o-seleto-grupo-da-mineracao-submarina>>, acessado em 20/12/2014.
28. Brenner, Neil e Schmid, Christian (2013). *The ‘Urban Age’ in Question* in International Journal of Urban and Regional Research, Oxford, UK.
29. A nova era Xi-Li (Xi Jinping e Li Kequiang), que se iniciou em 2013, marca a quinta geração do Partido Comunista Chinês (PCC) no poder. A trajetória atual da China está diretamente imbricada no processo histórico que, a partir das reformas iniciadas em 1979, vem executando etapas, sempre de forma planejada e coordenada. Em 2012, a China sediou o 18º Congresso do Partido Comunista da China, o qual encerrou a “administração Hu-Wen” (Hu Jintao e Wen Jiabao, quarta geração de líderes do PCC), que foi marcada pela ideia de desenvolvimento científico e pelo projeto *Construindo uma Sociedade Harmoniosa Socialista*. O que ficou evidente neste período de dez anos (2002 a 2012) foi um excepcional crescimento econômico, atingindo escala planetária.
30. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/10/03/opinion/friedman-china-needs-its-own-dream.html?_r=0>, acessado em 20/12/2014.

31. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/opinion/2012/01/03/commentary/world-commentary/chinese-military-bases-are-about-more-than-just-naval-supplies-and-protecting-trade-routes/#.VFIRHvnF_Y>, acessado em 20/12/2014.
32. Lander, Edgardo (2014) *Implicaciones geopolíticas alrededor de la influencia China en el mundo*. Foro debate “La Osadía de lo nuevo”, FLACSO, Equador. Disponível em: <http://www.ivoox.com/edgardo-lander-implicaciones-geopoliticas-alrededor-influencia-audios-mp3_rf_3630648_1.html>, acessado em 12/01/2015.
33. Clinton, Hillary. “America’s Pacific Century”. *Foreign Policy*, 08/10/2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century>, acessado em 20/12/2014. As universidades dos EUA têm recebido cerca de trezentos e cinquenta mil estudantes asiáticos por ano.
34. Hobson, John M. (2004). *The eastern origins of western civilization*. Cambridge University Press, Cambridge.
35. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/briefing/21577063-chinas-new-leader-has-been-quick-consolidate-his-power-what-does-he-now-want-his>>, acessado em 20/12/2014.14./ch13, acessado em 20/12/2014.
36. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/11/10/us-china-apec-usa-idUSKCN0IU0CW20141110>>, acessado em 20/12/2014
37. The Wall Street Journal (MAPA); o grupo HKND contratou as consultoras australiana MEC Mining (Mining Engineering Consultants) e a belga SBE (Studiebureau voor Bouwkunde en Expertises) especializadas em obras hidráulicas, engenharia civil e geotecnia. A americana McKinsey também leva a cabo análises de mercado e de crescimento de comércio global que fundamentem economicamente o canal. Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/a-nicaragua-vai-ser-serrada-a-meio-para-juntar-o-pacifico-a-atlantico-1620425>>, acessado em 20/12/2014.
38. China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean, 05/11/2008. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2008-11/05/content_10308117_5.htm>, acessado em 20/12/2014.
39. CEPAL (2011). *La República Popular China y América Latina y el Caribe: Hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial*. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/43666/La_Republica_Popular_China_y_America_Latina_y_el_Caribe_trade.pdf>, acessado em 20/12/2014.
40. Disponível em: <<http://www.thedialogue.org/page.cfm?pageID=32&pubID=349>>, acessado em 20/12/2014.
41. Dados de CEPAL e UN-Comtrade. Em: Slipak, Ariel (2014). *América Latina y China: ¿Cooperación Sur-Sur o “Consenso de Beijing”*. Nueva Sociedad No 250, março-abril 2014. Primeiro destino comercial de Brasil, Peru, Chile, segundo lugar para Uruguai e Venezuela e terceiro para Argentina (dados de 2012, referente a 2011).
42. Disponível em: <<http://latino.foxnews.com/latino/opinion/2014/08/05/opinion-america-latina-or-america-lachina-new-challenge-for-us-policy/>>, acessado em 20/12/2014.
43. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2008-11/05/content_10308117.htm>, acessado em 20/12/2014.
44. Disponível em: <<http://www.un.org/es/development/desa/news/financing/new-banks-in-town-chinese-finance-in-latin-america.html>>, acessado em 20/12/2014.
45. Disponível em: <<http://www.ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/GallagherNewBanksPortuguese.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
46. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2009/05/19/ult1913u106906.jhtm>>, acessado em 20/12/2014.

47. Disponível em: <<http://infopetro.wordpress.com/2014/07/14/a-entrada-e-os-proximos-passos-dos-chineses-no-setor-de-petroleo-no-brasil/>>, acessado em 20/12/2014.
48. Deste total: US\$125 milhões foram para o Fundo de Operações Especiais, o guichê do BID para empréstimos em condições favoráveis a seus países membros mais pobres; outros US\$75 milhões para criar um fundo de múltiplos doadores para fortalecer a capacidade institucional dos países da América Latina e do Caribe; US\$75 milhões para a CII, a fim de criar um fundo que oferecerá capital de investimento a pequenas e médias empresas; e US\$75 milhões para o Fumin. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2009-01-12/a-china-associa-se-ao-bid-em-cerimonia-na-sede-do-banco,5095.html>>, acessado em 12/01/2015.
49. Gallagher, K., Irwin, A. e Koleski, K. (2013). *Os novos bancos chineses na América Latina*. Diálogo Inter-Americano. Disponível em: <http://www.ase.tufts.edu/gdae/policy_research/NewBanksPortuguese.html>, acessado em 20/12/2014.
50. Disponível em: <http://www.ase.tufts.edu/gdae/policy_research/NewBanksPortuguese.html>, acessado em 20/12/2014.
51. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSP92F01W20130316>>, acessado em 12/01/2015.
52. A CELAC tem como objetivo facilitar uma identidade própria regional e de posições latino-americanas e caribenhas comuns sobre integração e desenvolvimento e tem sua origem na “Declaração da Cúpula de Unidade”, adotada pelos chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe durante a reunião de Cúpula realizada no México, em fevereiro de 2010. Na ocasião, houve consenso em constituir um novo mecanismo de concertação política e integração, que abrigará os trinta e três países da América do Sul, América Central e do Caribe. A CELAC assume o patrimônio histórico do Grupo do Rio (concertação política) e da CALC (desenvolvimento e integração). O processo de constituição da CELAC foi completado em julho 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>>, acessado em 20/12/2014.
53. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/paises-celac-e-china-lancam-programa-de-cooperacao>>, acessado em 12/01/2015.
54. O primeiro dos fundos seria dotado de um capital inicial de US\$ 20 bilhões, específico para obras de infraestrutura; outro fundo de US\$ 10 bilhões oferecerá linhas de crédito para o financiamento de projetos de desenvolvimento na região e ainda outro fundo, de US\$ 5 bilhões, para projetos específicos em áreas definidas pela China.
55. Texto em inglês disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6743:documentos-aprovados-na-i-reuniao-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-do-foro-celac-china-pequim-8-e-9-de-janeiro-de-2015&catid=42:notas&Itemid=280&lang=pt-br>, acessado em 14/01/2015.
56. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-da-cupula-de-brasilia-de-lideres-da-china-e-de-paises-da-america-latina-e-caribe-brasilia-17-de-julho-de-2014>>, acessado em 20/12/2014.
57. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6522:discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-i-reuniao-do-foro-celac-china&catid=42:notas&Itemid=280&lang=pt-br>, acessado em 12/01/2015.
58. A demanda de grandes potências por recursos naturais pode se viabilizar por outras formas, como foi o caso da Bélgica no Congo no final do século XIX, os EUA e a Inglaterra no Irã na década de 1950 e os EUA no Iraque. A capacidade de disputar recursos estratégicos está relacionada à capacidade militar e, nesse sentido, os EUA respondem atualmente por aproximadamente 37% do gasto militar global e possuem entre 750 e 1.000 bases militares no exterior. A China, embora venha incrementando seus gastos militares (em

- 2013, 11% do gasto militar global), não conta até o momento com nenhuma base militar no exterior. Disponível em: <<http://eleconomista.com.mx/economia-global/2014/04/14/gasto-militar-cae-19-nivel-mundial-2013>>, acessado em 20/12/2014.
59. Economy, Elisabeth; Levi, Michael. (2014). *By all means necessary China's: how China's resource quest is changing the world*. Oxford University Press, Oxford.
 60. Fonte FMI. Gráfico em: Jäger, Markus *Will the BRICs (read: China) really become the new global growth engine?* Disponível em: <26/09/2009 <http://www.voxeu.org/article/can-china-be-world-s-growth-engine>>, acessado em 20/12/2014.
 61. Milanez, Bruno e Pereira dos Santos, Rodrigo Salles (2014). *Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?* Paper apresentado no 37º encontro anual da ANPOCS. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013-Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
 62. Gudynas, Eduardo (2011). *Debates sobre el desarrollo y sus alternativas em América Latina: una breve guía heterodoxa*. In: Más allá del desarrollo, GT Alternativas al Desarrollo, RSLX e Ed. Abya Yala, Quito, p. 37.
 63. Svampa, Maristella (2013). 'Consenso de los Commodities' y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad* No 244, 3-4/2013. Disponível em: <www.nuso.org/upload/articulos/3926_1.pdf>, acessado em 20/12/2014.
 64. Slipak, Ariel (2014). *América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o "Consenso de Beijing"*. *Nueva Sociedad* No 250, março-abril 2014, p.102-113.
 65. Slipak, Ariel (2012/2013). *La relación entre China y América Latina en la discusión sobre el modelo de desarrollo de la región: hacia economías reprimarizadas*, p. 123. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/b9eda6_33914f9824044c7670c5c4d1165e1100.pdf>, acessado em 20/12/2014.
 66. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_578.htmlhttp://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_578.html >, acessado em 12/01/2015.
 67. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/535567-biologia-sintetica-essa-tecnologia-e-necessaria-entrevista-com-silvia-ribeiro>>, acessado em 12/01/2015.
 68. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/agrolinkfito/noticia/planta-de-bioprodutos-renovaveis-da-solazyme-bunge-inicia-producao-comercial-no-brasil_197568.html>, acessado em 12/01/2015.
 69. Disponível em: <http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/4/resumos/4PDPETRO_2_2_0041-1.pdf>, acessado em 12/01/2015.
 70. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2014-07-22/ethiopia-becomes-china-s-china-in-search-for-cheap-labor.html>>, acessado em 20/12/2014.
 71. Sintell/RS. Disponível em: <<http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/call-center-trabalhadores-por-um-fio>>, acessado em 20/12/2014.



25 de Março

Rua Viris e Circo de Março

637 a 692

Loja de
escabões - serviços
aplicação
de tinta - 637 a 692

TAXI

S. Bento

Brasil e China: sinergia ou novas equações de dependência?

“A feijoada brasileira já é meio chinesa: desde 2008, quando ocorreu uma quebra da safra nacional, o Brasil passou a importar feijão-preto da China – atualmente o maior exportador do grão para mercados internacionais. Além da China, o Brasil importa feijão-preto da Argentina. Enquanto isso, sem ter como competir com o baixo custo de produção do feijão-preto importado, os produtores locais aqui no Brasil migram para soja ou fumo, commodities mais rentáveis.”¹

O Brasil é hoje o principal parceiro comercial da China na América Latina e sua porta de entrada na região.² Em 2009, a China passou a ocupar a posição de maior parceiro comercial do Brasil, marcando uma mudança histórica e desbancando o papel que os Estados Unidos vinham ocupando desde 1930.³ Desde então, a importância do fluxo comercial com a China vem se mantendo e ampliando: entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial cresceu 125,7%, saltando de US\$ 36,9 bilhões para US\$ 83,3 bilhões, com uma pauta de exportação concentrada em soja, minério de ferro e petróleo.⁴ O incremento comercial teve como contrapartida o aumento do investimento direto chinês no país: o Brasil ocupa hoje o *quarto lugar* em destino dos investimentos diretos da China no exterior, os quais somaram US\$ 29,2 bilhões ao longo da última década (2005 a 2014), atrás apenas dos EUA, da Austrália e do Canadá.⁵

Do ponto de vista do histórico e do destino dos fluxos de recursos naturais saídos do continente latino-americano, o fortalecimento da relação com a China se traduz em um redirecionamento significativo: por exemplo, em 2009 a venda do minério de ferro para a Alemanha, segundo destino exportador desse item, não chegou a 5% da produção brasileira, enquanto o comércio com a China foi responsável pela exportação de 56,4% do mineral.⁶ Porém, há que

lembrar que grandes grupos empresariais europeus estão produzindo em território chinês para a China e para o mundo. É o caso da suíça Schindler, a maior provedora mundial de elevadores, escadas rolantes e esteiras, presente em edifícios, *shopping centers*, aeroportos, estações de metrô, trem, etc. A Schindler se apresenta como uma empresa de “sistemas de manejo de trânsito e acesso para a mobilidade em sociedades urbanas” que move “1 bilhão de pessoas por dia”.⁷

A aproximação e aliança do Brasil com a China, visibilizada no incremento da balança comercial Sul-Sul entre os dois países, se reflete também no plano político: ambos são potências emergentes que integram o bloco dos BRICS e cooperam em diversas instâncias no plano multilateral (G20, OMC, reforma da ONU, clima, etc.), espaços onde têm tido um papel ativo na configuração de uma nova ordem internacional. Se esses fatos sinalizam o final de um ciclo hegemônico e são emblemáticos de importantes rearranjos que estão sendo incontestavelmente estabelecidos sob a retórica de um mundo multipolar, também demandam uma reflexão crítica sobre a construção de novas hegemonias e equações de dependência. Ou seja, é necessário questionar até que ponto os novos arranjos de força desde o Sul global, como no caso Brasil-China, rompem com a hegemonia dos EUA e da União Europeia e apontam novos rumos para um mundo multipolar, e até onde, sob a retórica de uma nova ordem, apenas se aprofundam os impactos de reprodução do mesmo modelo desenvolvimentista. No caso concreto dos territórios e suas populações e da defesa dos bens comuns, essas novas alianças implicam alguma mudança no ritmo de espoliação e violação de direitos, ou ao contrário, tendem a aprofundar tais práticas?

Na ótica *neodesenvolvimentista*, a *relação entre Brasil e China não se reduziria, apenas, ao padrão de criação de “nova dependência”* e subordinação ao *Consenso de Beijing*, que, de maneira geral, seria característico do avanço da presença da China na Argentina, Chile, Equador, Peru e em outros países da região latino-americana. O Brasil busca garantir seus interesses, encontrando o seu ‘nicho’ na vinculação econômica e comercial com a China, reconhecendo sua ascendência como nova potência hegemônica para o próximo século, mas também conta com esse apoio para afirmar seu próprio papel no cenário regional e internacional.

Pelas particularidades que diferenciam e complexificam o contexto brasileiro em relação ao caso dos demais países latino-americanos, os argumentos do governo brasileiro e do empresariado nacional que buscam ativamente e defendem a parceria e os investimentos com a China (assim como as iniciativas e estratégias delineadas *desde o Brasil* para expandir os investimentos e a presença chinesa no país) devem ser compreendidos em um contexto que vai além das razões econômicas e do cálculo comercial imediato, onde a presença estrangeira – e seus possíveis impactos na soberania nacional – não contradizem, necessariamente, uma visão estratégica. *Se isso vai se manter assim, e por quanto tempo, é outra questão.*

No horizonte desta análise é importante salientar que as relações bilaterais e a parceria estratégica entre Brasil e China encontram-se circunstanciadas em um amplo leque de temas e questões que dialogam entre si, em um cenário em que os dois países vêm até aqui jogando juntos e compartilhando interesses.

Breve histórico de uma aliança Sul-Sul

Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas formalmente em 1974. Contudo, é somente a partir do final da Guerra Fria que o Brasil re-equaciona seus planos de inserção internacional e passa a priorizar um relacionamento mais intenso com a região da Ásia-Pacífico.⁸ Diferenciada no contexto geral de trocas com os outros países da América Latina, além dos interesses econômicos, as relações entre os dois países vêm ao longo das últimas quatro décadas materializando uma vontade política comum de cooperação na agenda internacional, projetando em fóruns globais os temas e interesses do mundo em desenvolvimento. Desde o início, um ponto central

da aproximação diplomática foi a valorização de um sistema internacional multipolar, evitando a consolidação de hegemonias unilaterais e o cerceamento de suas margens de autonomia em questões de interesse nacional.

Nesse sentido, no histórico das relações bilaterais foram firmados vários acordos para cooperação científica tecnológica, com vistas a romper o monopólio detido pelos países desenvolvidos. O principal exemplo é o Programa Espacial Sino-Brasileiro, desenvolvido desde 1988, uma iniciativa pioneira e sem paralelo, tanto na cooperação Sul-Sul, como Norte-Sul. A parceria para o desenvolvimento e lançamento dos satélites CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*) permitiu ao Brasil entrar para o seleto grupo de países detentores da tecnologia de geração de dados primários de sensoriamento remoto terrestre, possibilitando uma ferramenta estratégica para monitorar seu vasto território.

Hoje, no Brasil, praticamente todas as instituições ligadas ao meio ambiente e aos recursos naturais são usuárias das imagens do CBERS. Suas imagens são usadas em diversos campos, como o controle do desmatamento e queimadas na Amazônia Legal, o monitoramento de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, em educação e em inúmeras outras aplicações. As imagens também são fundamentais para autonomia em grandes projetos nacionais estratégicos, como o PRODES, de avaliação do desflorestamento na Amazônia, o DETER, de avaliação do desflorestamento em tempo real, e o monitoramento das áreas canaviais (CANASAT), entre outros.⁹ O Brasil é hoje o maior distribuidor de imagens de satélite do mundo, graças à política adotada em junho de 2004 que permite o download gratuito a partir do site do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), fornecendo para todos os países da América do Sul na abrangência das antenas de recepção.¹⁰ O papel estratégico dessa ferramenta autônoma de sensoriamento remoto toma dimensões ainda mais importantes no âmbito da estruturação do financiamento internacional para o clima, especialmente considerando que a agenda de “financiamento ao desenvolvimento” e de cooperação internacional está sendo transversalizada pelas condicionantes climáticas. No âmbito das negociações de um novo acordo climático, que deve ser concluído até o final de 2015, o desembolso de recursos para os países está sendo construído sob o requisito de “pagamentos baseados em resultados” (result based pay-

ments), sob a comprovação da redução de emissões, que exigem comprovação através de critérios e metodologias para “medir, reportar, verificar” (measure, report and verification). Brasil e China disponibilizaram gratuitamente as imagens para todo continente africano (assim como software para processamento das imagens e treinamento para capacitação dos técnicos)].¹¹

Ao longo dos anos, a parceria com a China alavancou não apenas a cooperação tecnológica e o intercâmbio comercial, mas uma parceria estratégica para dar ao multilateralismo do pós-guerra uma nova expressão, incorporando os novos arranjos de poder do mundo contemporâneo e que desafiam pontos centrais da hegemonia estabelecida.

Nas negociações internacionais, Brasil e China vêm atuando para promover *reformas nas instituições multilaterais* (ONU, FMI, BM) e no G20, em temas como agricultura e reforma do sistema financeiro internacional. Nesse âmbito, a proposta defendida pelo Brasil e a China é uma reforma que possibilite a inclusão de novas moedas na “cesta” que compõem os “direitos especiais de saque” (*special drawing rights*, SDR) do sistema de reserva internacional do FMI – na prática, o SDR é a moeda do FMI. Esse é o primeiro passo para que moedas de países emergentes como o Brasil e a China façam parte da cesta do SDR, hoje privilégio apenas do dólar americano, o iene, a libra esterlina e o euro (Estados Unidos, Japão, zona do euro e Reino Unido).¹² A questão de fundo dessa proposta é fortalecer uma SDR “reformada”, para que esta possa, como uma “moeda composta”, servir ao objetivo de substituir o dólar americano como moeda das reservas internacionais. Como demonstração concreta de seu comprometimento de reforçar a influência que têm como maiores mercados emergentes do mundo no cenário global, Brasil e China firmaram em 2013 um acordo para *currency swaps* no valor de US\$ 30 bilhões. O mecanismo permite a realização de transações comerciais entre os dois países em suas próprias moedas nacionais, livrando o fluxo da balança comercial entre eles da dependência do dólar, tendo em vista garantir a estabilidade frente à insegurança dos mercados financeiros.¹³

Além disso, Brasil e China, juntamente com Índia, Rússia e África do Sul (BRICS), criaram em 2014 o Novo Banco de Desenvolvimento, com o

objetivo principal de financiar infraestrutura em países emergentes. A sede do novo banco será na China, o primeiro presidente será um indiano e a instituição terá um capital inicial anunciado de US\$ 50 bilhões; além disso, os países criaram um fundo, batizado de Arranjo de Contingente de Reservas (ACR), que será composto por US\$ 100 bilhões: US\$ 41 bilhões virão da China; Brasil, Rússia e Índia, entrarão com US\$ 18 bilhões cada; e África do Sul, com US\$ 5 bilhões. Tanto o Banco como o Fundo foram construídos à semelhança do Banco Mundial e do FMI.

Desde uma perspectiva crítica, é importante questionar até que ponto os BRICS não representam principalmente países que servem de portas de entrada em cada um dos continentes para investimentos e infraestruturas que interessam à China e o quanto, sob a imagem de um “bloco” emergente, não é o peso da China o fator absolutamente determinante e ao qual e respondem às lógicas de novas integrações econômicas? No âmbito do G20, os países vêm preparando uma *“Iniciativa Global para Infraestrutura”*,¹⁴ para resolver o que hoje se apresentaria como o grande gargalo para o crescimento, produtividade e geração de empregos. Segundo a Agência Internacional de Energia, a demanda mundial de energia deverá aumentar em mais de um terço em 2035, significando a necessidade de uma mudança nos padrões de oferta e demanda; as economias emergentes deverão ser responsáveis por mais de 90% da demanda de energia até 2035.¹⁵ Até onde o Banco dos BRICS, com seu foco em infraestrutura nos países do Sul, atende em pleno acordo esses planos e necessidades que são objetivos do capital global?

Nos temas ambientais, os dois países também vêm atuando conjuntamente. Brasil e China foram os proponentes originais, na Assembleia Geral da ONU em 2009, da realização de uma conferência internacional para fazer um balanço do legado da Cúpula do Rio de 1992. Assim surgiu o processo que resultou, em 2012, na realização da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que teve papel fundamental para instalar o tema da Economia Verde e o paradigma do Capital Natural na reorientação do discurso hegemônico. O principal resultado político da Rio+20 foi o processo de elaboração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, metas internacionais que irão substituir as Metas de Desenvolvimento do Milênio e que têm um papel chave na redefinição da agenda internacional de finan-

ciamento ao desenvolvimento para o período pós-2015. Nas negociações climáticas, Brasil, China, Índia e África do Sul (BASIC), juntamente com Estados Unidos e União Europeia foram os principais responsáveis pelo Acordo de Copenhague, em 2009, na COP 15, o que, embora sem valor legal sob a Convenção do Clima, deu as condições políticas para assegurar a continuidade da negociação de um acordo global em um momento em que o processo ameaçava colapsar; desde então, o bloco do BASIC vem tendo uma atuação conjunta em temas cruciais na negociação de clima, no rumo do novo acordo previsto para ser concluído até o final de 2015.¹⁶

No cenário internacional, o Brasil vem acumulando posições de destaque: atualmente detém a direção geral da FAO, a secretaria da Convenção de Diversidade Biológica (CBD) e a direção geral da OMC. Ao conquistar a eleição para direção geral da OMC em 2013, o Brasil retribuiu o apoio da China em sua campanha para o cargo e apontou o país (além da Alemanha, da Nigéria e dos EUA) para ocupar uma das quatro diretorias da entidade. Além disso, o Brasil aposta em obter o apoio da China para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (são membros permanentes: Estados Unidos, China, França, Rússia e Reino Unido),¹⁷ o que consolidaria, enfim, o seu novo lugar no cenário internacional e um reconhecimento efetivo do seu papel como *big player* de um mundo multipolar.¹⁸

Neodesenvolvimentismo e internacionalização subordinada

Apesar do histórico de quatro décadas de relações diplomáticas, o atual patamar de vinculação entre Brasil e China foi, em grande medida, fruto da orientação da política externa que começa com o primeiro governo Lula

em 2003 e que buscou uma nova inserção internacional do Brasil. A política externa brasileira a partir de 2003 é guiada pelo projeto de nova inserção internacional do Brasil, que corresponde às diretrizes de um modelo de desenvolvimento nacional. Este projeto buscou fortalecer o posicionamento do país em relação às grandes macrotendências da economia mundial, garantindo o acesso aos mercados emergentes e favorecendo objetivos centrais de *internacionalização de algumas empresas nacionais* em suas condições de competir como transnacionais no cenário global (e até integrar cadeias globais de valor), e, com isso, assegurar os interesses dos setores que ao longo da última década, junto com o governo, compõem o bloco de poder que vem sustentando o modelo *neodesenvolvimentista*.

A partir do início do século XXI se formou no Brasil uma frente política identificada com o neodesenvolvimentismo que foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda que teve início com os governos de Lula da Silva e continuidade com Dilma Rousseff. Em outro plano, neodesenvolvimentismo identifica a ideologia oficial do governo brasileiro e sua base de sustentação, alicerçado no êxito eleitoral das políticas sociais e de combate à pobreza e transferência de renda, programas que são engrenagens-chave para garantir a manutenção e reprodução do modelo extrativista e que também dependem de um forte papel do Estado, traço comum a outros países da América Latina.¹⁹ Contudo, diferentemente de países como a Bolívia, a Venezuela e o Equador, o investimento nos programas sociais do Brasil não está diretamente dependente da renda extrativa, já que a soja e mineração, os produtos que lideram a pauta, são de grupos privados (contudo, esse cenário modifica-se com as perspectivas futuras de uso para a renda do petróleo, com o Fundo Social do Pré-Sal, que será referido adiante, ainda que a Petrobras não seja uma empresa 100% pública).

Em grandes linhas, o *neodesenvolvimentismo* foi a política econômica que substituiu o neoliberalismo a partir do início da Era Lula e que permitiu uma frente de governabilidade através de uma aliança entre os trabalhadores (partido, fundos de pensão) e o *bloco de poder* no qual figuram

segmentos da grande burguesia nacional. Entre esses setores, destacam-se especialmente o agronegócio, a construção civil, a indústria naval (ligada ao petróleo), a indústria de transformação e inclusive alguns bancos.²⁰ Este bloco, contudo, não é estático e possui complexidades internas e matizes. Segundo a análise que busca identificar as dinâmicas de classe, essa nova configuração no bloco de poder sob a égide *neodesenvolvimentista* determinou a mudança na orientação da política externa, rompendo marcadamente com o governo anterior, *neoliberal*, voltado a atender prioritariamente aos anseios do capital financeiro nacional e internacional, período em que a fração que detinha a hegemonia no interior do bloco de poder precisou demonstrar proximidade e subordinação às grandes potências hegemônicas.

“(...) ao longo dos governos FHC, sobretudo em função das negociações da ALCA, a grande burguesia interna passou a se aglutinar contra a abertura unilateral do mercado interno, e os efeitos negativos da implantação do neoliberalismo ortodoxo no Brasil. Esta fração que reúne, no seu núcleo, as empresas de capital predominantemente nacional, algumas estatais e, periféricamente, algumas multinacionais aqui instaladas, ascendeu politicamente nos governos Lula. Por isso, o Estado brasileiro usou sua maior autonomia de ação para tomar posições cujo resultado direto foi o atendimento de interesses econômicos da grande burguesia interna, resultados esses que podem ser resumidos em: proteção ao mercado interno, aumento das exportações e impulso conferido à internacionalização das empresas brasileiras. *A posição política do Estado brasileiro transitou na passagem destes governos de subordinação passiva para subordinação conflitiva.*” (grifo nosso)²¹

Nesse quadro, somam-se aos fatores determinantes que contribuíram no processo de internacionalização de certas empresas brasileiras *big players* nos últimos anos, as linhas de crédito e financiamento para investimentos no exterior via BNDES, que viabilizaram a exportação de capital através do investimento direto em outros países da América Latina e África. Entre essas estão a Vale, Oderbrecht, Petrobras, Gerdau, CSN, BRF, JBS, OAS, Camargo Córrea, Votorantin, Andrade Gutierrez, Marfrig, Usiminas, Suzano e outras.²² A EM-BRAER, empresa fetiche ao imaginário desenvolvimentista, é um desses casos de sucesso, uma das “campeãs nacionais”, que como algumas outras vem buscando nichos de excelência e inserção competitiva no mercado internacional.²³

Por exemplo, em 2014 foram assinados contratos de venda de 60 jatos da família EMB 190 entre a Embraer para a Tianjin Airlines e o ICBC Leasing, ambas chinesas. Outro exemplo, a empresa brasileira

Marcopolo (líder na fabricação de ônibus e caminhões) está tramitando a instalação de uma unidade de produção na Zona de Processamento de Exportações de Changzhou; um dos casos de sucesso entre as “multina-cionais brasileiras” que têm apostado em um modelo de negócios aberto à participação das subsidiárias internacionais nos processos de inovação. A Marcopolo opera hoje com filiais no México, Argentina, Colômbia, África do Sul, Egito e Índia.²⁴

Além do papel decisivo do BNDES, a orientação da política externa também contribuiu para abrir mercados e oportunidades de exportação de bens e serviços para as transnacionais brasileiras, via negociação da diminuição das barreiras alfandegárias e ações no sentido de consolidação do Brasil como líder regional, enfatizando o relacionamento com seus vizinhos por meio de cooperação bilateral e da integração sul-americana.²⁵ Em conjunto, essas ações integram uma visão para o Brasil e um projeto estratégico nacional que nos processos regionais na América Latina materializa o papel de liderança dos interesses do Brasil (ou o subimperialismo brasileiro, sob novas determinações)²⁶ na orientação das grandes linhas de integração infraestrutural no continente, cuja carteira de projetos planificada originalmente sob a IIRSA se desenvolve hoje sob a COSIPLAN.²⁷

Se a inserção internacional do Brasil pode ser caracterizada como subordinada, e o quanto esta é passiva ou conflitiva, o certo é que no âmbito doméstico vem se justificando com uma racionalidade muito particular. Por exemplo, para a China, como se vê em sua atuação na África, a aquisição de terras é um ponto central nas perspectivas de investimentos em logística e infraestrutura, como ferrovias e portos, além de ser um fator estratégico para lastrear o capital e assegurar o controle territorial dos seus investimentos. A despeito dos esforços e do grande interesse dos chineses em investir na compra de terras no Brasil, e do consequente temor frente a esse avanço, o governo barrou a compra de terras por estrangeiros, através de parecer da Advocacia Geral da União de 2010.²⁸ Contudo, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade máxima de representação do agronegócio brasileiro, vem contestando a proibição e entende que é preciso flexibilizar esta regulamentação.

“Minha guru se chama Margaret Thatcher. Então, para mim foi um choque essa restrição [da AGU]”, afirmou a então presidente da CNA, hoje ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Frente a uma avaliação do tema em outros países, afirmou que vários Estados na América Latina não vendem terras e isso “enfraqueceu o diálogo com o governo chinês”; frente a isso, sua posição é que “regras são importantes”, mas que se deve permitir a aquisição de terras por estrangeiros.²⁹

Uma avaliação é que, em função da restrição a estrangeiros para aquisição de terras no Brasil (assim como na Argentina), a China vem mudando o seu modelo de investimentos na agricultura na América do Sul, passando a privilegiar aportes em infraestrutura (incluindo transporte e armazenamento), em troca do direito exclusivo de comprar toda a colheita e assim garantir seu abastecimento, sobretudo de soja, e aumentar cada vez mais as compras de milho.³⁰

Ao tomar posse no início de 2015, como Ministra da Agricultura, Kátia Abreu anunciou que suas primeiras missões internacionais no cargo serão para China e Rússia, os maiores importadores do agronegócio brasileiro. Apesar do cenário internacional que apresenta uma queda geral nos preços das *commodities*, isso não é avaliado na perspectiva de alteração do volume, pelo contrário.

“A China, que importa 23% dos nossos produtos, pode parar de investir em uma porção de coisas. Mas 1,3 bilhão de pessoas lá seguem precisando almoçar, jantar e lanche. Está havendo uma queda de preços [dos alimentos exportados], mas não creio em alteração de volume. Mesmo com o embargo [de potências internacionais], os russos continuam se alimentando de frango. As pessoas têm de comer. E a gente não exporta produtos muito agregados, consumidos por pessoas ricas. Exportamos é carne, que a massa come, um produto processado por lá.”³¹

O agronegócio brasileiro não se vê como um setor do ‘extrativismo’, mas como um complexo de cadeias de produção (os grãos, por exemplo, são resultado de valor agregado onde vários segmentos se envolvem na produção, do desenvolvimento de sementes e agroquímicos à tecnologia empregada no cultivo, colheita, distribuição, etc), que “fabrica comida” ou “proteína”, linguagem que vem sendo incorporada também nos discursos oficiais do governo. Como ‘proteína’, incluem-se ovos, carnes de produção industrial como gado, frango, porco, peixes e crustáceos e também a proteína de soja (lembrando que a soja,

por sua vez, isolada ou combinada com o milho, é o componente básico das rações que alimentam as diversas cadeias de produção de carne).

Atualmente o consumo *per capita* dos 1,3 bilhão de habitantes da China é de 4,7 quilos de proteína animal, por ano.³² O brasileiro consome em média 94 quilos de carne por ano (bovina, a suína e a de frango), sem contar o consumo de ovos, peixes e crustáceos.³³ O aumento do consumo de carnes (e proteínas animais industriais) e sua disponibilidade a preços acessíveis é um componente central do imaginário do desenvolvimento e funciona como critério objetivo – e ‘palpável’ para a população – da melhora do padrão de vida, sendo reivindicado até mesmo para atestar o sucesso de políticas econômicas. No Brasil o frango (além do iogurte) foi um dos símbolos do plano Real: na época do lançamento do plano, em 1994, 1 quilo de frango chegou a custar 1 real.³⁴

Alimentando o dragão, ou as novas equações de dependência

O agronegócio, que lidera a pauta de produtos exportados para China, pleiteia responder por 23% do PIB e 37% da geração de empregos no país.³⁵ É o principal setor que vem exercendo empenho sistemático e estratégico em buscar aliança e expansão de oportunidades na exportação para a China. Em 2012, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) inaugurou um escritório de representação da entidade em *Beijing* com objetivo de promover os produtos agropecuários nacionais e atrair investimentos chineses para o Brasil, dando um passo efetivo rumo à internacionalização da CNA. Em junho de 2013, aconteceu em Pequim o I Foro de Ministros de Agricultura da China - América Latina e Caribe.

O peso do setor do agronegócio é um bom exemplo da importância crescente das exportações de produtos primários para a China *vis a vis* a importação de manufaturas daquele país, o que reforçaria uma dinâmica central de *reprimarização da pauta exportadora, contribuindo para à desindustrialização nacional*. Contudo, essa equação e suas contradições respondem à visão e estratégia de desenvolvimento nacional que procura alinhar os setores competitivos da economia e da indústria – tendo em conta as particularidades do momento atual do capitalismo – com as “oportunidades de exportação e a geração de empregos no país”, e que está na base sustentação do modelo, na disputa dos imaginários e do debate político.

No atrelamento (ou subordinação) para atender a demanda da China através de produtos gerados com a intensificação do extrativismo, *mesmo que esta demanda extrativa seja catalizadora de processos nacionais de geração de emprego e dos nichos competitivos para uma indústria nacional*, qual o horizonte para o exercício das soberanias alimentar e energética?

Em 2013, a pauta de *exportações* brasileiras para a China se concentrou nos seguintes itens, que somados, representaram 87% da pauta:³⁶

Soja	37%
Minério de ferro	35%
Óleos brutos de petróleo	9%
Celulose	3%
Açúcar refinado	3%

O aumento da produção e exportação do agronegócio brasileiro de soja tem sido fundamental para abastecer a crescente demanda chinesa por proteína animal. Segundo dados de 2013, o Brasil exporta para o país asiático entre 66% e 68% de toda sua produção de soja (que cresce em volume a cada ano), fazendo da China o seu maior mercado consumidor.³⁷

O peso do Brasil para economia chinesa – O Brasil posicionou-se no 16º lugar entre os destinos de exportação da China, com apenas 1,6% do total.³⁸ Para a China, o Brasil posiciona-se atualmente (dados de 2013) no 9º lugar entre os fornecedores do mercado chinês, contribuindo com apenas 2,8% das importações do país (a Coreia do Sul foi o principal país fornecedor de bens à China, com

9,4% do total; seguido do Japão (8,3%); Taiwan (8,0%); Estados Unidos (7,9%); Austrália (5,1%); e Alemanha (4,8%). Por continente, apesar do peso estratégico das matérias primas da América Latina para a indústria chinesa, a Ásia é o principal abastecedor do mercado chinês: em 2013, somou 56% do total (seguido pelo do continente americano, incluindo EUA, com 16%; União Europeia com 11%; África com 6%; e Oceania com 5%). Já as exportações chinesas são direcionadas em grande parte aos vizinhos da Ásia, que absorveram 51% do total; seguidos do continente americano com 24%, da União Europeia com 15% e da África com 4%. Individualmente, Hong Kong foi o principal destino das vendas chinesas com 17,4% do total em 2013. Seguiram-se: Estados Unidos (16,7%); Japão (6,8%); Coreia do Sul (4,1%); Alemanha (3,0%) e Países Baixos (2,7%).

Proporcionalmente, o Brasil tem uma contribuição muito pequena, ínfima até, na balança comercial chinesa: absorve apenas 1,6% das exportações da China (e com certeza algo mais, que chega ao Brasil via Paraguai). Por outro lado, apesar da quantidade de soja, minério e petróleo que envia para a China, o Brasil responde por apenas 2,8% do total importado pelo país. Contudo, esse dado precisa ser relativizado.

Números podem invisibilizar dimensões fundamentais da economia. Sobretudo se aceitamos o desafio de pensar a concretude e a dimensão material e histórica das relações econômicas. A soja é um flex crop, denominação utilizada para aqueles grãos ou insumos que podem ser utilizados como alimento, ração, energia e matéria prima para indústria (entre eles soja, cana de açúcar, eucalipto).³⁹ O surgimento destes insumos flex é central para entender a economia agroindustrial hoje e a integração vertical, assim como servem para expor as complexidades e contrapor o simplismo da categorização do agronegócio como “extrativismo”. Além disso, é preciso considerar outros fatores. Por exemplo, outro produto do agronegócio, o café, não tem o mesmo destaque econômico do complexo da soja, que surge no século XX e é hoje um vetor da biotecnologia, da propriedade intelectual, etc. O café commodity tem sua origem ainda na época colonial e o seu consumo é um hábito incorporado e naturalizado em dezenas de países. Hoje, hipoteticamente, caso os países produtores de café decidissem

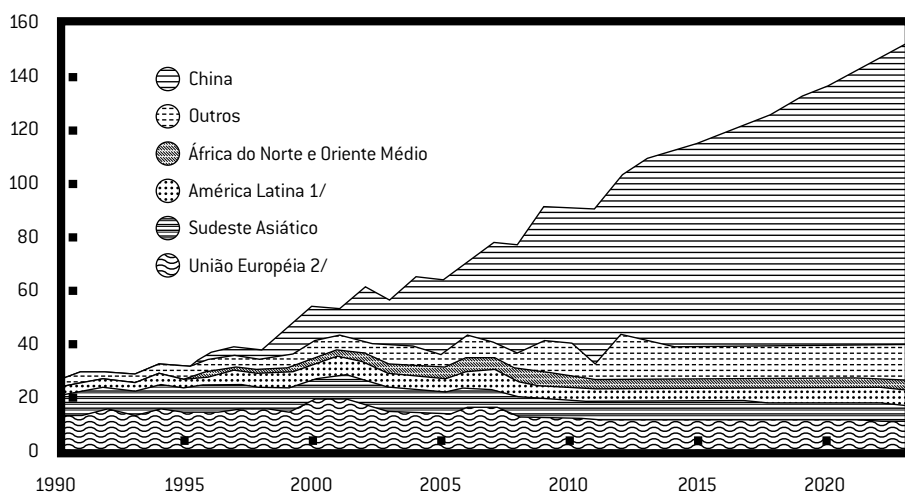
suspender a exportação, pode-se imaginar os impactos sobre um hábito já tão arraigado no cotidiano e na cultura dos países consumidores (como a Alemanha, que apesar de não ter um pé de café em seu território é o maior 'exportador' internacional do grão),⁴⁰ assim como os efeitos disso sobre todos os serviços e o comércio que dependem do produto, os empregos que estão diretamente relacionados ao consumo do café em vários países, etc. Ainda, as tecnologias e o design das máquinas para preparo do café, só foram criadas e se aplicam em função do grão de café. Ou seja, estas interdependências formam um todo indissociável e que movimenta as relações econômicas dentro do sistema-mundo.

Quanto a peso aparentemente pequeno das importações do Brasil na economia chinesa, em primeiro lugar, os números expressam a participação em termos do valor (preço) do total que é importado pela China. Comparado com equipamentos de altíssima tecnologia (como os *chips* e microprocessadores importados da Coreia), a soja e o minério de ferro são *commodities* baratas. A isso somam-se ainda as distorções das taxas de câmbio.

Porém, se olharmos a especificidade da soja e do minério de ferro e o volume crescente (em toneladas) que é embarcado para a China, estes são recursos altamente estratégicos, pois, no caso da soja, por exemplo, se o Brasil (hipoteticamente) decidisse não vender soja para a China, esta não teria como conseguir a quantidade que necessita de outro lugar. *O crescimento do consumo de proteína na China é dependente do potencial brasileiro de atender a esta demanda.* Afinal, qual a vantagem de se tornar a primeira economia do mundo se isso, no cotidiano da população chinesa, não se traduz em uma 'melhora' no seu padrão de vida? E qual o indicativo mais universal que a alimentação?

Considerando os principais produtores/exportadores mundiais de soja – Brasil, Argentina e Estados Unidos –, o Brasil é o único com condições de assegurar a expansão de área e volume de soja, assim como a ampliar a rede logística para atender o potencial de crescimento da demanda chinesa/asiática.⁴¹ Quem afirma isso é o Departamento de Estado para Agricultura dos EUA (*USDA Agricultural Projections 2023*) no estudo sobre projeção de produção e o consumo de produtos agrícolas para os próximos dez anos.⁴²

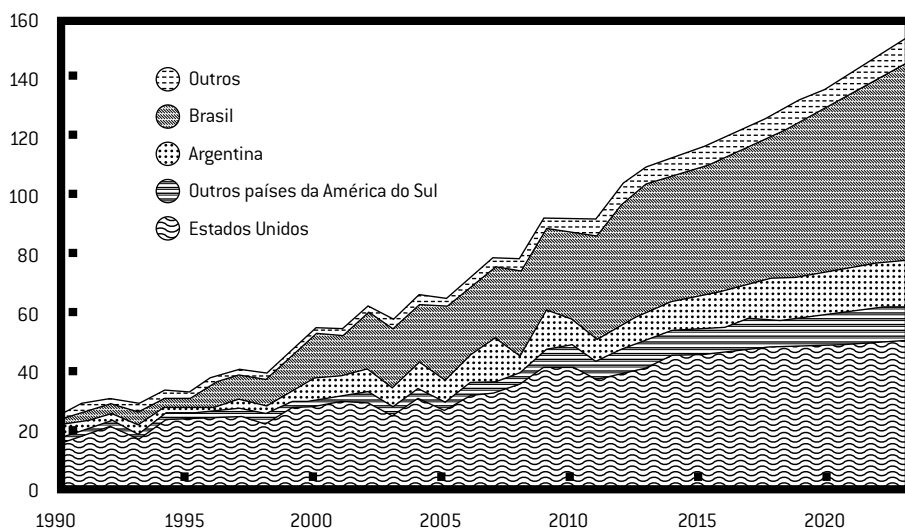
Importações de soja - por país/milhões de toneladas:



1/ Inclui México

2/ Exclui as exportações dentro da União Europeia (i.e., entre os países membros do bloco)

Exportações de soja - por país/milhões de toneladas:



A China tem um grande desafio de soberania alimentar. Em seu território, cerca de 50% das terras são improdutivas, 34% são ocupadas por florestas e pastos e somente 14% são próprias para o plantio. Além disso, o país enfrenta desertificação galopante e problemas de contaminação e salinização de algumas áreas. A China possui 20% da população mundial, mas somente 7% das terras mundiais para o plantio, o que limita sua capacidade de produção agrícola.⁴³ Grande parte dos alimentos produzidos na China é consumido no país e o restante é importado. Atualmente, aproximadamente 50% dos chineses ainda vivem no campo; além disso, o país é o maior produtor de carne suína, com cerca de meio bilhão de animais. A emergência de uma classe média chinesa urbana está mudando rapidamente hábitos de consumo e consolidando um imenso mercado emergente e várias oportunidades de exportação para o agronegócio brasileiro, com destaque absoluto para o “complexo soja” (farelo, óleo e grãos) e carnes (aves, bovina e suína). A China é atualmente o maior mercado para carnes frescas do mundo.

A importação de soja do Brasil – lembrando que a leguminosa é originária da China, da região da Manchúria – vem viabilizando profundas transformações nos padrões e na cultura alimentar (milênar) da China, com o incremento da proteína animal industrial na dieta, o que se irradia por outros países da região asiática.

Por outro lado, caso a China parasse de comprar a soja brasileira, o preço imediatamente despencaria com um efeito cascata em toda a economia brasileira, em função do peso que tem a soja na balança comercial e nos setores internos da economia, dinamizados pelas cadeias de bens e serviços dependentes do agronegócio. Em caso de ruptura na pauta da soja, análises apontam que o Brasil não conseguiria substituir a China por outro comprador: a Europa, um mercado potencial, limitou as importações devido à crise que se espalhou pelo bloco, e considera-se que é um mercado maduro que já apresenta níveis bastante estáveis no aumento de ingresso de proteína; os Estados Unidos são também fortes produtores, portanto não se tornariam compradores; uma opção seria a África, mas os países desta região não teriam dinheiro suficiente para pagar pelo produto.

Além disso, a produção de soja e de outras *commodities* agrícolas no Brasil encontra-se em parte dependente (em custo de produção) do glifosato chinês, que em 2013 representou 5,9% da pauta de importação brasileira daquele país. O glifosato formulado é um dos agrotóxicos mais usados no mundo e o mais usado no Brasil, principalmente nos cultivos transgênicos que são resistentes à substância.⁴⁴

Para o Brasil, as importações da China se mantiveram concentradas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, que, somados, corresponderam a 50,9% do montante:

- 29,1% máquinas elétricas: partes de aparelhos de TV, partes de aparelhos de telefonia, terminais portáteis de telefonia celular, computadores, lâmpadas e circuitos impressos.*
- 21,8% máquinas mecânicas: tela para microcomputadores, partes e acessórios para computadores, aparelhos de ar-condicionado e fornos.*
- 5,9% produtos químicos orgânicos: ácido de glifosato e sal de monoisopropilamina (base pra formulação do glifosato formulado).*
- 2,8% automóveis.*

Em 2008, a produção de glifosato chinês aumentou de maneira descontrolada a partir dos preços recordes registrados pelas *commodities* agrícolas.⁴⁵ O preço do glifosato, como de outros agrotóxicos, se tornou um componente essencial no custo de produção, em função da dependência criada pelos transgênicos e que impacta os principais cultivos de exportação do país. O ácido de glifosato importado da China é a base para fabricação no Brasil do agrotóxico glifosato genérico, que tem servido para criar concorrência com os preços dos fabricantes Monsanto do Brasil e a Nortox. S.A., que (antes concorrentes) monopolizavam o mercado, como únicos produtores no Brasil, e que chegaram a mover um processo de investigação sobre prática de *dumping* contra a importação chinesa.⁴⁶

Quase 100% das importações de ácido de glifosato realizadas no Brasil até 1998 foram provenientes dos Estados Unidos, provavelmente da Monsanto.

A partir do ano 2000, o número de países foi ampliado consideravelmente, com destaque para as importações provenientes da China, que passa a representar quase 50% do volume total importado desse produto.⁴⁷ Se por um raciocínio econômico e de disputa de hegemonia, a importação da China contribuiu para quebrar o monopólio da Monsanto e dos EUA como principal destino dos lucros da venda do glifosato, para a questão ambiental e social dos seus impactos não interessa quem produz, pois os danos são os mesmos: drásticos efeitos ambientais e sociais tanto aqui como em outros países (Argentina, Paraguai e Bolívia), compondo uma dinâmica de expansão das monoculturas de soja, desmatamento, uso indiscriminado de agrotóxicos, expulsão de populações e graves violação de direitos humanos de camponeses e povos indígenas.

Em 2013, o envio de soja, principal item da pauta exportadora do Brasil para a China aumentou de cerca de 40%, tanto em volume, como em valor, em comparação com o ano de 2012. A soja, principal grão de exportação, é o maior vetor de demanda territorial: ocupa hoje uma área de 27.7 milhões de hectares (2012/2013 CONAB),⁴⁸ que estima-se subiu para 30,1 milhões na safra atual 2013/2014 e *deve incorporar mais 1.5 milhões de hectares na projeção para 2014/2015* – uma demanda territorial que cresce, tendo em vista sempre, atender o consumo crescente na China.⁴⁹

Na prática, pois, a territorialização do capital chinês se define por outras formas que o título de propriedade da terra e se expressa no poder de determinar a destinação e o uso de um território e seus recursos. Essa é uma questão de fundo acerca das lógicas desenvolvimentistas e as ações estruturantes que são pensadas *desde o Brasil* para gerar e sustentar emprego e renda e superávit comercial, mas que são dependentes – e *subordinadas* – ao horizonte de demanda da China. Por outro lado, a modificação da dieta na China com o aumento do consumo de carnes, e a relevância que isso tem na percepção social e nos imaginários sobre o que é desenvolvimento, se faz na dependência da capacidade do Brasil de incorporar terras, garantir fertilidade do solo (com mineração de fosfato, potássio, ureia e agroquímicos), água, escoamento da produção, etc. – e ao custo de impor, para este fim, as grandes lógicas que determinam o destino dos territórios e das populações, hipotecando, assim, as alternativas de futuro.

China: parceira estratégica do neodesenvolvimentismo

O novo ciclo nas relações entre os dois países é marcado pela visita do presidente Lula à China em 2004. Nessa ocasião, foram criadas a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN),⁵⁰ o mecanismo permanente de mais alto nível entre os governos do Brasil e da China, marco na qual se elaborou o Plano de Ação Conjunta (2010-2014) e o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021); além disso, em 2004 foi criado também o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Juntos, estes são os principais canais e institucionalidades para a construção de acordos relativos ao comércio e investimentos chineses.⁵¹ Para exemplificar o papel que cumprem, no âmbito da COSBAN, por exemplo, foi criado um Grupo de Trabalho sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança que, no início de 2014, concluiu um Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Milho do Brasil para a China; a viabilidade de exportação de milho para a China é apontada como um marco na consolidação definitiva do agronegócio brasileiro.⁵²

Uma década depois da visita de Lula à China, outro momento marca um salto qualitativo com relação às ações conjuntas. Em 2014, as relações diplomáticas entre Brasil e China completaram 40 anos, momento marcado pela elevação da relação bilateral ao nível de Parceria Estratégica Global. Isso reforçou o reconhecimento dos “princípios de respeito mútuo, benefício recíproco e ganhos compartilhados” que vêm marcando as quatro décadas da relação diplomática e comercial, tendo em vista especialmente as oportunidades de investimento chinês no Brasil. Com esse fim, foi estabelecido um mecanismo oficial, o Diálogo Estratégico Global, cuja 1ª reunião foi realizada em Brasília em 2014, estando previstas reuniões anuais nessa capital e em *Beijing* para acompanhar a evolução da agenda bilateral e coordenar ações conjuntas sobre temas internacionais de interesse comum.

Em 2014, logo após a realização da VI Cúpula dos BRICS em Fortaleza, Xi Jinping celebrou em Brasília os 40 anos de parceria entre Brasil e China, ocasião em que foram concluídos 56 atos bilaterais (32 dos quais assinados). Na ocasião da assinatura dos acordos, os presidentes dos dois países inauguraram no país a ferramenta de busca Baidou (depois do Google a segunda mais usada na internet e forte concorrente deste na Ásia) e das gigantes de compras de comércio eletrônico, a Alibaba group e Alipay (que dominam mais de 80% do comércio eletrônico na China), assinando um memorando com os Correios para favorecer as empresas brasileiras no comércio internacional com a China e em conjunto melhorarem os procedimentos de logística; ambas são empresas ícones da investida contra-hegemônica chinesa no domínio da internet e do *e-commerce*.⁵³

Os temas dos atos bilaterais Brasil-China tratam da intensificação da pauta comercial, que vai desde compras públicas nos setores de segurança, a investimentos em energia, agricultura, logística, satélites, etc.; em geral os acordos ampliam e garantem apoio chinês (em termos de investimento e tecnologia) para setores e dinâmicas da economia brasileira, mas que reverberam em toda a região.⁵⁴ No horizonte de grandes linhas estratégicas (como definido no Plano de Ação Conjunta e no Plano de Cooperação), assim como os atos bilaterais em seus projetos específicos, a crescente presença de investimentos chineses em setores-chave da economia brasileira concretiza uma *ação coordenada e planificada entre os dois países*, na busca de “benefícios mútuos e ganhos compartilhados”, no qual tem papel ativo os setores do empresariado brasileiro e o governo. Ou seja, *a entrada da China como uma potente força econômica e que se reflete nos territórios vem sendo executada de forma planificada e integrada a um projeto nacional*. A questão de fundo é esclarecer quais interesses específicos são atendidos nesse projeto e, sobretudo, quais interesses e principalmente – direitos – são violados nesse caminho.

Na declaração conjunta por ocasião da assinatura dos atos, um dos grandes pontos de destaque na “agenda sino-brasileira” no plano bilateral e em sua crescente dimensão plurimultilateral trata da infraestrutura e logística expressa na “atuação conjunta de empresas brasileiras e chinesas em projetos de infraestrutura em terceiro países, na América do Sul e na África”.

O Brasil integra o Fórum de Macau, criado em 2003 e que reúne a China e demais países de língua portuguesa para promover a cooperação e desenvolvimento econômico.⁵⁵ Utilizando os países de língua portuguesa Angola e Moçambique como porta de entrada, e fatores como o interesse em conhecer e reproduzir programas sociais, o Brasil ao longo da última década vem intensificando o comércio com a África,⁵⁶ nos quais empresas *estatais e privadas* brasileiras estão atuando. Em Angola, a empreiteira Odebrecht já é a maior empregadora privada do país.⁵⁷ Em Moçambique, a Vale tem a concessão de exploração por 25 anos (renovável por igual período) de parte importante das minas de carvão de Moatize, província de Tete, uma das últimas reservas inexploradas de carvão do mundo (onde também operam a Rio Tinto e a indiana Jindal).⁵⁸ O megaprojeto é marcado por protestos e impactos às comunidades locais.⁵⁹

Na perspectiva brasileira, na América Latina assim como na África, as ações para fortalecer a vinculação com a China expressam o esforço para atrelar-se e garantir a sua fatia em oportunidades, negócios e contratos junto ao principal motor de acumulação do capitalismo nas próximas décadas, identificado nos prospectos de urbanização da Ásia (majoritariamente) e da África (em menor medida), que representam o principal processo gerador de demanda (*e de crescimento do volume da demanda*) na lógica da expansão do capitalismo e suas conexões com os processos extrativos e de industrialização em nível global.

Na declaração conjunta os países enfatizaram “a importância da cooperação na construção de uma rede de infraestrutura sustentável e integrada na América do Sul” e concordaram em “estimular investimentos em logística de transporte nas áreas do agronegócio; cadeias de suprimento agrícola; mineração; energia; indústria; tecnologia de ponta, etc.”. Com esse fim, incentivaram “agências governamentais e investidores do setor privado dos dois países a participar das licitações em projetos no Brasil, como por exemplo, o trecho ferroviário entre os municípios de Lucas do Rio Verde (MT) e Campinorte (GO)”. Este trecho específico, conhecido como Ferrovia da Soja, com 883 km de extensão, é um dos principais gargalos de logística do país para a expansão do agronegócio na Amazônia e faz parte da Estrada de Ferro (EF) 354, conhecida como Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que por sua vez integra um traçado maior chamado de Ferrovia Transcontinental. É uma alternativa estrutural para reduzir os custos e transportar o grão até os portos

por onde são exportados. A ferrovia, ainda, integra um projeto ainda mais amplo, o de conectar o Brasil a portos peruanos no Pacífico por meio de trens.

Em 2013, o Conselho Nacional de Desestatização (CND) redefiniu a configuração dos primeiros lotes de concessões ferroviárias a serem licitados no âmbito do atual Programa de Investimento em Logística (PIL) do governo federal, cujos lotes iniciais foram redivididos; de acordo com proposta do Ministério dos Transportes, esse trecho foi licitado em separado (a resolução do CND permitiu que participem da disputa pessoas jurídicas brasileiras *ou estrangeiras*, incluindo entidades de previdência complementar, instituições financeiras e fundos de investimento).⁶⁰ O PIL, lançado em dezembro de 2012 pelo governo federal, trata de atrair investimentos privados para concessões de estradas, ferrovias, portos e aeroportos e constitui um planejamento integrado do sistema nacional de transporte em articulação com as cadeias produtivas, materializando, nas palavras do presidente da Empresa de Planejamento e Logística, um “Projeto Estratégico do Estado Brasileiro”.⁶¹

Em seu conjunto, essas infraestruturas de logística são as artérias para ampliar (em alguns casos criar) os fluxos de matéria e energia e cobrem o território nacional integrando os territórios ao capital, abarcando setores como agronegócio (grãos, rebanhos), celulose, complexo açúcar e etanol, mineração e siderurgia e indústria (petroquímica, cimento, fertilizantes, celulose, automotiva e partes de veículos).⁶² O PIL serve então de “mapa do caminho” (ainda que em potencial) para uma visão territorializada das principais áreas sob a mira dos investimentos – com estimativas de cerca de R\$ 250 bilhões em 30 anos – e dos conflitos.

A parceria comercial com a China e os investimentos chineses no Brasil atende em seu conjunto a uma correlação de forças e favorece interesses e projetos que estão hoje no cerne do modelo de desenvolvimento brasileiro. O aumento da participação chinesa em território nacional se dá pela participação direta dos investimentos e execução de projetos, mas também pelas lógicas estruturais do projeto de desenvolvimento nacional que têm a demanda chinesa como horizonte, como nas perspectivas da soja e do agronegócio e dos investimentos que reforçam a expansão das infraestruturas para a logística do complexo agromineral (como as hidrovias, ferrovias e portos).

Petróleo e Amazônia representam o que há de mais emblemático e mais caro em termos de soberania nacional no imaginário brasileiro e no discurso político. A participação e presença da China nestas duas áreas – ilustrada a seguir pela entrada de empresas estatais chinesas no setor de petróleo, geração e transmissão de energia hidroelétrica na Amazônia (para abastecer os planos de expansão da mineração) – são indicativos da relevância de que a China tem hoje no cenário nacional, e lança interrogantes sobre o futuro.

China e o Pré-Sal

Em outubro de 2013, o leilão para a concessão do campo de Libra na Bacia de Santos (volume estimado entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo, uma das maiores áreas das reservas do Pré-Sal) foi arrematado por um consórcio que inclui a Petrobras e as duas maiores empresas chinesas de energia: a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e o fundo privado China National Petroleum Corp (CNPC), além da anglo-holandesa Royal Dutch Shell e a francesa Total.⁶³

Para o leilão do campo de Libra, a fatia mais nobre do Pré-Sal – e alvo de intensos protestos⁶⁴ –, eram esperadas propostas de dezenas de empresas estrangeiras. Este foi também o primeiro leilão sob o novo marco regulatório do petróleo, em vigor desde 2010 e que substituiu o regime de concessões pelo regime de produção partilhada anterior (o modelo atualmente em vigor garante uma participação ampla da Petrobras e de entes estatais na exploração dos poços, ainda que em parceria com empresas privadas). Por uma série de condicionantes do novo modelo, poucas empresas se apresentaram, e caso as empresas chinesas não tivessem participado, avalia-se, o primeiro leilão sob o novo regime teria sido um fracasso político e econômico; especula-se inclusive que a entrada das chinesas foi pré-acertada entre os governos do Brasil e da China.⁶⁵

No novo marco regulatório foram incluídos requerimentos sobre o conteúdo nacional dos projetos, entre outros requisitos. Há uma determinação sobre o percentual mínimo de componentes brasileiros usados na operação, de 37% na fase de exploração, 55% na fase de desenvolvimento até 2021 e 59% depois desse ano. Segundo analistas, porém, há dúvidas sobre a capacidade da indústria nacional de suprir as necessidades de bens e serviços de alto valor agregado dos projetos nesses prazos.

Para o setor, na área de construção de navios petroleiros, por exemplo, o Brasil não tem, claramente, como concorrer, em termos de preços e custos, com a China ou com a Coreia, que dominam o mercado. Por outro lado, o Brasil vai bem na produção de embarcações de apoio, plataformas *offshore* e navios sonda. Esses são os setores em que o país tem se estruturado e desenvolvido melhor e em que tem muita tecnologia embarcada: é seu ‘nicho de mercado’.⁶⁶

O crescimento da industrial naval brasileira – em torno de 19,5% ao ano desde 2000 –, somado a investimentos da Petrobrás, consolidou o setor no país. Após um primeiro apogeu na década de 1970, a indústria naval sofreu um declínio nos anos 1980 até quase a extinção década seguinte. O que impulsionou seu ressurgimento e o que vai sustentá-la pelos próximos 25 anos é a exploração de petróleo e gás em alto mar:

“a forte retomada dos investimentos das indústrias naval, *offshore* e de navieças a partir dos anos 2000 trouxe impactos importantes sobre a economia brasileira: forte geração de emprego e renda; desenvolvimento de uma rede de fornecedores nacionais de insumos, peças e componentes; oportunidades para a expansão de processos de inovação e de novas tecnologias em produtos e processos; desenvolvimento e expansão do segmento de produção de plataformas de exploração e produção de petróleo e de gás *offshore*; implementação e ampliação de serviços de cabotagem de óleo bruto e derivados; aumento da capacidade de conquista de mercados externos; e efeitos significativos sobre a formação bruta de capital fixo, entre outros.” (IPEA 2014).⁶⁷

Na cadeia do petróleo, a associação com a China segue uma lógica elementar. No último período, as exportações do Brasil para a China vêm crescendo na esteira do aumento da participação na produção por parte das empresas chinesas no país. Além disso, em 2010 a China superou os Estados Unidos, tornando-se o maior mercado para as exportações de petróleo do

Brasil. Enquanto em 2003 as exportações de petróleo representavam apenas 0,5% do valor total exportado para a China, em 2013 a porcentagem correspondente foi de 8,7%. No cálculo das divisas obtidas com a compensação financeira pela exploração do Pré-Sal (os *royalties*) encontram-se hoje ancoradas as expectativas de recursos para atender a um amplo espectro de questões sociais do país através do Fundo Social, que destina 50% do valor arrecadado para educação e para a saúde.⁶⁸

A China é o maior mercado importador de petróleo no mundo e o Brasil, apesar do aumento das exportações para o país, representa ainda apenas 2% do petróleo importado pela China, o que acena com uma demanda certa e um gigantesco potencial para o futuro.⁶⁹ Em tempos de mudanças climáticas e de imperativos civilizacionais para cortar emissões, no entanto, chama atenção uma projeção de cenário onde praticamente nada menos que a metade da população brasileira estaria de uma forma ou de outra trabalhando em função do petróleo nos próximos 30 anos!

O trabalho que o Pré-Sal dá: o petróleo no imaginário desenvolvimentista
“Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), estima-se que os investimentos no Pré-Sal para os próximos 30 anos movimentem US\$ 1,7 trilhão (cerca de R\$ 3,7 trilhões) no país. Para cada R\$ 1 bilhão investido por ano no Pré-Sal, serão gerados 33,5 mil empregos na fase de exploração e desenvolvimento e 23,8 mil na de operação. Com expectativa de investimentos da ordem de US\$ 700 bilhões (ou R\$ 1,5 trilhão) em cada uma das etapas nos próximos 30 anos, chega-se a uma estimativa de geração de 87,2 milhões de vagas diretas, indiretas e induzidas até 2043. As oportunidades de emprego são de nível superior e técnico não apenas no setor de óleo e gás propriamente dito, mas também em toda a cadeia que ele movimenta considerando efeitos diretos na cadeia produtiva de petróleo e gás, impactos indiretos em outros segmentos da economia e aqueles induzidos pelo aumento da renda dos trabalhadores”.⁷⁰ O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) prevê que a demanda por nível superior seja, principalmente, de engenheiros e que as categorias profissionais mais solicitadas de nível técnico e médio sejam de projetista, plataformista e

auxiliar de movimentação de cargas. Haverá, também, grande necessidade de categorias de nível fundamental, como montador de andaime, mecânico ajustador, caldeireiro, entre outras (geólogos, geofísicos, petrofísicos, engenheiros de perfuração, gerentes de perfuração, gerentes de contrato, gerentes de engenharia, gerentes de operação e oficiais de náutica. Especialistas – sobretudo nas áreas de mecânica, mecatrônica, eletrotécnica, segurança do trabalho e solda.

China na Amazônia

Assim como no petróleo, na geração e distribuição de energia hidrelétrica na Amazônia as estatais chinesas lograram integrar consórcios vencedores ou adquirir direitos de participação para a execução de projetos estruturantes nos rumos da economia e da política energética do Brasil em médio e longo prazo.

O principal diferencial dos novos projetos de hidroeletricidade na região amazônica é a *parceria entre estatais brasileiras e chinesas* e o fato de as obras em questão estarem no *centro dos maiores conflitos socioambientais no cenário nacional nos últimos anos*, emblemáticos da condução do modelo de desenvolvimento e do atropelo, pelo governo, dos processos de licenciamento ambiental, da questão indígena e seu direito à consulta prévia, em um histórico de violações da legislação ambiental, dos direitos das populações atingidas, da responsabilidade fiscal (no caso da participação do BNDES), direitos trabalhistas, etc. A oposição a esses projetos, como a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, tem gerado grande mobilização nacional e internacional, e são eles o principal exemplo, na prática, das disputas em torno dos interesses e das lógicas que sustentam o desenvolvimentismo no Brasil; assim como oferecem o melhor exemplo de suas profundas contradições.

O significado da entrada da China nesses projetos específicos demanda sua consideração no marco das macroestratégias de ocupação

do território e da escala dos desafios que esses colocam para as lutas, resistências e afirmação de alternativas para a região amazônica.

Em termos de volume de investimento e aporte e expertise tecnológica e operativa para a sua execução, esses empreendimentos seriam possíveis sem a participação chinesa? O que muda no cenário com a entrada chinesa nesses projetos? O que vem caracterizando a atuação dos chineses em projetos na Amazônia? Empresas chinesas públicas e privadas, assim como bancos chineses, estão submetidos a diretrizes socioambientais para atuação no exterior.⁷¹ Qual a viabilidade de exigir o cumprimento destas normas? O que significa na prática para as populações atingidas?

A parceria na execução e o aporte de investimento chineses neste contexto já conflitivo, complexifica os casos e apontam um novo patamar de questionamento, na configuração da China como ‘sócia’ efetiva do modelo de desenvolvimento brasileiro. O fator China somado às lógicas de ocupação e disputa sobre os territórios radicaliza o sentido *das soberanias* e da pergunta: “*energia para quê e para quem?*”

O ano de 2014 marca uma nova etapa dos investimentos da China no país, com sua participação em projetos estratégicos de geração e transmissão de hidroeletricidade localizados na região amazônica. Esse movimento também tem sido analisado como fator que consolida o início de um novo ciclo do setor elétrico brasileiro, com a entrada da China para baratear os custos da infraestrutura e acelerar processos.⁷²

No início de 2014, a estatal chinesa State Grid Corporation of China (SGCC) integrou o consórcio vencedor para a construção e operação do linha de transmissão de Belo Monte com 51% de participação, em parceria com a Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), controladas pela Eletrobras.

Outra estatal chinesa, a China Three Gorges Corporation (CTGC), anunciou a compra de 33,3% de participação para construção e operação da hidrelétrica de São Manoel no rio Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, com 700 megawatts (MW), outros 33,3 % pertencem a EDP de Portugal e os 33,3% restantes a Furnas.⁷³ Além disso, no âmbito da celebração dos quarenta anos de relações diplomáticas entre os países foi firmado um acordo de cooperação estratégica na área de energia

elétrica entre Furnas e a CTGC para a construção da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (UHE Tapajós), no Pará, com 6.133 MW de potência instalada,⁷⁴ a maior usina a ser construída nos próximos cinco anos na região e que integra um complexo no qual ainda estão previstas (pelo menos) mais quatro hidrelétricas. Ainda, a CTGC comprou os direitos de participação de 50% nas hidrelétricas de Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão, no Amapá.

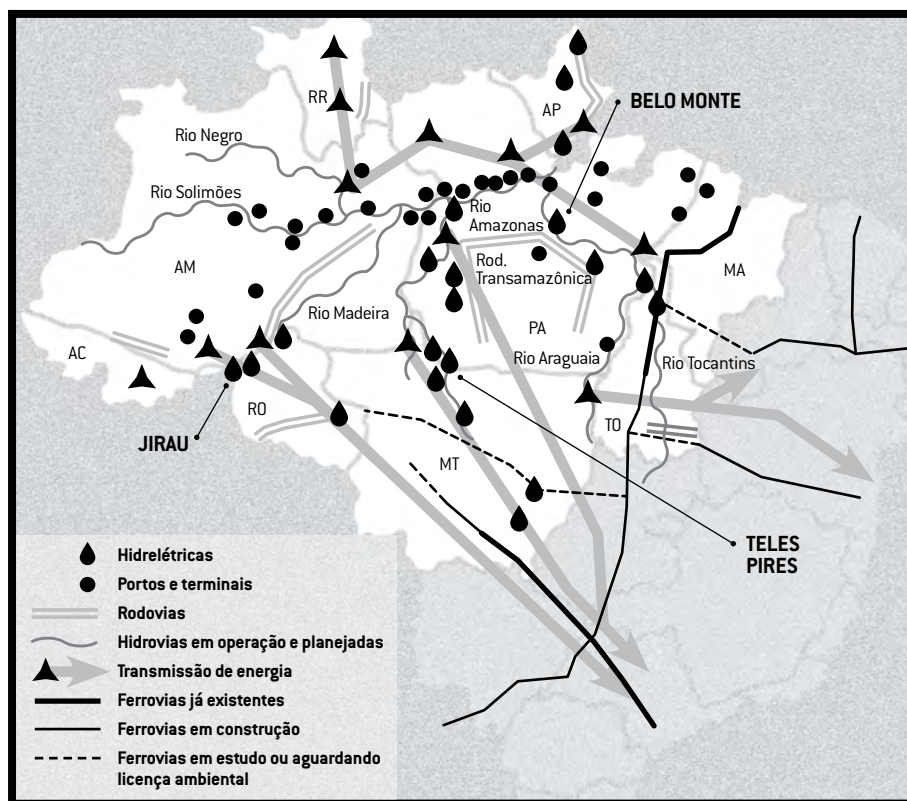
Esses projetos estão entre as prioridades estruturantes para ampliar a capacidade nacional de geração de energia elétrica de baixo custo para alimentar as perspectivas de crescimento – e, em especial, de fornecer energia para novos projetos de mineração na região amazônica –, além de integrar, através de hidrovias, ferrovias e outras infraestruturas, o território à expansão da fronteira extrativa (de grãos e minérios) e ao corredor de exportação do Arco Norte, compondo o plano macro de ocupação “produtiva” para o conjunto da região amazônica. O chamado “Arco Norte” – região que compreende os estados de Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e segue até o Maranhão – é a principal aposta logística do agronegócio brasileiro para a próxima década, com um complexo de investimentos portuários e hidrovias dos rios Madeira, Amazonas e Bacia do Tapajós. O objetivo é redirecionar e ampliar o escoamento de grãos, sem ter que passar pelos altos custos de frete até os portos do eixo Sul-Sudeste.

A esse cenário se soma a execução da estrada do Pacífico, ou rodovia Interoceânica, que ligará o noroeste do Brasil ao litoral sul do Peru, conectando o país por terra aos mercados andinos, à costa oeste e aos mercados asiáticos.

Sobretudo, os projetos anunciados inserem a China com uma participação privilegiada e estratégica nos planos dos grandes grupos econômicos para ocupação territorial do Brasil e exploração dos recursos naturais, consolidando a incorporação da fronteira do Arco Norte e marcam um outro patamar de inserção da China no tecido econômico nacional e – em especial – sinalizam sua entrada definitiva na região amazônica.

Arco Norte e o complexo agromineral

A consolidação do Arco Norte é crucial na estratégia de crescimento do agronegócio brasileiro para a próxima década. Segundo a CNA, “soja e milho serão desbravadores da logística na nova fronteira do Arco Norte e a tendência futura é que fertilizantes, carnes, derivados de madeira e cana também saiam do país por essa região”.⁷⁵ Essa rota de exportação também é central nos planos de expansão da fronteira minerária. Além disso, pode vir a somar-se, no futuro, ao canal interoceânico que a China pretende abrir na Nicarágua, integrando-se assim aos novos fluxos e rotas globais.



Na lógica do projeto desenvolvimentista e em uma balança comercial marcada pelos produtos extrativos e primários, a diminuição dos custos de logística (assim como da eletricidade) são estratégias centrais *do governo e do setor produtivo* para aumentar o valor agregado às matérias-primas de exportação. O aproveitamento do potencial hidrográfico inclui *a construção de eclusas e sua articulação com o setor elétrico* para operação do sistema que torna os rios navegáveis e que é central na composição do custo e tempo de transporte.

A rota de saída pelo norte inclui a BR-163 e as hidrovias do Tapajós e do Amazonas nos próximos anos. O marco zero de posta em marcha desta estratégia pode ser identificado com a inauguração do terminal de embarque da norte-americana Cargill em Santarém em 2003, antes mesmo do início das obras da BR-163 (que só começaram em 2009). Em um processo repleto de irregularidades e falta de transparência, a empresa iniciou a construção do terminal em 2000, começou a operar irregularmente desde 2003, sem um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e só em 2012 (uma década depois) conseguiu a Licença de Instalação (LI) do empreendimento.⁷⁶ Atualmente (2014) o terminal está sendo duplicado, o que reforça a aposta otimista da empresa, segundo o diretor de portos da Cargill, Clythio Buggenhout, oficial da reserva com 25 anos de serviço na Marinha do Brasil e “entusiasta da logística pelo norte do país”.⁷⁷

Para se ter uma ideia da escala que esse movimento representa nos planos do agronegócio, segundo a Cargill, por exemplo, a previsão é reduzir em cerca de 1 mil quilômetros em média o frete rodoviário.⁷⁸ *O frete hidroviário para fluxos de minérios e granéis agrícolas em longas distâncias é metade do frete ferroviário e cerca de 1/4 do frete rodoviário.* Além disso, “estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indicam que, anualmente, o Brasil desembolsa cerca de R\$ 1 bilhão para subsidiar o frete para escoamento da safra agrícola, que é transportada em maior proporção pelo modal rodoviário até os portos das regiões sudeste e sul”.⁷⁹

A competitividade e os planos de expansão do complexo da soja (com todo o potencial de destruição de ecossistemas, impactos sobre os povos indígenas, expulsão de populações, concentração e conflitos de terras, assassinatos de lideranças comunitárias, alto uso de agroquímicos poluentes, consumo de água, etc.) são, em grande parte, *dependentes da redução do custo do frete.* Além

do governo federal já subsidiar o frete rodoviário para o agronegócio, este será o grande beneficiado com as hidrovias, pois é em função do complexo agro-minerário que elas estão sendo planejadas. A despeito do gigantesco impacto da imposição desta interconexão do modal hidroviário na Amazônia, contudo, não há consulta à população afetada, muito menos uma discussão das implicações ambientais sistêmicas desses projetos com o conjunto da sociedade.

Assim como a promoção da hidroeletricidade como “energia limpa e renovável”, a transição para o “modal hidroviário” das exportações do agronegócio e de outras indústrias extrativas no futuro é reforçada pelo discurso de que essa opção integra um plano de “reduzir emissões” de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento, da abertura de estradas e do transporte por caminhões, agregando assim “vantagens ambientais”. Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário (2010),⁸⁰ esse meio possibilitaria a redução das emissões de gases poluentes e, conforme identificado no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008), “essa redução dá-se em termos de *emissões evitadas*, uma vez que o modal hidroviário é menos emissor que o rodoviário em unidade de carga transportada”.

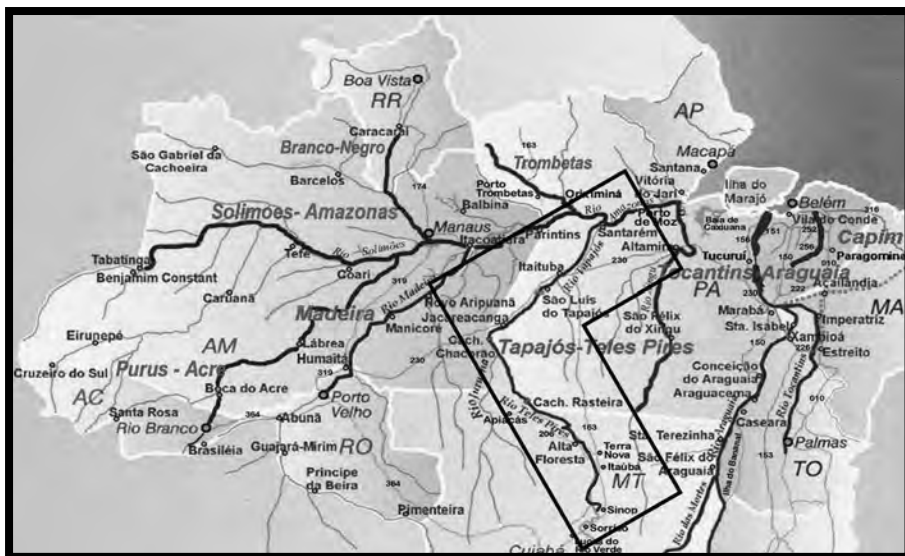
Ou seja, sob uma lógica falaciosa, afirma-se que no caso da soja seguir no modal rodoviário em caminhões movidos a diesel, “estariam sendo emitidos tais e tais poluentes”, mas no caso da soja ser transportada via barcaça, pela hidrovia, isso diminuirá as emissões (que seriam, assim, “evitadas” em comparação com o cenário anterior) e, portanto, representam uma “redução das emissões” de gases de efeito estufa. Esse tipo de raciocínio perverso, promovido no contexto da redução da complexidade da questão ambiental ao “clima” e à contabilidade do carbono e das emissões é tão simplista como, por analogia, reduzir a questão da alimentação à contabilidade das calorias, excluindo uma discussão de fundo sobre os impactos sistêmicos – ambientais e sociais – da monocultura da soja, dos transgênicos, dos agrotóxicos; e, o que é pior, autoriza a continuação de “mais do mesmo” sob um verniz ‘verde’.

Com relação às hidrelétricas e sua conexão com as hidrovias, o Ministério dos Transportes trabalha com o Plano Hidroviário Estratégico (PHE), que está definindo as diretrizes gerais para o desenvolvimento do setor, incluindo o estabelecimento de um portfólio de investimentos e de diretrizes

institucionais e regulatórias, com foco nas hidrovias que já acomodam fluxos de carga igual ou superior a 50 mil toneladas anuais. Entre estes projetos estão os dos rios Tapajós e Teles Pires.⁸¹ Essas hidrovias, por sua vez, já integram o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), que consolida um banco de dados que irá servir de base para a criação de um marco regulatório, incluindo o Plano Geral de Outorgas Hidroviário, ligado à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Para o segundo mandato, o governo Dilma sinalizou que pretende avançar nesta área. Uma das atribuições de Kátia Abreu na pasta da agricultura para o próximo período seria buscar uma interlocução forte com o Ministério dos Transportes para discutir logística. Quanto aos (mega) investimentos necessários para os planos do agronegócio, segundo a nova ministra a saída é simples: “temos de apostar tudo na privatização. A presidente inclusive enviará proposta ao Congresso mudando a legislação de hidrovias. Temos vários ‘*Mississippi*’ maravilhosos. O correto é o governo fazer as hidrovias e depois concessionar para a iniciativa privada tocar.”⁸²

Logo, no horizonte próximo, a concessão – privatização – de hidrovias, com cobrança pelo uso, é outro elemento que entra no cálculo e nas lógicas subjacentes a estes empreendimentos hidrelétricos, no sentido de que a energia é fundamental para a movimentação das eclusas previstas nas hidrovias. Sob a coordenação do Ministério dos Transportes, o Grupo de Trabalho “GT Eclusas” (composto por técnicos do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério dos Transportes, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Agência Nacional de Águas, ANTAQ, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), CNA e do Instituto Brasileiro de Mineração) estabeleceu o cronograma de implantação e o orçamento necessário para a construção de 62 eclusas prioritárias no Brasil até o ano de 2026.⁸³ A expectativa do setor de transportes é que essas eclusas sejam construídas concomitantemente aos barramentos. No rio Tapajós, estas eclusas seriam em Chacorão, Jatobá e São Luís do Tapajós (a hidrelétrica que tem participação chinesa), e no Teles Pires em Cachoeira Rasteira, Colíder, São Manoel (onde a China comprou participação no consórcio), Sinop e Teles Pires.



A hidrovia Tapajós - Teles Pires no contexto da bacia amazônica.

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários, 16/09/2008.

Segundo os estudos econômicos, entre os corredores hidroviários, a hidrovia do Teles Pires-Tapajós é a que apresenta maior viabilidade de retorno (seguida da hidrovia do Tocantins-Araguaia e do Madeira) para atender as demandas do setor agrominerário e do redirecionamento de parte do fluxo de grãos e minérios para os portos do Norte (Itaituba, Vila do Conde, Itacoatiara e Santarém).⁸⁴

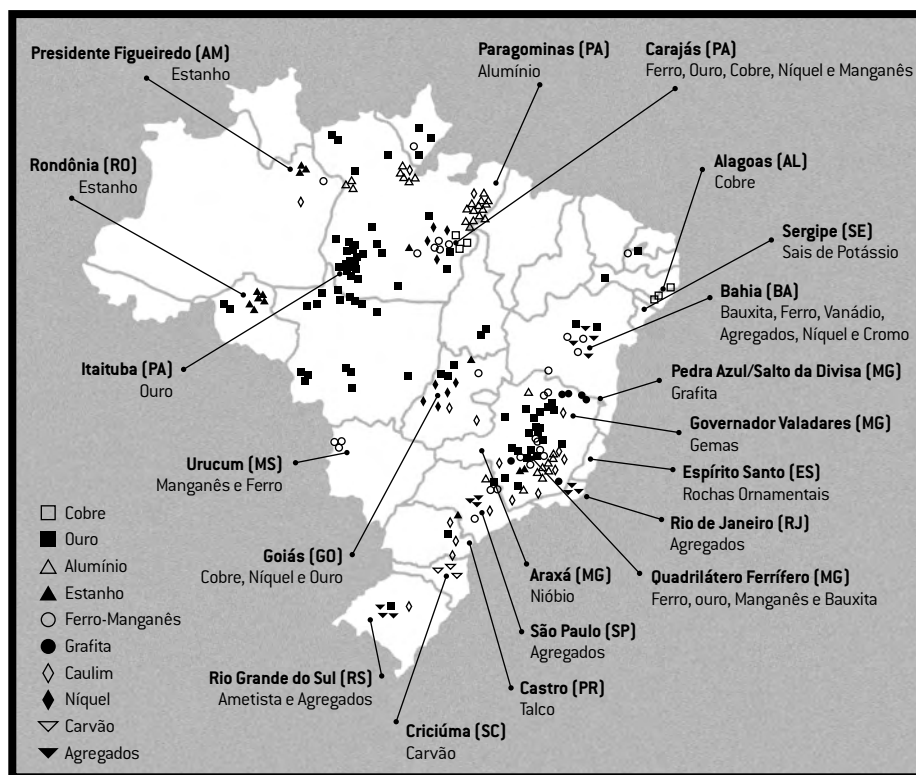
Além da integração por rios, os planos de conexão terrestre para ampliar os corredores de exportação avançam pela Pan-Amazônia com apoio chinês. Este é o caso das empresas Cheng Dong International e a China Harbour, que assinaram com o Suriname um Memorando de Entendimento (MoU) de USD \$ 6 bilhões para projetos que abrangem um porto de águas profundas, assim como uma rodovia e ferrovia que vão de Paramaribo (Suriname) até Manaus, reduzindo a necessidade de cabotagem ao longo do litoral da Amazônia.⁸⁵ Esse projeto no Suriname – onde, graças à imigração recente, quase 10% da população é de origem chinesa – é um dos maiores em infraestrutura portuária propostos pela China em toda a América Latina até o momento, e onde empresas chinesas vêm operando a construção.

No âmbito dos atos celebrados pelos 40 anos de relação diplomática com o Brasil, e associado ao anúncio de investimento chinês na infraestrutura e logística, os dois países ressaltaram o grande potencial de oportunidades de cooperação nas áreas de energia e mineração. Para isso, “concordaram em *intensificar a cooperação em mineração*; estabelecer laços mais estreitos entre autoridades, instituições governamentais e agências geológicas e minerais; e promover a cooperação em áreas como pesquisas geológicas, prospecção, exploração, utilização integrada e exploração sustentável de recursos minerais, *especialmente minério de ferro, manganês, bauxita, nióbio e terras-raras*.”⁸⁶ Para tanto, foram firmados um Memorando de Entendimento para cooperação em arranjos de financiamento globais entre a mineradora Vale e o Banco da China, e um Acordo-quadro de cooperação entre a Vale e o Eximbank chinês. Também, foi concluído (mas ainda não assinado) um Acordo de cooperação na área geológica entre o Serviço Geológico do Brasil/Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e o Ministério de Terra e Recursos da China, indicando claramente o acordo entre os países para ampliar a presença e os investimentos chineses na mineração em território brasileiro.

Água e energia elétrica são fundamentais para a implementação dos projetos de mineração. Tanto Belo Monte como as hidrelétricas dos rios Tapajós e Teles Pires estão na área de influência e diretamente relacionadas com importantes e estratégicas províncias minerais e com as frentes de expansão da mineração. Nesse sentido, a hidrelétrica de Belo Monte tem sido apontada como o projeto que abre de forma definitiva a viabilização de mineração em terras indígenas. Ao lado de Belo Monte, na Volta Grande do rio Xingu, o projeto Belo Sun, de uma mineradora canadense, seria a maior planta de mineração de ouro a céu aberto do país.⁸⁷

O Tapajós, por sua vez, abriga a maior província aurífera do Brasil. Ao garimpo de ouro na região, que já existe há quase cinquenta anos, somou-se recentemente também o de diamante. Grandes empresas como a Rio Tinto e a De Beers investiram altas quantias na prospecção na região, e ainda na década de 1990 a Rio Tinto cobriu uma boa parte do Tapajós com levantamentos aerogeofísicos e com análise de sedimentos de correntes, mas seus planos na região foram abandonados. Nos últimos anos, porém, houve uma disparada na descoberta de novos garimpos, e atualmente a região é a gran-

de promessa de fronteira para exploração de diamantes. Dos aluviões que já estavam sendo lavrados para ouro, são retirados hoje milhares de quilates de diamantes de altíssima qualidade.⁸⁸ A concentração das reservas de ouro no Tapajós ficam claras no mapa das principais províncias minerais brasileiras:



Fonte: IBRAM - 2012

A China tem grande interesse na mineração de ouro. Além de já ser o maior produtor de ouro no mundo, detém a segunda maior reserva monetária em ouro físico no planeta. Nos últimos anos, assumiu o posto de maior comprador internacional do metal, em parte para se contrapor à hegemonia do dólar, acumulando reservas em ouro, “universalmente aceito” como equivalente de valor, e preparando-se em estoque para uma nova ordem monetária. O dólar continua sendo a moeda universalmente aceita e a espinha dorsal do comércio internacional, e ninguém espera que o mundo volte ao padrão-ouro do pós-guerra. Mas é emblemático da aposta chinesa em uma visão de

longo prazo e que apontam que há indicativos de mudanças estruturais já em curso.⁸⁹ Por exemplo, o recente acordo energético entre Rússia e China aponta que nos próximos trinta anos cerca de US\$ 400 bilhões de gás natural da Sibéria serão exportados para a China – já em 2018 aproximadamente 25% da demanda energética da China estará sendo coberta por este aporte. Além disso, a construção do projeto, um dos maiores em infraestrutura do mundo, irá abrir à Rússia acesso a outros países asiáticos. O grande diferencial deste movimento entre países BRICS é que todas as transações serão em yuans e rublos – e não em dólares. Esse é um enorme passo geopolítico e sinaliza profundas transformações na hegemonia dos petrodólares nas próximas décadas.⁹⁰

O novo marco legal que regula a mineração no Brasil, ainda pendente de aprovação pelo Congresso Nacional, atualiza o Código de Mineração de 1967, flexibilizando as condições de acesso à lavra.⁹¹ Entre as modificações introduzidas pelo novo marco está o instituto da Autorização de Lavra, destinado a extração de minérios independente da realização de pesquisa mineral prévia (revogando o atual Regime de Licenciamento);⁹² a proposta também cria Áreas Especiais de Mineração, para pesquisa mineral e lavra, em áreas que contenham minerais considerados “estratégicos” para o País.

Entre os objetivos do novo código está o de aumentar a participação governamental nas receitas; em especial, aumentar a receita dos estados e municípios advinda da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), cuja base de cálculo passaria a ser sobre a receita bruta da venda ao invés do faturamento líquido. O Novo Código também acaba com o direito de prioridade e o regime de autorização e concessão, substituído por um regime de licitação para áreas selecionadas pelo Conselho Nacional de Pesquisa Mineral, órgão a ser criado, e pela chamada pública (quando o particular formalizar interesse nas áreas restantes). Em seu conjunto, o projeto formaliza uma política econômica intervencionista e desenvolvimentista.

Contudo, o principal ponto do novo código é a mineração em terras indígenas, cuja regulação está pendente desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo dados de 2013, há atualmente 104 processos titulados e 4.116 interesses minerários, que incidem (nas diversas fases em que se encontram) sobre 152 terras indígenas.⁹³ Também está pendente no

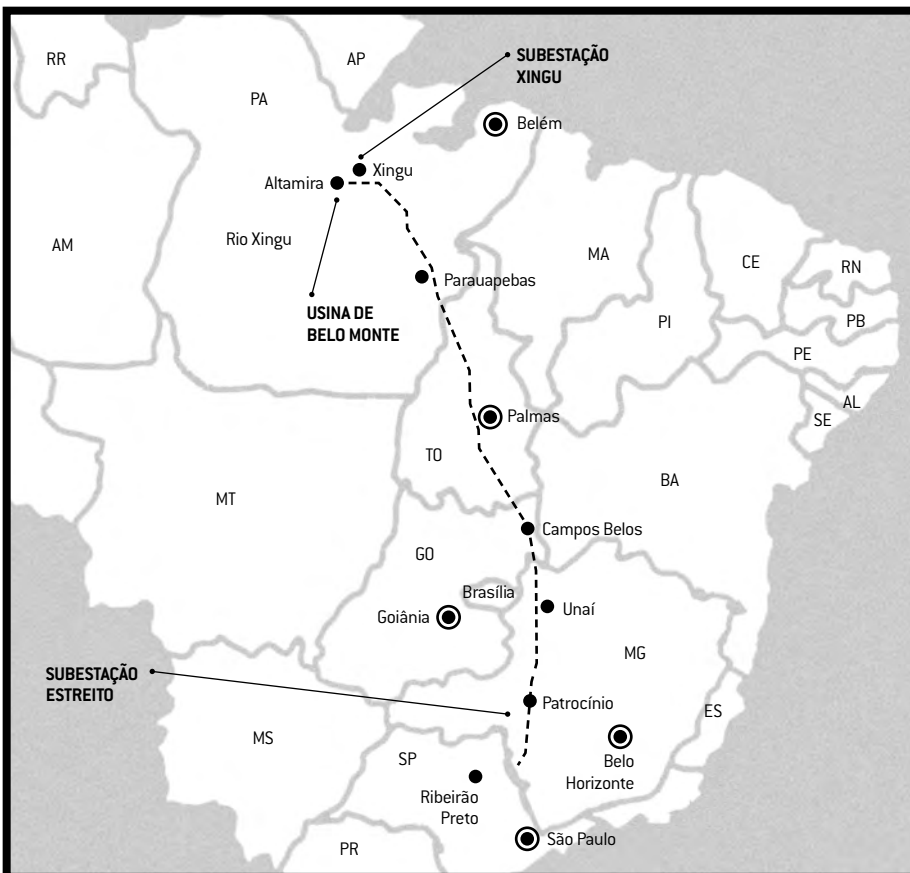
Congresso a aprovação do Projeto de Lei 2.057, de 1991, o Novo Estatuto das Sociedades Indígenas, que atualiza o Estatuto do Índio (de 1973) e que, entre seus dispositivos, trata sobre a regulação de atividades econômicas em terras indígenas (TIs); dentro dessa proposta de lei, todas as atividades econômicas dentro de TIs teriam de ser discutidas pelas organizações indígenas e lideranças escolhidas por suas comunidades na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e no (a ser criado) Conselho Nacional de Política Indigenista, contando, além disso, com um marco legal de proteção específica dos direitos indígenas frente à atividade minerária (o Projeto de Lei 1.610, de 1996, que regulamenta a mineração em terras indígenas, tramita há quase duas décadas sem ser aprovado, enquanto os avanços nas novas regras para mineração só atendem os interesses do setor da mineração). De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), só no estado de Roraima, onde há grande incidência de atividades ilegais em terra indígena, são mais de 250 pedidos na fila para lavra nestes territórios.

De modo geral, direitos que foram arduamente conquistados ao longo do processo de redemocratização do país, e seguem sendo arduamente defendidos e reivindicados sob o Estado de Direito (*rule of law*), vêm sofrendo um sistemático desmonte em função das demandas de acelerar o crescimento e criar condições para atrair investimentos e promover o “desenvolvimento”.

O linhão de Belo Monte: a Pan-Amazônia como fronteira hidroelétrica mundial

Para sustentar a lógica de crescimento contínuo, o Brasil – assim como a China – enfrenta o desafio de trazer grandes blocos de energia de pontos

distantes do seu território até os principais centros de consumo. Isso corresponde, em ambos os países, à urbanização e concentração da população em grandes conglomerados urbanos em uma parte do território. Também configura a exacerbação, no plano nacional, das contradições internas do desenvolvimento, onde a acumulação de algumas regiões se sustenta na extração e apropriação de recursos de outras, o que reproduz no interior do país relações de subordinação, colonialismo e de centro e periferia. Além disso, um sistema energético centralizado é um componente-chave do discurso da “segurança energética” sob controle do Estado, na contramão do que seria uma política de descentralização, diversificação das fontes e autonomia local tendo em vista a busca de “soberania energética” dos territórios e das populações.



Fonte: State Grid Brazil Holding.⁹⁴

A construção do linhão de Belo Monte será o primeiro grande investimento da State Grid Corporation of China (SGCC) em países não asiáticos.⁹⁵ Fundada em 2009, a estatal SGCC é dona de mais de 200 mil quilômetros de linhas de transmissão no território chinês. É a sétima maior empresa do mundo segundo a Fortune 500, com quase 850 mil funcionários e responsável pela distribuição de energia a 80% do território chinês. A SGCC (com 51% de participação) venceu o leilão integrado por Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%) com uma oferta de Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 434,647 milhões, valor 38% menor do que o máximo estabelecido pela Aneel, de R\$ 701 milhões. Porém a maior parte do investimento para a construção do projeto virá do Brasil: dos R\$ 5 bilhões previstos, 55% deve ser financiado pelo BNDES e 10% pela SGCC. O consórcio vencedor avalia ainda outras modalidades de financiamento, como a emissão de debêntures.

A primeira linha de transmissão da energia de Belo Monte terá origem na Subestação Xingu, situada no Pará (próxima a Altamira), e término na Subestação Estreito, estado de Minas Gerais, quase divisa de São Paulo: terá aproximadamente 2.100 km e será construída com mais ou menos 4.600 torres. Por ser em corrente contínua, funcionará como uma linha de transmissão “expressa”; ou seja, não terá subestações intermediárias. As duas subestações terminais serão conversoras que transformarão a corrente contínua – 800 kV – em corrente alternada – 500 kV.

Para os chineses, a presença no projeto de Belo Monte é estratégica porque lhes credencia com experiência e expertise em seu potencial de participar no aproveitamento hidrelétrico em outros projetos da Pan-Amazônia. Em curto prazo, lhes interessa porque torna o consórcio State Grid/Eletronorte o favorito para vencer o leilão da segunda linha que compõe o sistema de transmissão da usina de Belo Monte (ainda não licitado) e que consiste em uma linha de 800 kV, partindo de Xingu até Nova Iguaçu (RJ). Por isso, a empresa não vê a primeira linha de transmissão como um investimento isolado, mas parte do sistema de Belo Monte como um todo. A possibilidade de implementação dos dois empreendimentos quase que simultaneamente traria ganhos de escala e redução de custos global.

O país fornece hoje energia elétrica ao custo mais baixo do mundo, US\$ 40 (quarenta dólares) o megawatt, sendo que possui o terceiro maior potencial hidroelétrico mundo, estimado em 260 GW e tendo explorado apenas cerca de um terço desse total (enquanto países como França e Alemanha que já exploraram a quase totalidade de seus potenciais hídricos).⁹⁶ O custo final da energia e operacionalização do sistema de Belo Monte é a principal aposta na consolidação da Amazônia como grande fronteira hidroelétrica mundial na próxima década.

A aposta otimista na tecnologia como solução para os problemas ambientais e sociais é um componente crucial desse projeto, que compõe um dos elementos centrais do imaginário desenvolvimentista. A redução das perdas de energia no processo de transmissão supostamente obtidas através da tecnologia de ultra-alta tensão dominada pela State Grid foi o fator determinante para o consórcio oferecer o deságio de 38% que lhe permitiu vencer sem concorrência o leilão.⁹⁷ A tecnologia é a grande aposta de “eficiência” energética e da estratégia do Brasil de tornar “mais verde” e reduzir a “pegada de carbono” da matriz elétrica nacional. A China também aposta na massificação desta tecnologia de ultra-alta voltagem como trunfo na implementação de *smart grids* com fins de reduzir (ou evitar) emissões.

Do ponto de vista brasileiro, o principal aspecto estratégico da parceria da Eletrobras com a State Grid é avançar na fronteira tecnológica. O linhaço de Belo Monte vai estreitar no Brasil a transmissão em corrente contínua (CC) com uso de uma nova tensão: 800kV, que só tem precedentes na China, onde já existem linhas em *Ultra Alta Tensão* (UAT). O que mais se aproxima deste padrão é Itaipu, com um sistema de transmissão de 765 k. Inclusive, o sistema de transmissão de Itaipu foi a inspiração para o desenvolvimento dessa tecnologia, estudada por engenheiros chineses para o desenvolvimento da UAT. A UAT foi uma tecnologia proposta pela State Grid, assim como todas as especificações e padrões técnicos. A grande aposta nessa tecnologia é a redução das perdas técnicas de energia na fase de transmissão, e com isso minimizar as perdas globais desde a usina até os centros consumidores (atualmente, cerca de 15% da energia produzida no país acaba desperdiçada antes

de chegar ao consumidor no trajeto que envolve transmissão e distribuição). Dependendo do nível de tensão e detalhes da construção, as perdas de transmissão em corrente contínua são estimadas em cerca de 3,5% por cada mil quilômetros (normalmente as perdas na linha CC, com os mesmos níveis de tensão, são 30-40% menores do que com as linhas de corrente alternada).⁹⁸ Na lógica de promover “emissões evitadas”, não será surpresa se no futuro próximo se contabilizem como “redução” as emissões que “poderiam estar sendo emitidas” caso o linha não utilizasse esta tecnologia. Contudo, a questão aqui é outra: não são os meios, mas os fins. Por analogia poderíamos perguntar: qual o ganho “ecológico” de uma cadeia elétrica abastecida por energia solar?

Em parceria com a State Grid, o centro de pesquisa da Eletrobras passará a testar equipamentos em correntes alternadas e contínuas mais elevadas, de até 1100 kv, avançando na “fronteira do conhecimento em tecnologia da energia elétrica no mundo”.⁹⁹ Quanto ao fornecimento dos equipamentos, a parceria no fornecimento de equipamentos para subestações será com a alemã Siemens, que fechou com o consórcio vencedor o contrato de cerca de R\$ 2 bilhões, além da ABB e Alstom. Alguns fornecedores chineses dominam a tecnologia ultra-alta tensão, mas segundo a *State Grid*, só será importado o que não for produzido no Brasil: pela negociação feita com os fornecedores, todos os equipamentos necessários e que têm fabricação no Brasil, serão comprados da indústria brasileira; de acordo com a Eletrobras, os equipamentos que ainda não são inteiramente fabricados no Brasil, “vão ter mais de 60% de grau de nacionalização”.¹⁰⁰ De acordo com o contrato de concessão, a operação do empreendimento deve começar no início de 2018. Para isso, ainda faltam as licenças ambientais e a expectativa da empresa é que a licença de instalação seja obtida até agosto de 2015.¹⁰¹

Amazônia e capitalismo de fronteira

A flexibilização da legislação ambiental (como a para licenciamento e tratamento dos passivos) e o retrocesso nos direitos sociais, submetidos ao interesse ‘nacional’ dos projetos de desenvolvimento, reforçam a caracterização da Amazônia como “fronteira” social e jurídica. E na lógica do “capitalismo de fronteira”, a incorporação e subjugação dos povos e territórios.

No Brasil, o processo histórico de constituição da fronteira reflete vícios intrínsecos da nossa sociedade, na qual o principal traço estruturante seria a negação à alteridade do outro.¹⁰² Na história brasileira, grupos sociais (e étnicos) tiveram sua alteridade negada por não serem reconhecidos como iguais, ou mesmo como sujeitos, na medida em que não compartilham os mesmos projetos e mesmas aspirações dos grandes grupos econômicos, da burocracia estatal, e em toda forma de manifestação do Estado e dos interesses a ele associados. O que decorre dessa percepção, na qual o outro “não é” e “não pode ser” outro, é a violência real e simbólica perpetrada para, de fato, subtrair fisicamente a alteridade ou oposição à dinâmica de desenvolvimento central. À noção de fronteira como “ponta da história”, fetichizada com uma dimensão modernizadora e transformadora da sociedade, contrapõe-se uma noção de fronteira como encontro de forças desiguais, em que as vítimas são os povos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, sertanejos, posseiros e migrantes em busca de terra. No caso da Amazônia, nas frentes pioneiras do capitalismo de fronteira, a escravidão por dívida ou peonagem constitui um dos elementos da acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital. Uma peculiaridade da situação de fronteira no Brasil é que ela reflete a modalidade do desenvolvimento capitalista em nossa sociedade que, diversamente do que ocorreu em outras sociedades capitalistas, depende acentuadamente da renda da terra para assegurar a sua reprodução ampliada, fazendo uso da violência sistemática como parte constitutiva desse processo.

No século XXI, essa fronteira passa a incorporar todos os âmbitos e dimensões das forças produtivas da natureza, da intervenção e captura do pulso dos rios para assegurar a geração hidroelétrica, à imobilização de territórios para projetos de sequestro de carbono, atrelados à emissão de títulos financeiros. A violência sistemática intrínseca à lógica de fronteira, além de executar a eliminação física do outro, opera também no plano simbólico.¹⁰³

A negação do outro, característica do avanço da fronteira sobre as populações locais, traço constitutivo de estruturação da sociedade brasileira e de um ideal profundamente enraizado de desenvolvimento nacional e de projeto de país, se amplia e atualiza com a investida desde o Brasil para a integração amazônica. Na sanha desenvolvimentista e “civilizadora” que segue impulsionando o controle territorial, a modernização depende intrinsecamente da submissão de outras formas sociais (assim como da escravidão e do trabalho degradante) que caracterizam essas grandes empreitadas nacionais, através dos chamados “grandes projetos” na Amazônia brasileira.¹⁰⁴

A integração sistemática da região Norte à economia nacional e as demais regiões do país começa com a construção da rodovia Belém-Brasília, BR-010, iniciada em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, coordenada por Bernardo Sayão “o bandeirante do século XX”.¹⁰⁵ No início da década de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN), proposto pelo Governo Federal, previa a construção do primeiro trecho da rodovia Transamazônica (BR-230, cortando transversalmente os estados do Pará e Amazonas). Em 1973, no auge do milagre econômico e do governo militar foi inaugurada a rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163 ligando as regiões Centro-Oeste e Norte ao Sul e Sudeste. Ao longo de algumas rodovias pretendia-se implantar assentamentos de trabalhadores para a produção agrícola, denominados de “agrovilas”, cujo objetivo era atrair população do Nordeste e das grandes cidades; o que se assistiu foi desmatamento, migrações desordenadas e violência. Na década de 1970 também foi criada a Eletronorte, com o objetivo de aproveitar o potencial da região para a produção de energia hidrelétrica. A maior das usinas hidrelétricas da Região Norte (e a segunda maior do Brasil) é a de Tucuruí, situada na região do Projeto Grande Carajás.

Em um segundo momento a produção de energia elétrica favoreceu a implantação de grandes projetos de exploração mineral, montados em verdadeiras cidades-empresas (company-towns) construídas no interior da floresta. Criados por meio de associações de empresas (joint-ventures) com capitais estatais e privados, nacionais e multinacionais, os grandes projetos contribuíram para internacionalizar de fato grandes extensões de território na Amazônia. Exemplos desses territórios “dos projetos” seriam o Projeto Jari, no Amapá; a Mineração Rio Norte e o Projeto Grande Carajás, estes últimos no Pará. Além destes, recentes projetos dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que estão hidrovias (Araguaia-Tocantins, para a escoar a soja), hidrelétricas (Balbina, ampliação de Tucuruí, além de Jirau, no Rio Madeira e Belo Monte, no rio Xingu, ambas afetando terras indígenas demarcadas e povos indígenas isolados), “reflorestamento” de milhões de hectares com monoculturas de árvores exóticas (Distrito Florestal de Carajás, para carvão vegetal “sustentável”), concessões de exploração privada sobre florestas, etc. Em conjunto, esses empreendimentos vão em seu entorno criando territórios e núcleos de urbanização e organização social inteiramente dependentes e subjugados ao projeto.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil parece não ter encontrado uma forma de reconhecer a Amazônia e seus povos como seu “outro”, cuja alteridade é reiteradamente negada na forma mais radical, e as reivindicações sobre autodeterminação, consulta e participação seguem sendo percebidos na visão dominante como um entrave ao crescimento econômico, ao desenvolvimento e à conquista (produtiva) da fronteira amazônica como afirmação definitiva de soberania nacional, reiterando assim os processos de colonização (e colonialidade) internos ao país.

O papel que o Brasil representa com a China como nova sócia nessa conquista tem reflexos e responsabilidades para além do âmbito nacional: a ocupação do território Pan-amazônico se caracteriza hoje como a maior fronteira agrominerária do planeta. Apesar de estar sendo definida por macroestratégias do capital global, esta ocupação segue

tendo instâncias de planejamento e decisão desde o Brasil, de sua inserção “estratégica”, que para atender interesses como do agronegócio sojeiro, se colocam como definidoras do destino de ecossistemas, povos e culturas de toda a Amazônia.

NOTAS

1. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-importa-ate-feijao-preto-da-china,115612e>>, acessado em 20/12/2014.
2. Em termos bilaterais, a relação com o Brasil é a mais importante do continente, embora a China exporte mais para o México. Disponível em: <<http://www.thedialogue.org/page.cfm?pageID=32&pubID=3491>>, acessado em 20/12/2014. Todos os dados desta seção: MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2014). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDChina.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
3. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9041>>, acessado em 20/12/2014.
4. Nesse período, as exportações cresceram 119,1% e as importações, 134,4%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 8,7 bilhões.
5. Fonte: *China Global Investment Tracker/Heritage Foundation*. Disponível em: <<http://www.aei.org/publication/chinese-global-investment-growth-pauses/>>, acessado em 20/12/2014. O principal destino é os Estados Unidos, com US\$ 67.9 bilhões, seguido da Austrália, com \$ 59.8 bilhões, e Canadá, com US\$ 39.3 bilhões. Entre os dez maiores destinos dos investimentos no exterior, apenas o Peru (além do Brasil) é outro país da região latino-americana a integrar a lista, com US\$ 16.4 bilhões. O levantamento só leva em conta investimentos de mais de US\$ 100 milhões e não inclui títulos públicos.
6. Newsletter IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), ano V, n. 37, setembro de 2010, p 4.
7. Disponível em: <<http://www.schindler.com/com/internet/en/about-schindler.html>>, acessado em 20/12/2014.
8. Antes disso, em 1961, o governo brasileiro iniciou um processo de aproximação com a República Popular da China com a viagem de uma missão comercial brasileira, liderada pelo vice-presidente João Goulart. Porém, com o golpe militar em 1964, uma missão comercial chinesa que estava no Brasil é presa, gerando um retrocesso na aproximação.
9. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/sobre_satelite/introducao.php>, acessado em 20/12/2014.
10. Disponível em: <www.dgi.inpe.br/CDSR>, acessado em 20/12/2014.
11. Disponível em <http://www.cbbers.inpe.br/noticia.php?Cod_Noticia=1276>, acessado em 20/12/2014.
12. O SDR é o ativo de reserva internacional emitido pelo FMI. Criado em 1969 para suplementar as reservas oficiais dos países membros e cujo valor reflete uma cesta de moedas composta hoje apenas pelo dólar americano, o iene, a libra esterlina e o euro. Na prática, o SDR é a moeda do FMI. Na composição atual da cesta, limitada apenas àquelas quatro moedas, o FMI levou

em conta apenas dois critérios: o valor das exportações de bens e serviços nos últimos 12 meses que antecederam a data da revisão e o valor das reservas internacionais denominadas naquelas moedas pelos outros países membros do FMI. Nas revisões da composição da cesta, variam a proporção do peso de cada uma das quatro moedas fortes, mas não a inclusão de moedas novas. Chegou-se a especular, antes da última revisão, que as chamadas moedas *commodities*, de países grandes exportadores de matérias-primas, seriam incluídas na cesta, em particular o dólar australiano, o dólar neozelandês e o dólar canadense. Isso porque, até há pouco tempo, as discussões centravam apenas no quão grande, em termos de liquidez, teriam de ser essas moedas para inclusão na cesta, além de variáveis como a participação delas no comércio internacional e quão conversíveis elas teriam de ser. Além da revisão da cesta, está em curso ainda uma discussão sobre um novo papel que o SDR deveria desempenhar no sistema monetário internacional a exemplo da emissão de bônus pelo FMI denominados em SDR. Entre os tópicos, discute-se, por exemplo, se o SDR deveria ter uma participação maior nas reservas internacionais de cada país. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT278519-16357,00.html>>, acessado em 20/12/2014.

13. *China, Brazil sign trade, currency deal before BRICS summit*. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2013/03/26/uk-brics-summit-idUKBRE92P0FT20130326>>, acessado em 20/12/2014.
14. Disponível em: <https://www.g20.org/sites/default/files/g20_resources/library/g20_note_global_infrastructure_initiative_hub.pdf>, acessado em 20/12/2014. Ver também <<http://www.globalinfrastructureinitiative.com/>>, acessado em 20/12/2014.
15. Disponível em: <https://www.g20.org/g20_priorities/g20_2014_agenda/strengthening_energy_markets>, acessado em 20/12/2014.
16. O *Acordo*, uma proposta encabeçada pelos EUA, não foi unânime e não teve valor legal: os países membro da negociação apenas “tomaram nota” do seu conteúdo. Contudo, foi um passo decisivo para salvar do fracasso perante a mídia e a opinião pública, uma vez que o *momentum* que foi criado à época na expectativa da Conferência de Copenhague produziu grandes expectativas de que seria fechado um acordo global para o clima, o que nas condições imediatas pós-crise de 2008, não teria sido possível. O *Acordo de Copenhague*, criticado por ser uma espécie de ‘golpe’ no que vinha sendo negociado sob a norma do consenso até ali, permitiu dar novo fôlego e abrir uma nova expectativa temporal e política para um acordo climático.
17. Além disso, o conselho conta com 10 membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos, mas que não possuem direito ao veto de propostas.
18. Em uma esperada reforma, para a qual há pressão em novas regras definidas até 2015, pleiteiam um assento permanente além do Brasil, a Índia, a Alemanha e o Japão.
19. Considerando que a extração de recursos naturais é o elemento em comum no coração da redefinição das estratégias de desenvolvimento na região, a interface entre direitos humanos e a questão ambiental, direito à consulta prévia, assim como o direito à autodeterminação estão instalados hoje no cerne da tensão entre os movimentos sociais e povos indígenas e populações tradicionais que resistem e se opõem aos projetos de mineração, petróleo e gás, hidroelétricas, rodovias e agroexportação e às ações dos governos progressistas na América Latina que promovem tais iniciativas.
20. Boito Jr, Armando. E Galvão, Andréia (orgs.) (2012). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. Ed. Alameda, São Paulo.
21. Berringer, Tatiana (2014). *Bloco no poder de política externa nos governos FHC e Lula*. Tese de doutorado em Ciência Política, IFCH/UNICAMP. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/informacoes/arq_eventos_noticias/a90s_Tatiana%20Berringer%20de%20Assump%C3%A7%C3%A3o.pdf>, acessado em 20/12/2014.
22. É a 8ª edição do Ranking das Multacionais Brasileiras 2013. O estudo anual traz um panorama detalhado da internacionalização das empresas brasileiras. Na edição de

- 2013, a pesquisa também avaliou os impactos da política externa brasileira no processo de internacionalização das empresas. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/imprensa/Documents/2013/ranking_multinacionais_brasileiras2013.pdf>, acessado em 20/12/2014.
23. Schneider, Ben Ross (2013). O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas. IPEA, textos de discussão. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2034/1/TD_1871.pdf>, acessado em 20/12/2014.
 24. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT206966-16642,00.html>>, acessado em 20/12/2014.
 25. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/imprensa/Documents/2013/ranking_multinacionais_brasileiras2013.pdf>, acessado em 20/12/2014.
 26. Luce, Mathias Seibel (2011). *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão da reprodução do capital: a história de uma categoria*. UFRGS, Porto Alegre (tese doutorado); Bueno, Fábio e Seabra, Raphael (2009). *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea*. Mimeo. Disponível em: <<http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Lateoradelsubimperialismobrasileiro.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
 27. A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, mais conhecida como IIRSA, foi um processo multissetorial para desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos. O plano foi criado oficialmente em 2000, durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, com a finalidade de integrar fisicamente a região. A base do planejamento é de dez Eixos de Integração da América do Sul que abrangem faixas geográficas de vários países que concentram ou possuem potencial para desenvolver bons fluxos comerciais, visando formar cadeias produtivas e assim estimular o “desenvolvimento regional”. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Canal/IIRSA/214>>, O Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) é um órgão da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Foi criado em agosto de 2009, durante encontro presidencial da UNASUL, quando foi decidida a substituição do Comitê de Direção Executiva do IIRSA, por um conselho em nível de Ministros. “Uno de los desafíos más relevantes que los Presidentes de América del Sur le presentan al COSIPLAN es lograr apoyo político y condiciones de financiamiento viables para los proyectos de la Cartera de Proyectos para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (Cartera de Proyectos del COSIPLAN), y en particular para su *Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración (API)*. La Cartera del COSIPLAN está compuesta por proyectos de transporte, energía y comunicaciones que promuevan la conectividad regional y generen desarrollo económico y social sustentable para América del Sur. La conformación original de la Cartera de Proyectos se produjo en 2004 como parte del trabajo de la Iniciativa IIRSA, y fue atravesando sucesivas actualizaciones como resultado de la profundización del proceso de planificación territorial. En 2010 se realizó el último ejercicio de actualización en el marco de IIRSA y en junio de 2011 el primero en el marco del COSIPLAN. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=32>>, acessado em 20/12/2014. De lá para cá o COSIPLAN definiu um Plano de Ação Estratégica para os próximos 10 anos e elaborou uma Agenda Prioritária de Projetos, que funcionarão como indutores da integração da infraestrutura regional, estratégica para o desenvolvimento sul-americano. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=t9226>>, acessado em 20/12/2014.
 28. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,parecer-da-agu-restringe-compra-de-terra-por-estrangeiro-imp-,590099>>, acessado em 20/12/2014.
 29. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2014/05/29/cna-defende-compra-de-terras-por-estrangeiros.htm>>, acessado em 20/12/2014.
 30. Disponível em: <<http://www.abrapa.com.br/noticias/Paginas/China-troca-infraestrutura-por-graos-na-America-do-Sul.aspx>>, acessado em 12/01/2015.

31. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>>, acessado em 12/01/2015.
32. Disponível em: <<http://revistadinheiro rural.terra.com.br/secao/agroecoesomia/aos-olhos-da-china>>, acessado em 20/12/2014.
33. Dados referentes a 2010. Disponível em: <<http://www.informaecon-fnp.com/>>, acessado em 12/01/2015.
34. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/21/brasil/18.html>>, acessado em 12/01/2015.
35. Rodrigues, R. *Rumos do agronegócio brasileiro*. Folha de São Paulo, 27 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/6850>>, acessado em 20/12/2014.
36. Em 2013, a corrente comercial entre os dois países totalizou, US\$ 83,3 bilhões (as exportações brasileiras somaram US\$ 46,0 bilhões e as importações advindas do país asiático totalizaram US\$ 37,3 bilhões).
37. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/saiba-por-que-a-soja-do-brasil-depnde-da-china-e-vice-versa,47f80427679fd310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>, acessado em 20/12/2014.
38. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDChina.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
39. Borrás, S M.; Franco, J C.; Isakson, R; Levidow, Pietje (2014). *Towards Understanding the Politics of Flex Crops and Commodities: Implications for Research and Policy Advocacy. Think Piece Series on Flex Crops & Commodities (1)*. Amsterdam: Transnational Institute (TNI). Disponível em: <<http://www.tni.org/briefing/politics-flex-crops-and-commodities>>, acessado em 12/01/2014.
40. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=30741>>, acessado em 12/01/2015.
41. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/saiba-por-que-a-soja-do-brasil-depnde-da-china-e-vice-versa,47f80427679fd310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>, acessado em 20/12/2014.
42. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/relatorio-usda-02.2014.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
43. Disponível em: <<http://mercado foco.apexbrasil.com.br/china/informacoesestrategicas/macroindicadores/oportunidades/agronegocios-alimentos-e-bebidas>>, acessado em 20/12/2014.
44. O ácido de glifosato é uma glicina N-fosfonometílica, que é apresentada na forma de um pó branco e esbranquiçado. Esse produto é utilizado na fabricação de formulações de herbicidas líquidos ou sólidos (glifosato formulado). A partir da reação do ácido de glifosato com monoisopropilamina é obtido o sal de glifosato com 62% de pureza, que deverá ser posteriormente misturado com água e surfactantes. Os surfactantes são utilizados para melhorar a distribuição do produto na plantação, espalhar o produto nas folhas de maneira uniforme e abrir os poros das folhas para facilitar a penetração do produto até atingir a seiva da planta.
45. Disponível em: <<http://www.overseasagro.com/pt/2014/04/cae-12-el-precio-de-importacion-del-glifosato/>>, acessado em 20/12/2014.
46. Processo MDIC/SECEx-RJ 52100-008067/2001-57. Disponível em: <http://www.aenda.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=187:carta-aberta-ao-setor-agricola&catid=40&Itemid=162>, acessado em 20/12/2014.
47. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/plenario/Sessao_359/Pareceres/ParecerSeae-2003-08012-003427-Monsanto-Agripec.pdf>, acessado em 20/12/2014.

48. Dados CONAB 2012/13. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/pdf/EvolucaoAreaPlantadaSojaGraos.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
49. Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2014/09/area-de-soja-no-pais-crescera-a-31-6-milhoes-de-hectares-em-2014-2015-preve-agroconsult-4593592.html>>, acessado em 20/12/2014.
50. Integram sua estrutura onze subcomissões, responsáveis pelos campos político; econômico-comercial; econômico-financeiro; de inspeção e quarentena; de agricultura; de energia e mineração; de ciência, tecnologia e inovação; espacial; de indústria e tecnologia da informação; cultural, e educacional.
51. Nesse período, os primeiros investimentos concentraram-se no fornecimento de recursos naturais (mineração, petróleo e gás e produtos agrícolas) e em seguida chegaram ao setor de infraestrutura (telecomunicações e energia), chegando depois aos fabricantes de automóveis e produtos eletrônicos. Nos últimos anos, a China tem aumentado seus investimentos no Brasil, principalmente em setores industriais, como os de veículos leves e pesados, linhas de transmissão elétrica e tecnologia da informação e comunicação, e de serviços, como de bancos e aéreos. Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/>>, acessado em 20/12/2014.
52. A partir de 2014, o Brasil, segundo maior exportador de milho do mundo, poderá começar a enviar milho para China – que atualmente compra cerca de 90% dos EUA. A China, maior importador de milho do mundo (basicamente para compor a ração animal, em função do aumento de consumo de proteína na dieta) aumentou seu consumo em 39 vezes entre 2009 e 2013. Nos últimos seis anos, a China passou de exportadora a importadora de milho, consequência da crescente demanda doméstica puxada pelo consumo de carnes – o grão é matéria-prima para ração animal. Além disso, os chineses têm uma proibição de uma cultivar de milho transgênico plantada no Brasil, o que pode ser um obstáculo adicional aos negócios. Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/milho/137577-milho-com-autorizacao-de-importacao-da-china--brasil-consolida-agricultura.html#_VF3NSPnF_Y>, acessado em 20/12/2014.
53. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/dilma-e-presidente-da-china-lancam-google-chines>>, acessado em 20/12/2014.
54. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-a-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-ao-brasil-e-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-brasil-china-brasilia-17-de-julho-de-2014>>, acessado em 20/12/2014.
55. O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) foi criado em 2003 e reúne a China e os países de língua portuguesa, com o objetivo de promover o comércio, os investimentos e a cooperação econômica, educacional e cultural. Em 2013, o Fórum de Macau realizou sua IV reunião ministerial. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-senhor-vice-presidente-da-republica-a-china-iii-reuniao-da-cosban-e-iv-conferencia-ministerial-do-forum-de-macau-macau-cantao-e-pequim-4-a-9-de-novembro-de-2013>>, acessado em 20/12/2014. “Os países de língua portuguesa que se espalham pelos 4 cantos do mundo, não só têm grandes reservas de recursos naturais e constituem um mercado de consumo com mais de 200 milhões de pessoas, como também, devido à sua posição geográfica privilegiada, apresentam uma maior complementaridade para o desenvolvimento econômico da República Popular da China.” Disponível em: <<http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/aboutus.php>>, acessado em 20/12/2014.
56. Ao longo dos seus dois mandatos, o ex-presidente Lula fez 12 viagens à África e visitou 21 países; as embaixadas brasileiras no continente passaram de 17 a 37 em dez anos. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-compete-com-china-e-india-para-investir-na-africa-imp-,906290>>, acessado em 20/12/2014.

57. PACS (2012). “A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique”. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>>, acessado em 20/12/2014 e <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-competecom-china-e-india-para-investir-na-africa-imp-,906290>>, acessado em 20/12/2014.
58. Desde 2007, quando assinou os contratos de concessão de Moatize, a Vale investiu em Moçambique US\$ 4,5 bilhões em projeto integrado de mina, ferrovia e porto. É o projeto de produção de carvão de Moatize, em fase de duplicação, ligado a uma ferrovia de 912 km – o Corredor Nacala – e a um porto de águas profundas na localidade de Nacala-à-Velha, província de Nampula. Quando a expansão de Moatize for concluída, no fim de 2015, a Vale e seus parceiros terão desembolsado, no total, algo como US\$ 8,3 bilhões. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/africa/noticia/15710/Vale-coloca-projeto-de-carvao-de-Mocambique-em-xeque-/>>, acessado em 20/12/2014.
59. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1266520-megaprojeto-da-vale-e-alvo-de-protestos-em-mocambique.shtml>>, acessado em 20/12/2014.
60. Conforme texto da Lei 11.772/2008. No Brasil, cabe à VALEC-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, controlada pela União através do Ministério dos Transportes) o “planejamento econômico e administrativo de engenharia de uma estrada de ferro; sua construção, operação, exploração e sistemas de interligação com outras modalidades de transportes; implantação e operação de sistemas de armazenagem, transferência e manuseio de produtos e bens a serem transportados; elaboração de estudos de viabilidade para a expansão da malha ferroviária”. A VALEC sub-concedeu em dezembro de 2007 a operação da Ferrovia Norte-Sul para a VALE por um período de 30 anos. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3355280/governo-redefine-trechos-das-concessoes-ferroviarias#ixzz3ISaXJcL3>>, acessado em 20/12/2014.
61. Disponível em: <http://www.valor.com.br/sites/default/files/apresentacao_bernardo_figueiredo_0.pdf> e <<http://www.logisticabrasil.gov.br/>>, acessado em 20/12/2014.
62. Entre os atos assinados pelos dois presidentes, inclui-se o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Ferroviária entre o Ministério dos Transportes e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China e um Memorando de Entendimento para cooperação no setor de infra-estrutura entre o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB).
63. A oferta do grupo define para a União a parcela mínima de 41,65% do óleo a ser produzido, no local. CNPC, CNOOC e Petrobras têm 10% do grupo cada uma, enquanto Shell e Total têm 20% cada. Os 30% restantes também cabem à Petrobras, que entra como operadora do consórcio. Calcula-se que o campo de Libra vá requerer um investimento entre US\$ 200 bilhões e US\$ 400 bilhões para exploração em 35 anos. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/chinabrasil_update_ed_9_lamina_visualizacao_0.pdf>, acessado em 20/12/2014.
64. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/21/tentativa-de-invasao-a-area-do-leilao-do-pre-sal-deixa-ao-menos-2-feridos.htm>>, acessado em 20/12/2014.
65. *Navigating Risk's in Brazil's energy sector: the chinese approach* (outubro 2014).
66. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-08/investimentos-de-quase-r-150-bilhoes-consolidam-industria-naval-no-brasil>>, acessado em 20/12/2014.
67. Campos Neto, Carlos Alvares da Silva e Pompermayer, Fabiano Mezaadre (Eds.) (2014). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil: 2000-2013*. IPEA, Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23082>, acessado em 20/12/2014.
68. Criado há quatro anos pela Lei 12.351/2010, o fundo pretende constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social em diversas áreas, como ciência, educação, saúde e cultura. Para isso, são destinadas a ele as parcelas do bônus de assinatura destinada ao fundo pelos

- contratos de partilha de produção; dos *royalties* que cabe à União; da receita a partir da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos da União; os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades e os recursos do fundo por lei. A partir da aprovação da Lei 12.858/2013, metade do dinheiro arrecadado a cada ano será dividida para projetos educacionais (75% do valor) e saúde (25%). Porém, a destinação depende da formalização de regras pelo Poder Executivo, que ainda não foi feita. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-06-17/sem-regulamentacao-fundo-social-do-pre-sal-remem-verbos-de-educacao-e-saude.html>>, acessado em 20/12/2014.
69. Disponível em: <<http://infopetro.wordpress.com/2014/07/14/a-entrada-e-os-proximos-passos-dos-chineses-no-setor-de-petroleo-no-brasil/>>, acessado em 20/12/2014. “A estratégia de compra de ativos e fusões e aquisições contribuem para um rápido aumento da produção de petróleo por parte das empresas subsidiárias ou com participação chinesa. Com esta estratégia, a velocidade de acesso ao mercado é maior. Além disso, a crise financeira internacional em 2008 criou excelentes oportunidades para as empresas chinesas adquirirem empresas europeias financeiramente fragilizadas e que possuíam ativos e operações no Brasil. Com a aquisição de participações na Repsol Brasil (40%) e da Galp Brasil (30%) por US\$7,1 bilhões e US\$4,8 bilhões, respectivamente, a Sinopec desponta como a principal Chinesa no Brasil. A Repsol Sinopec surge como uma grande empresa de E&P no Brasil, cujo valor de mercado atinge US\$17,8 bilhões. A Galp Energia, por sua vez, possui vinte projetos de exploração e uma forte participação no Pré-Sal, atuando nos campos de Lula/Iracema, Iara, Carcará e Júpiter. A Sinochem por sua vez já tem uma participação importante no mercado Brasileiro, mediante a aquisição em 2010 de uma participação de 40% no campo de Peregrino que é operado pela Statoil, produzindo atualmente cerca de 80 mil barris por dia. Além disto, a empresa está explorando petróleo em cinco blocos na bacia do Espírito Santo.”
 70. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/emprego/o-trabalho-que-pre-sal-da-10544608#ixzz3HxvTP5O9>> e <<http://oglobo.globo.com/economia/investimentos-no-pre-sal-para-os-proximos-30-anos-movimentarao-us-17-trilhao-10440618#ixzz3Hxy9uOFN>>, acessado em 20/12/2014. O cálculo considera as previsões de investimentos para o Pré-Sal do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e seus impactos macroeconômicos apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). O IBP estima que o Pré-Sal receberá diretamente US\$ 700 bilhões em recursos que serão aplicados na fase de exploração e desenvolvimento da produção (o chamado *capex*). A maior parte desses recursos está concentrada nos primeiros sete anos de atividade. Outros US\$ 700 bilhões serão consumidos ao longo da produção do campo (o chamado *opex*). A conta trilionária se baseia em uma reserva do Pré-Sal estimada de 50 bilhões a 60 bilhões de barris de petróleo, incluindo as áreas onde já houve descobertas e as que ainda serão descobertas. O volume projetado para o Pré-Sal na área em que já houve descobertas soma 15,4 bilhões de barris. Há ainda Libra, com reservas estimadas entre oito e 12 bilhões de barris. “Para se ter uma ideia do tamanho da potencial riqueza que existe sob o sal, a reserva provada brasileira, que considera basicamente o petróleo encontrado no *pós-sal*, soma hoje 15,7 bilhões de barris”.
 71. Garzón, Paulina (2014). *Manual Legal sobre Regulaciones Ambientales y Sociales Chinas para los Préstamos e Inversiones en el Exterior. Um guia para las comunidades locales*. CDES, Quito.
 72. Entre os atos bilaterais no marco dos quarenta anos de relações diplomáticas Brasil-China foram assinados o Acordo de Cooperação entre Eletrobras e *State Grid Corporation of China* (SGCC) e o Acordo de Cooperação Estratégica entre Eletrobras, Furnas, *China Three Gorges Corporation* e CWEI (Brasil) Participações Ltda.
 73. Disponível em: <<http://www.macaub.com.mo/en/2014/11/12/energias-de-portugal-sells-assets-in-brazil-to-china-three-gorges/>>, acessado em 20/12/2014.
 74. Disponível em: <<https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2014/07/furnas-assina-acordo-com-grupo-chines-para-construcao-da-ue-tapajos/24349>>, acessado em 20/12/2014.
 75. Disponível em: <<http://agro.gazetadopovo.com.br/noticias/20-milhoes-de-toneladas->

em-10-anos/>, acessado em 20/12/2014.

76. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511514-porto-da-cargill-em-santarem-e-repudiado-por-movimentos-sociais>>, acessado em 20/12/2014.
77. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,especial-a-soja-mais-competitiva-do-brasil-abre-caminhos-pelo-norte,185798e>>, acessado em 20/12/2014.
78. Ricardo Cerqueira, gerente de projetos de portos da Cargill na região Norte-Nordeste.
79. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/Modal/Hidroviario/PNHidroviario.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
80. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/Modal/Hidroviario/PNHidroviario.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
81. Além da Amazonas/Solimões e Negro, Madeira, Tocantins, Araguaia, São Francisco, Tietê e Paraná, Paraguai, e Hidrovias do Sul (Taquari, Jacuí e Lagoa dos Patos).
82. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>>, acessado em 12/01/2015
83. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/Modal/Hidroviario/PNHidroviario.pdf>>, acessado em 20/12/2014.
84. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) realizou um estudo específico que visa estabelecer uma proposta de modelagem institucional, econômica e financeira para a implantação das eclusas dos Rios Teles Pires e Tapajós.
85. Abdenur, Adriana Erhal (2013) *A China na América Latina: investimentos em infraestrutura portuária*. Working paper, BRICS Policy Center, PUC-RJ, Rio de Janeiro.
86. Também chamadas de “novo ouro”, as terras raras são um grupo de 17 elementos minerais (como lantânio, cério, neodímio, európio, térbio, túlio, lutécio, samário e outros) indispensáveis e insubstituíveis na indústria de alta tecnologias. A produção e o mercado mundial são praticamente monopolizados pela China (com 95% do total), que não detém o monopólio dos recursos em si, mas do processo produtivo. Outros países como o Brasil estão apostando na produção e no alto valor agregado, uma vez que entram na fabricação ímãs permanentes (usados em turbinas eólicas e veículos elétricos), baterias avançadas, semicondutores filmes-finos, usados em sistemas de energia fotovoltaica; e fósforos, utilizados em sistemas de iluminação mais eficientes; componentes que dependem das terras raras estão presentes em telas de LCD, ligas metálicas, computadores, tablets, smartphones, etc. Disponível em; <<http://www.cetem.gov.br/files/docs/clipping/2013/dezembro/2013dez-terras-raras-ciencia-hoje.pdf>>, acessado em 20/12/2014. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201304%20-%20setembro/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_setembro_2013_internet.pdf>, acessado em 20/12/2014.
87. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/08/em-busca-da-belo-sun/>>, acessado em 20/12/2014.
88. Disponível em: <<http://www.geologo.com.br/MAINLINK.ASP?VAIPARA=Os%20diamantes%20do%20Tapajós>>, acessado em 20/12/2014.
89. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/142114/alan-greenspan/golden-rule>>, acessado em 20/12/2014.
90. Disponível em: <<http://www.equities.com/editors-desk/futures-commodities/china-really-buying-all-that-gold#sthash.0Kev5dCr.dpuf>>, acessado em 20/12/2014.
91. Em junho de 2013, a Presidente Dilma Rousseff enviou ao Congresso Nacional o projeto para o novo marco regulatório da mineração. Trata-se do Projeto de Lei n. 5.807. Se aprovado, substituirá o atual Código de Mineração, Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967.

92. Criado pela Lei nº 6.567, de 1978.
93. Rolla, Alicia e Ricardo, Fanny (2013). *Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*. ISA, São Paulo. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/mineracao2013_v6.pdf>, acessado em 20/12/2014.
94. Disponível em: <http://www.stategridbr.com/highlights/belo_monte.html>, acessado em 20/12/2014.
95. Subsidiária no Brasil: Disponível em: <<http://www.stategridbr.com/>>, acessado em 20/12/2014.
96. Castro, Nivalde J. (2012). *Grupo de Estudos do Setor Elétrico*. Disponível em: <<http://www.gesel.ie.ufrj.br>> e <http://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/53_TDSE50.pdf>, acessado em 20/12/2014.
97. “O percentual ficou muito longe do proposto pelos dois outros concorrentes: os espanhóis ofereceram um desconto de 11,49%, enquanto o consórcio formado por Taesa e Alupar apresentou um deságio de 4,93%. Nos bastidores, fontes do setor disseram que a participação dos espanhóis, ainda que quixotesca, serviu para tirar os chineses da zona de conforto. Se a Abengoa não estivesse no páreo, talvez a State Grid optasse por entregar o envelope com o menor deságio. Ainda assim, os rumores eram de que os chineses não estavam dispostos a oferecer menos de 20% de desconto sobre a receita anual permitida (RAP). ‘Eles entraram para ganhar. Abre-se agora um ciclo de investimentos dos chineses no sistema elétrico brasileiro’, afirmou o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Nivalde Castro”. Disponível em: <<http://www.vallya.com/en/vallya-insights-pt/241-vitoria-de-linhao-de-belo-monte-marca-avanco-da-china-no-brasil>>, acessado em 20/12/2014.
98. Barbosa, Vanessa. *Como será o linhão de Belo Monte feito pela State Grid*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/como-sera-o-linhao-de-belo-monte-segundo-a-state-grid>>, acessado em 20/12/2014.
99. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/bndes-deve-financiar-ate-55-da-linha-de-belo-monte-diz-eletobras.html>>, acessado em 20/12/2014.
100. Disponível em: <http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=belo_monte_e_estrategica_para_state_grid&id=130972>, acessado em 20/12/2014.
101. Disponível em: <http://www.cliptvnews.com.br/mma/amplia.php?id_noticia=42168>, acessado em 20/12/2014.
102. Martins, J. S. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. (1997). São Paulo: Hucitec.
103. Na luta pela terra nesta região Amazônica, se somam mártires (como Chico Mendes, os 19 sem-terra mortos no massacre de Eldorado de Carajás, Dorothy Stang e muitos outros); se esses, por um lado, fortalecem a resistência, também evidenciam, por outro, a impunidade e a violência como cultura que impera e se reproduz na região. A violência não é exceção ou anomalia, ela é a regra.
104. Os casos de trabalho escravo, peonagem por dívida se somam aos inúmeros casos de torturas e sujeição, tratamento degradante, além de assassinatos em tentativas de fugas, são significativos na demonstração da escravidão de hoje como componente do próprio processo do capital, e também da modernização.
105. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4395>, acessado em 20/12/2014. “Sayão morreu no ano seguinte, em 1959, em plena floresta, atingido por uma árvore na Rodovia Belém-Brasília, no Município de Açailândia-MA, quando faltavam apenas cinquenta quilômetros para a conclusão desta que foi uma de suas obras mais audaciosas”.



Para além do dilema desenvolvimentismo- extrativismo

“Por onde vou mundo afora encontro frango brasileiro. E agora vejo o mesmo com os suínos. É sem dúvida o produto mais bem acabado da indústria nacional, pois transformamos o milho em algo de alto valor agregado que também é a grande fonte de alimentação dos mais pobres”.

José Graziano, diretor geral da FAO¹

“O que é melhor: exportar commodities que tem produção high tech (embora o produto seja bem homogêneo, talvez petróleo offshore) ou produto industrializado de elevado conteúdo tecnológico?”

Leonardo Monastério, IPEA

Em um cenário global de profundas transformações, a China emerge como grande potência frente à hegemonia econômica e militar dos EUA, amparada por um bloco de outros emergentes (Brasil, Índia, Rússia, África do Sul), com uma estratégia calcada não no poderio militar, mas fundamentalmente naquilo que os chineses fazem como nenhum outro povo no mundo há milênios: comércio.

Sob a intensificação das relações comerciais, como destacado aqui no âmbito da América Latina, a China adquiriu rapidamente ao longo da última década uma posição de destaque nas economias dos principais países da região, que vêm redirecionando suas produções nacionais para atender a uma agenda de comércio crescentemente orientada para os mercados asiáticos como horizonte de demanda, um movimento que se traduz em novas estratégias territoriais para intensificação do *extrativismo* e exportação de *commodities*. Nesse cenário, para garantir seu acesso às *commodities* a

China vem construindo parcerias estratégicas com os países no sentido de estabelecer equações econômicas e políticas duradouras, se tornando sócia (em projetos com empresas estatais e privadas), financiadora (de infraestruturas de toda ordem), credora (assegurando empréstimos garantidos por petróleo) e proprietária de terras (objetivo ainda restrito em muitos países). Por outro lado, provê com manufaturados baratos para atender ao consumo de massa da “nova classe média”, sejam eles fabricados na China ou montados em maquiladoras nos países daqui (como na Zona Franca de Manaus); os países desfrutam, assim, do acesso a estes bens, que atendem aos desejos e anseios de consumo do imaginário do que é “desenvolvimento”, sem sofrer a poluição e os impactos ambientais de sua produção industrial.

Reconhecendo que o mundo hoje é *made in China*, não há como pensar o capitalismo em seu estágio atual sem levar em consideração o peso estrutural que tem esse país, e em particular em como o “fator China” implicou de maneira determinante as transformações das economias ao redor do globo nas últimas décadas (*descentralizando, desindustrializando e reprimarizando*). E também no quanto esse processo, em seu conjunto, desafia as teorias, discursos e imaginários desenvolvimentistas.

A intensificação do *extrativismo* em função da demanda de recursos que atribuímos “à China”, e que vem acirrando a divisão internacional da natureza, não se destina somente ao consumo daquele país, mas à sua função no *metabolismo da industrialização global*. Se, por um lado, a China é determinante nesse processo daqui para o futuro (em função das condições concretas do potencial do seu mercado interno gerar demanda e aumento de consumo através da urbanização massiva e incorporação de massas assalariadas), é ela que tem na sua força de trabalho e no seu parque produtivo a função de engrenagem fundamental para mover as *cadeias globais de valor e de suprimento das commodities*, às quais de forma crescente se integram extrativismo, indústria, logística, tecnologia da informação e propriedade intelectual, mas também serviços, seguros, produtos financeiros, jurídicos, etc. Esse processo em seu conjunto aparece virtualizado na homogeneidade da *commodity* (minério de ferro, soja, petróleo).

A divisão internacional do trabalho cada vez menos se dá apenas no nível das indústrias (*versus* extrativismo), como tradicionalmente se analisava, mas sim em diferentes estágios, atividades e tarefas do processo industrial, entendido como um processo encadeado, interdependente, dinâmico e complexo, onde a agregação do valor escapa à tentativa de delimitação do que tentamos circunscrever como “indústria (ou economia) nacional”, e se revela cada vez mais a configuração metabólica da integração ao sistema e de suas interdependências recíprocas.

Nesse contexto, a limitação explicativa e política do “extrativismo” (e mais ainda do “neoextrativismo”) podem ter como efeito prático reduzir, ou até mesmo invisibilizar, processos que estão cada vez mais imbricados – e desta forma precisam ser compreendidos –, pois apontam uma racionalização dos processos industriais e metabólicos e para um momento do capitalismo em que a própria natureza é uma indústria a céu aberto.

Da produção em larga escala de monoculturas industriais à modificação genética da natureza (e criação de natureza e biologia sintéticas) para obtenção de matérias-primas e produtos adequados à indústria, mas também da própria natureza como um setor de serviços (ambientais) e produtos industriais – como o emblemático frango brasileiro: uma versão da soja, com penas e com maior valor agregado.

Como no exemplo da transgenia aplicada à agricultura, um dispositivo material e discursivo da biotecnologia como ideologia, opacionada na retórica científica, estamos diante de uma dimensão inédita de poder do capital no controle estrutural e efetivo das sementes, mas, também, em um nível até há pouco impensável, da própria matéria. Se considerarmos o avanço da integração das cadeias (e o emblemático dos cultivos “*flex*”), trata-se da expansão da forma mercadoria e do domínio da lógica do capital sobre a capacidade ontológica de reprodução *da própria natureza*, onde as espécies estão submetidas daqui em diante à co-evolução com as necessidades da indústria. Da geoengenharia da atmosfera ao controle de todos os cursos de água – dos quais o ritmo, fluxo e vazão naturais - precisam ser barrados e transformados em energia e vias para circulação de mercadorias.

Hoje esse parece apontar o cenário de questionamento e debate, muito mais do que simplesmente se a indústria nacional está sendo “reprimarizada” ou se está cada vez mais dependente de *commodities*. No caso do agro-negócio, por exemplo, para viabilizar-se esse depende desde a mineração de rocha fosfática, à indústria química de fertilizantes nitrogenados (com base em petróleo e uréia), passando por toda a indústria de agroquímicos, siderurgia (e mineração) para a fabricação de arame farpado, maquinário agrícola cada vez mais sofisticado, aviões para fumigação (inclusive movidos a etanol), embalagens plásticas (inclusive de bioplásticos) para todo o tipo de insumos, antibióticos, vacinas, *softwares* para automação e rastreamento de cargas, até o satélite que pode ler o brinco do boi georreferenciado para garantir normas sanitárias, o comércio de sêmen sexado, até a propriedade intelectual inscrita no gene patenteado da semente, passando por serviços jurídicos, financeiros, de crédito, seguros, chegando à construção de silos, portos, navios graneleiros, entre muitos outros – em uma cadeia de interdependência que inclui até o supermercadismo, a logística de distribuição e abastecimento em grandes centros urbanos, embalagens, indústria de propaganda para criar, vender e consolidar hábitos de consumo, etc; *todas estas são atividades econômicas que estão indissociavelmente interrelacionadas em um só metabolismo*. E toda esta imbricação e complexidade estão virtualizadas em um simples *nuggets* de frango.

Da mesma forma, uma crônica do minério de ferro deve conseguir ver esta transmutação da mineração na urbanização (e todas as estruturas de aço que sustentam as cidades modernas das mais variadas formas), da indústria automotiva, das plataformas de petróleo, navios cargueiros, máquinas, dutos, tanques, etc. As plantações de eucalipto se transformam desde o universo de embalagens, aos móveis acessíveis às massas urbanizadas, têxteis, vestuários, biocombustíveis, etc.

Sob a perspectiva do capitalismo como *sistema-mundo*, mas também como *ecologia-mundo*, se configura um único processo metabólico em escala global, interdependente em seus fluxos de matéria e energia. A China se apresenta hoje como principal vetor que vem reorganizando como apreendemos esse processo, ao mesmo tempo em que aponta suas principais contradições. Ou seja, a China permite-nos pensar dinâmicas que

são, desde sempre, características do capitalismo, mas também nos traz o que é específico e novo e que está colocado para este momento histórico.

Para se reproduzir, esse macroprocesso referenda e aprofunda a ideologia urbano-desenvolvimentista, traduzindo-se em uma marcha forçada e violenta, que desrespeita os direitos arduamente conquistados – como o direito à simplesmente existir enquanto “outro” e ao consentimento livre, prévio e informado – e avança sobre os territórios e ecossistemas mais extremos do planeta, em uma lógica de conquista de fronteira, com toda a violência real e simbólica intrínseca à acumulação primitiva, destruindo ciclos vitais e impondo-se como destino inexorável sobre povos, populações e modos de vida.

Apesar das transformações no cenário geopolítico internacional, as novas hegemonias vêm também construindo suas próprias equações de dependência e dando novas justificativas às velhas práticas. Nesses termos, a construção de uma nova ordem multipolar caminha na contramão de *um outro mundo possível*.

Parafraseando o slogan chinês de 1978, que introduziu a China no caminho do que ela se tornou hoje, na prática, de fato “não importa se o gato é branco ou preto”, *o que importa é que ele pega – e mata – o rato*. Ou seja, ao final, na defesa incondicional dos modos de vida e do direito de existir como alteridade, como “outro” e “outra” ao projeto hegemônico para o qual “não há alternativa”, não interessa quais forças estão por trás do processo e o quanto desafiam as hegemonias historicamente constituídas – como ilustra a relação entre Brasil e China - o que importa é como isso se traduz nos territórios e para os povos e no que isso determina nosso horizonte conjunto de utopias para sair do capitalismo.

NOTA

1. Disponível em: <<http://sna.agr.br/diretor-da-fao-alerta-sobre-os-riscos-das-mudancas-climaticas/>>, acessado em 20/12/2014.



A China no setor de energia no Brasil

Como em outros países da América Latina, o investimento chinês no setor de energia é guiado por uma combinação de planejamento governamental – com vistas a garantir sua segurança energética em médio e longo prazo – e as perspectivas de lucro dos projetos específicos. A composição destes fatores entra no cálculo de onde e por que investir.

No Brasil, a presença da China no setor de energia no âmbito do *petróleo e gás* já conta com pelo menos uma década de atuação no país. Sua participação no consórcio vencedor do leilão do campo de Libra em 2013 foi considerado um divisor de águas na indústria de energia no Brasil e marca um novo momento na consolidação dos investimentos chineses no setor, uma trajetória iniciada em 2004, quando a Petrobras e a Sinopec assinaram um acordo de aliança estratégica e a estatal brasileira contrata a Sinopec para construção do gasoduto Gasene, função de integrar as malhas de transporte de gás natural das regiões Sudeste e Nordeste, dando nova configuração à rede brasileira (o gasoduto foi inaugurado em 2010).¹ Em 2006, Petrobras e Sinopec firmaram um contrato de exportação de petróleo para China; em 2009, o Banco de Desenvolvimento da China faz um empréstimo de US\$ 10 bilhões de dólares à Petrobras. Em 2010, a Sinopec adquire 40% de participação na Repsol Brazil por US\$ \$7,1 bilhões – uma das maiores aquisições petrolíferas já feitas pela China; por US\$ 3 bilhões a Sinopec adquire 40% de participação na exploração do poço de águas profundas da Statoil (poço Peregrino); Petrobras e Sinopec adquirem 20% em dois blocos exploratórios no nordeste do Brasil. Em 2011, a Sinopec junta-se à GDK e Ausenco para construir um mineroduto de 400 km entre Minas Gerais e Espírito Santo para a mineradora Samarco; a Sinopec assina acordo com a Petrobras para aumentar o fornecimento de gás para o Rio de Janeiro; a Sinopec compra participação de 30% na Galp Energia

Brazil por US\$ 5,2 bilhões (Sinopec realiza um empréstimo adicional de US\$ 390 milhões para Galp Energia). Em 2012, a Sinopec integra consórcio para construir uma fábrica de fertilizantes no Mato Grosso do Sul. Em 2013, Petrobras, Shell Total, CNOOC e CNPC (ambas chinesas) vencem o leilão do campo de Libra, o mais importante e promissor do Pré-Sal até o presente.

A participação no consórcio vencedor para construção do linhão de Belo Monte sinaliza a entrada definitiva dos chineses no *setor elétrico* brasileiro. A estatal State Grid está presente no Brasil desde 2010. Naquele ano, com um investimento de US\$ 989 milhões, comprou da Plena Transmissora do Brasil (controlada pelas espanholas Elecnor, Isolux e Cobra) sete companhias brasileiras (de um total de doze detidas pelo grupo) de transmissão de energia. Desde então, opera cerca de seis mil quilômetros de uma concessão de trinta anos, já sendo a quinta maior empresa de transmissão de energia no país.² A aproximação com a State Grid para uma parceria bilateral com a Eletrobras nasceu durante a visita da Presidente Dilma Rousseff à China, em 2011. A parceria em torno da linha de transmissão de Belo Monte foi a primeira entre as duas empresas no Brasil pode se repetir em outros projetos, bem como fora do país. As duas estatais, por exemplo, já serão sócias em um projeto em Moçambique, do qual também participa o grupo Camargo Corrêa.³

A presença chinesa nos projetos de energia renovável eólica e solar no Brasil é insignificante: na eólica, uma instalação de 30MW da Sinovel em um parque operado pela Desenvix em Sergipe. Entre 2011 e 2012, três das maiores empresas de energia eólica da China (Sinovel, Goldwind e Guodian United Power) anunciaram intenção de estabelecer fábricas e escritórios no Brasil; esses planos, contudo, não se materializaram ainda, e entre os fatores estão as regulações nacionais que exigem componentes estritamente nacionais.⁴ Em termos de energia solar, o único investimento feito por uma empresa chinesa foi o anúncio da AstroEnergy de um projeto de US\$ 350 milhões em geração solar no estado Ceará. Outro projeto que atraiu visibilidade foi o suprimento e instalação de 5.000 painéis fotovoltaicos pela empresa Yingli Solar, a primeira empresa de energia solar a patrocinar uma Copa do Mundo, na cobertura do estádio do Maracanã no Rio de Janeiro. A expansão chinesa nesse âmbito está pendente de mudanças na política de energia solar, que entre outros requisitos, segundo a proposta inicial,

baseia-se em geração através de unidades/usinas solares, que chegam a ser três vezes mais caras do que a geração distribuída de forma descentralizada.

Além disso, visando estabelecer-se como uma opção de longo prazo, a estatal chinesa State Nuclear Power Technology Corporation (SNPTC) inaugurou um escritório no Rio de Janeiro em 2013 e tem buscado parceria em projetos de tecnologia nuclear no Brasil e vem cooperando com a Eletronuclear – subsidiária da Eletrobras e a Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Anexo II

Atos

Em julho de 2014, na celebração dos 40 anos da parceria o presidente Xi Jinping visitou o Brasil, ocasião em que foram concluídos 56 atos bilaterais (32 dos quais assinados) logo após a realização da VI Cúpula dos BRICS em Fortaleza. Os temas dos atos bilaterais tratam da intensificação da pauta comercial, que vai desde compras públicas nos setores de segurança, a investimentos em energia, agricultura, logística, satélites, etc.; em geral os acordos ampliam e garantem apoio chinês (em termos de investimento e tecnologia) para setores e dinâmicas da economia brasileira, mas que reverberam em toda a região.⁵

Atos assinados na presença dos dois Presidentes:

1. Memorando de Entendimento sobre Cooperação Estratégica entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Baidu Inc.;
2. Memorando de Entendimento sobre Cooperação Ferroviária entre o Ministério dos Transportes e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China;
3. Contrato de venda de aeronaves entre a Embraer e a Tianjin Airlines;

4. Contrato de venda de aeronaves entre a Embraer e o ICBC Leasing;
5. Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e China, na área de tecnologia da informação, telecomunicação e sensoriamento remoto;
6. Memorando de Entendimento para Cooperação em Dados de Observação da Terra entre a Agência Espacial Brasileira e China National Space Administration;
7. Acordo sobre Aviação Civil entre a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e Administração Nacional de Aviação Civil da China;
8. Memorando de investimentos entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e a BYD Company Ltd., para fabricação de baterias recarregáveis e sistemas de armazenamento de energia no Brasil;
9. Protocolo de intenção sobre a cooperação de computação em nuvem entre o MCTI e a Huawei Technologies Co. Ltd.;
10. Acordo de Cooperação entre Eletrobras e State Grid Corporation of China (SGCC);
11. Acordo de Cooperação Estratégica entre Eletrobras, Furnas, China Three Gorges Corporation e CWEI (Brasil) Participações Ltda;
12. Memorando de Entendimento sobre investimento e construção de fábrica de maquinário para a construção civil, entre a Investe São Paulo e Sany;
13. Acordo de cooperação sobre a construção de armazém de logística entre Correios do Brasil e Alibaba;
14. Contrato de aquisição de controle acionário do BicBanco pelo Banco de Construção da China;
15. Memorando de Entendimento sobre promoção de investimento e cooperação industrial entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério do Comércio da China (MOFCOM);
16. Memorando de Entendimento para cooperação no setor de infraestrutura entre o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB);

17. Acordo-quadro sobre cooperação em projetos de mútuo interesse eventualmente identificados pelas partes entre o BNDES e o Eximbank chinês;
18. Memorando de Entendimento sobre projetos de mútuo interesse eventualmente identificados pelas partes entre o BNDES e a Corporação de Investimento da China;
19. Plano de Trabalho de Estatísticas de Mercadorias entre o MDIC e o MOFCOM;
20. Memorando de Entendimento para cooperação em arranjos de financiamento globais entre a Vale e o Banco da China;
21. Acordo-quadro de cooperação entre a Vale e o Eximbank chinês;
22. Acordo de cooperação sobre o estabelecimento do Instituto Confúcio na Universidade Federal do Ceará (UFC), entre a UFC e a Sede do Instituto Confúcio (Hanban);
23. Acordo de cooperação sobre o estabelecimento do Instituto Confúcio na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre a Unicamp e a Sede do Instituto Confúcio (Hanban);
24. Acordo de cooperação sobre o estabelecimento do Instituto Confúcio na Universidade do Estado do Pará (UEPA), entre a UEPA e a Sede do Instituto Confúcio (Hanban);
25. Memorando de Entendimento com vistas à ampliação do estabelecimento de Institutos Confúcio em universidades federais brasileiras, entre o Ministério da Educação e a Sede do Instituto Confúcio (Hanban);
26. Memorando de Entendimento relativo à aprendizagem do mandarim no Brasil, entre o Ministério da Educação e a Sede do Instituto Confúcio (Hanban);
27. Acordo para Construção de cidade inteligente/digital em Tocantins com financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), entre o Governo do Estado do Tocantins e o CDB;
28. Acordo sobre resseguros entre o Banco do Brasil e a Sinosure;
29. Memorando de Entendimento de cooperação entre a Federação das

- Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a China Overseas Development Association (CODA);
30. Acordo de Facilitação de Vistos de Negócios entre Brasil e China;
 31. Acordo-quadro de cooperação entre a União dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE) e a Associação de Cidades Gêmeas da China;
 32. Acordo de Cooperação Técnica e Estratégica entre a Huawei, o Badesul Desenvolvimento e Procergs.

Atos concluídos no contexto da visita:

1. Memorando de entendimento entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC);
2. Memorando de Entendimento com vistas à oferta de estágios a estudantes do Programa Ciências sem Fronteiras na China, entre a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o China Scholarship Council (CSC);
3. Acordo entre o BNDES e o Banco da China para cooperação em projetos de mútuo interesse eventualmente identificados pelas partes;
4. Memorando de entendimento sobre promoção comercial entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e o Trade Development Bureau da China;
5. Acordo para estabelecer Relação de Porto Irmão Verde, entre o Porto de Tubarão e o Porto de Lian Yun Gang;
6. Acordo de cooperação entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Universidade de *Beijing*;
7. Acordo de cooperação na área geológica entre o Serviço Geológico do Brasil/ Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e o Ministério de Terra e Recursos da China;
8. Acordo entre o Grupo Schahin e o ICBC Leasing para financiamento para construção de plataformas de petróleo;

9. Acordo de parceria entre a TIM Participações S.A., a ZTE Corporation e a ZTE do Brasil;
10. Acordo de cooperação entre a Nutriplus Alimentación y Tecnología e o China BBKA Group;
11. Memorando de Entendimento entre Comexport e Bank of China para estabelecimento de plataforma integrada sino-brasileira de investimento e comércio;
12. Acordo-quadro de Cooperação Tripartite entre a Engevix Sistemas de Defesa Ltda., o ICBC e a China Electronics Import and Export Corporation (CEIEC), na área de defesa e segurança pública; e
13. Anúncio de doze acordos de compras de produtos brasileiros por empresas chinesas, na área de grãos.

NOTAS

1. Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene), o maior em extensão construído no Brasil nos últimos dez anos. Obra do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o Gasene recebeu investimentos de R\$ 7,2 bilhões. Tem 1.387 km, capacidade para transportar até 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural e gerou 47 mil empregos durante a construção. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/petrobras-inaugura-gasoduto-da-integracao-sudeste-nordeste-3034013#ixzz3IfUHQmIj>>, acessado em 20/12/2014.
2. A State Grid comprou da Plena 75% do capital da Expansión Transmissão de Energia Elétrica e 75% da Expansión Transmissão Itumbiara Marimondo. As outras cinco empresas – Ribeirão Preto, Serra Paracatu, Poço de Caldas, Itumbiara e Serra da Mesa – foram 100% vendidas à chinesa. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/estatal-da-china-compra-controle-de-sete-empresas-de-energia-no-brasil-diz-valor-3007244#ixzz3IfEblPQ>>, acessado em 20/12/2014.
3. Disponível em: <<http://www.vallya.com/en/vallya-insights-pt/241-vitoria-de-linhao-de-belo-monte-marca-avanco-da-china-no-brasil>>, acessado em 20/12/2014.
4. Com um processo de internacionalização recente, as empresas eólicas chinesas ainda preferem exportar o equipamento manufaturado e são cautelosas em abrir fábricas em outros países sem uma demanda garantida.
5. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-a-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-ao-brasil-e-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-brasil-china-brasilia-17-de-julho-de-2014>>, acessado em 20/12/2014.

Créditos das imagens

- P. 4 Trabalho no garimpo. Foto de Oldair Lamarque, Agência Publica.
- P. 10 Palácio de Verão em Beijing. Foto de Livia Duarte.
- P. 44 Comércio na R. 25 de Março em São Paulo. Foto de Marcelo Camargo, Agência Brasil.
- P. 100 Morro. Foto de Marcelo Cruz, Justiça nos Trilhos.
- P. 106 Linha de transmissão. Foto de Marcello Casai Jr., Agência Brasil.

A Fundação Rosa Luxemburgo

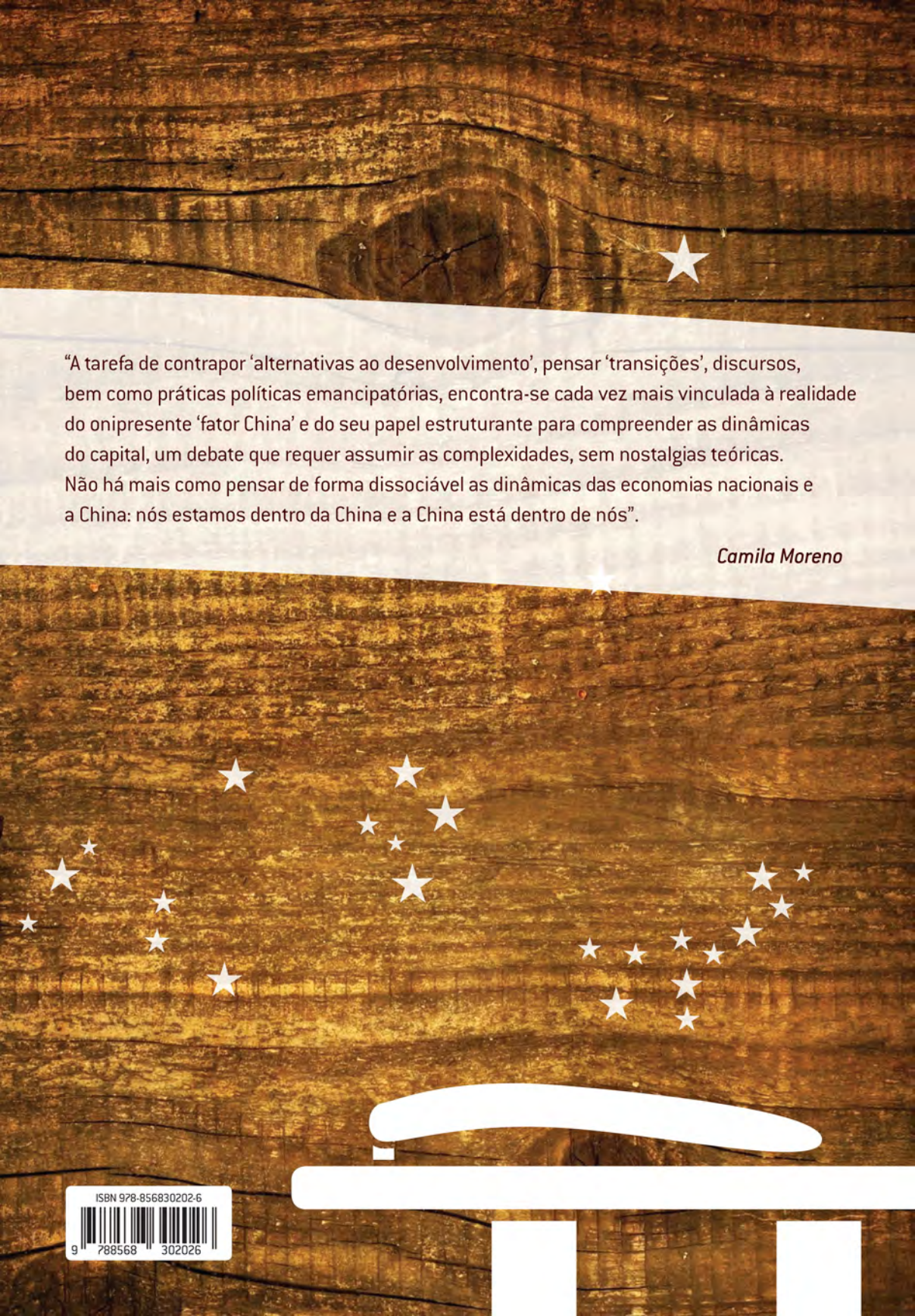
A Fundação Rosa Luxemburgo é uma das principais instituições de educação política do planeta, com escritórios na África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. A organização procura contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, promovendo pesquisa, reflexão e debate sobre alternativas ao capitalismo.

Fundada em 1990 em Berlim, a fundação é uma instituição sem fins lucrativos vinculada ao partido A Esquerda (*Die Linke*, em alemão). Desde 2000, suas iniciativas de cooperação internacional e solidariedade contam com apoio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

O escritório regional do Brasil e Cone Sul atua, desde 2003, na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Conta com duas unidades, uma em São Paulo e uma em Buenos Aires. Na região, os eixos principais são: resistência nas cidades, com foco na defesa de direitos, transparência e democracia; resistência no campo, com críticas a modelos extrativistas, transgenia e mercantilização da natureza; e alternativas ao desenvolvimento, com uso de experiências locais e conceitos como Bem Viver.

Visite www.rosaluxspba.org

Este livro foi composto nas fontes Conduit ITC
e PT Serif e impresso em papel reciclado 90g/m²
pela Nova Letra Gráfica e Editora - Blumenau (SC).



“A tarefa de contrapor ‘alternativas ao desenvolvimento’, pensar ‘transições’, discursos, bem como práticas políticas emancipatórias, encontra-se cada vez mais vinculada à realidade do onipresente ‘fator China’ e do seu papel estruturante para compreender as dinâmicas do capital, um debate que requer assumir as complexidades, sem nostalgias teóricas. Não há mais como pensar de forma dissociável as dinâmicas das economias nacionais e a China: nós estamos dentro da China e a China está dentro de nós”.

Camila Moreno

ISBN 978-856830202-6

